

GUSTAVO SILVEIRA ROSA PINHEIRO

AGRICULTOR FAMILIAR E PROJETO AGROECOLÓGICO DE VIDA

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia, Curso de Pós- Graduação em Sociologia das Organizações, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Álfio Brandenburg

**CURITIBA
2004**

GUSTAVO SILVEIRA ROSA PINHEIRO

AGRICULTOR FAMILIAR E PROJETO AGROECOLÓGICO DE VIDA

**Curitiba
2004**

A minha esposa Vivien e a minha filha Mariane,
principais fontes de inspiração deste trabalho,
que em nenhum momento me deixaram esquecer
dos sentimentos pelos quais a vida se realiza

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a todos os professores do Departamento de Ciências Sociais (DECISO) da Universidade Federal do Paraná, que me acolheram para a graduação em Ciências Sociais e também para o Mestrado em Sociologia das Organizações. Agradeço em especial aos mestres que me foram fundamentais nesta caminhada: Professor Dr. Dimas Floriani, Professora Dr^a. Ângela Duarte Damasceno Ferreira e Professor Dr. Osvaldo Heller da Silva, cujas aulas, ensinamentos e discussões foram fundamentais, não somente para a realização deste trabalho, mas para minha formação profissional.

Da maneira muito especial, agradeço ao Professor Dr. Álfio Brandenburg, que ampliou o significado da palavra orientador sendo mais do que um mestre, um verdadeiro amigo sem o qual a realização deste trabalho seria impossível.

A todos os companheiros, alunos e professores, do CERU-PR, em especial a Eduardo Brito Santos, Tânia Luiza Bonassa e Almir Sandro Rodrigues. Com toda a certeza sem este importante espaço de reflexão e debate, este trabalho perderia muito em riqueza.

Gostaria ainda de demonstrar minha gratidão aos profissionais que contribuíram para esta pesquisa; Prof^o Dr. Luciano Almeida, pesquisador do Dept^o. de Ciências Agrárias da UFPR, Dr. Manoel Baltasar Batista da Costa consultor da AOPA, Eng^o. Agrônomo Maurício Tadeu Lunardon, do Dept^o. de Economia Rural (DERAL) da SEAB e ao Eng^o Agrônomo Iniberto Hamerschmidt, Coordenador Estadual de Agricultura Orgânica da EMATER-PR.

Agradeço profundamente a todos os agricultores que contribuíram direta e indiretamente para a realização desta pesquisa, em especial as sessenta famílias agricultoras que prontamente responderam ao meu questionário e contribuíram de forma decisiva para a elaboração deste trabalho.

A todos os coordenadores e técnicos da Rede Ecovida de Agroecologia e da AOPA, que desde o primeiro dia me acolheram e incentivaram, me abrindo a possibilidade de descortinar novos horizontes ao entrar em contato com os princípios da agroecologia.

Mesmo correndo o risco de esquecer alguém, gostaria de citar, entre agricultores e técnicos alguns nomes que foram fundamentais para que este trabalho se realizasse, seja

pelo auxílio que me prestaram diretamente e indiretamente, seja pelo exemplo e empenho na luta pelos princípios que defendem; Rogério Rosa, Eliziana Vieira de Araújo, José Marfil, Maria Teresinha Ritzmann, Adílson Santos, Luiz Carlos Bueno, Paulo Godói, Rosemari Danrat, Marcelo Passos, Abel Vilseke, Jorge Echeverry, Dário Gracia, Dona Maria e Seu Sebastião de Lima, Sandra Ribas, Rafael Carneiro; a todos os meus mais sinceros agradecimentos.

Aos alunos e professores do Curso Técnico em Agroecologia da UFPR pela oportunidade que me foi dada e pela experiência compartilhada.

A Victor Silveira Rosa Pinheiro e a Janaína de Mello Moraes pela importante e constante assessoria para confecção e formatação dos gráficos e tabelas.

Enfim, agradeço profundamente a toda minha família pelo apoio recebido e principalmente por entenderem que este é um trabalho longo e por muitas vezes solitário, no qual tiveram em muitos momentos que se privar de seus interesses em nome desta realização.

Seria impossível citar a todos aqui e descrever a importância que tiveram na minha formação como pesquisador e principalmente como ser humano. A todos, muito obrigado!

Quando o arco-íris das culturas humanas tiver terminado de se abismar no vazio aberto por nossa fúria; enquanto estivermos aqui e existir um mundo, esse arco tênue que nos liga ao inacessível permanecerá, mostrando o caminho contrário ao de nossa escravidão, e cuja contemplação proporciona ao homem, ainda que este não o percorra, o único favor que ele possa merecer: suspender a marcha, conter o impulso que o obriga a tapar, uma após a outra, as rachaduras abertas no muro da necessidade e a concluir a sua obra ao mesmo tempo em que fecha a sua prisão; esse favor que toda sociedade ambiciona, quaisquer que sejam as suas crenças, o seu regime político e o seu nível de civilização; no qual ele coloca o seu lazer, o seu prazer, o seu repouso e a sua liberdade; oportunidade, vital para a vida, de se *desprender*, e que consiste, durante os curtos intervalos em que nossa espécie tolera interromper seu labor de colméia, em captar a essência do que ela foi e continua a ser, aquém do pensamento e além da sociedade;

Claude Lévi-Strauss

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	vii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	vii
LISTA DE SIGLAS.....	viii
RESUMO.....	ix
ABSTRACT.....	x
INTRODUÇÃO.....	01
1 – DIFERENTES FORMATOS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO.....	05
1.1 – DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA CONVENCIONAL.....	05
1.2 – HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS CORRENTES DA AGRICULTURA ALTERNATIVA.....	10
1.2.1 – Agricultura Biodinâmica.....	11
1.2.2 – Agricultura Orgânica.....	12
1.2.3 – Agricultura Biológica.....	13
1.2.4 – Agricultura Natural.....	13
1.2.5 – Permacultura.....	14
1.3 – CORRENTES DA AGRICULTURA ALTERNATIVA NO BRASIL.....	15
1.4 – AGRICULTURA ORGÂNICA: ALTERNATIVA ECOLÓGICA OU ALTERNATIVA ECONÔMICA?.....	21
2 – METODOLOGIA	29
2.1 – DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA.....	29
2.2 – PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	32
2.2.1 – Fase exploratória.....	32
2.2.2 – Coleta de dados pela pesquisa-ação.....	32
2.2.3 – Entrevistas.....	34
2.3.4 – Coleta de dados por entrevistas.....	36
3 – REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA	44
3.1 – ANÁLISE DE REDES.....	44
3.1.1 – Caracterização da Rede Ecovida de Agroecologia.....	47
3.1.2 – Estratégia de organização e gestão.....	52

3.2 – NÚCLEO MAURÍCIO BURMESTER DO AMARAL.....	59
3.2.1 – Certificação participativa como mobilizadora de recursos.....	60
3.3 – PROJETO COLETIVO.....	66
3.3.1 – Um projeto coletivo de múltiplas racionalidades.....	68
04 – ATORES SOCIAIS, AGRICULTURA FAMILIAR E PROJETO DE VIDA	79
4.1 – DIFERENTES ATORES SOCIAIS.....	79
4.2 – AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA	83
4.3 – O PROJETO AGROECOLÓGICO DE VIDA	89
4.3.1 – A dimensão do econômico	90
4.3.2 – A dimensão da autonomia	94
4.3.3 – A propriedade rural como unidade de vida	98
5. CONCLUSÃO	106
REFERÊNCIAS	110
ANEXOS	115

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – NÚMERO DE ENTREVISTAS POR GRUPO.....	39
TABELA 2 – FALTAS, POR GRUPO, NAS REUNIÕES DA COORDENAÇÃO GERAL EM 12 REUNIÕES.....	57
TABELA 3 – GRUPOS DO NÚCLEO MAURÍCIO BURMESTER DO AMARAL POR MUNICÍPIO E REGIÃO.....	59
TABELA 4 – MOTIVO DE FILIAÇÃO	62
TABELA 5 – TRAJETÓRIA SOCIAL DOS AGRICULTORES DO NÚCLEO MAURÍCIO BURMESTER DO AMARAL	80
TABELA 6 – TRAJETÓRIA SOCIAL RURAL E URBANA	81
TABELA 7 – CONDIÇÃO DA PROPRIEDADE	86
TABELA 8 – MÃO-DE-OBRA	87
TABELA 9 – PESSOAS DA FAMÍLIA ENVOLVIDAS NA PRODUÇÃO	88
TABELA 10 – FATOR RENDA E O PROJETO AGROECOLÓGICO	91
TABELA 11 – MOTIVO PELO QUAL A RENDA É DECISIVA PARA O PROJETO AGROECOLÓGICO	92
TABELA 12 – MOTIVO PELO QUAL A RENDA NÃO INFLUENCIA NO PROJETO AGROECOLÓGICO	93

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO PARANÁ	22
ANEXO 1 – NÚCLEOS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA	115
ANEXO 2 – GRUPOS DO NÚCLEO MAURÍCIO BURMESTER DO AMARAL.....	116

LISTA DE SIGLAS

AOPA – Associação de Agricultura Orgânica do Paraná, que a partir de 2004 passa a se chamar Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia do Paraná

APA – Área de Proteção Ambiental

APECO – Associação dos Produtores Ecológicos

APEP – Associação dos Produtores Ecológicos de Palmeira

AS-PTA – Assessoria e serviços a projetos em agricultura alternativa

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa

EUA – Estados Unidos da América

DERAL – Departamento de Economia rural da SEAB

FASE – Federação dos órgãos para assistência social e econômica.

IBD – Instituto Biodinâmico com sede em Botucatu - SP

INFOAM – International Federation Organic Movement

IN-007/99 – Instrução Normativa do Ministério da Agricultura que regula a produção e comercialização de produtos orgânicos no Brasil

MADE – Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MBA, Núcleo – Núcleo Maurício Burmester do Amaral

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais se Terra do Brasil

OGM – Organismos Geneticamente Modificados

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PRODORGAN – Produtores orgânicos

PTA- Projetos de Tecnologias Alternativas

RMC – Região Metropolitana de Curitiba

SAEB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná

TMR – Teoria de mobilização de Recursos

TNMS – Teoria dos Novos Movimentos Sociais

UNCED – Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

VAR – Variáveis de Alto Rendimento

RESUMO

A agricultura familiar no Brasil não passa apenas por um processo de diferenciação social crescente originando formatos diversos no que se refere à organização da produção, mas com a emergência da questão ambiental, desenvolve diferentes estratégias de reconstrução de relações com a natureza e com a sociedade. Nesse sentido este trabalho visa desenvolver um referencial teórico-prático para analisar a agricultura familiar, tendo como universo empírico o Núcleo Regional Maurício Burmester do Amaral da Rede Ecovida de Agroecologia, que agrega agricultores da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), Campos Gerais e Litoral do estado do Paraná. Inicialmente faz-se um breve histórico dos diferentes formatos de produção na agricultura brasileira com o intuito de construir uma definição apropriada a este trabalho e demonstrar como o projeto coletivo da Rede Ecovida constrói-se em oposição à agricultura convencional, apresentando-se como uma alternativa viável a este modelo sob a perspectiva social e ambiental. A realização deste projeto coletivo utópico pautado nos princípios da agroecologia somente se realiza se encontra respaldo no âmbito individual dos atores. Procurasse compreender como, mediante a adoção de práticas orientadas pelos princípios da agroecologia, são construídos projetos de vida que não são orientados exclusivamente por uma racionalidade econômica típica da modernidade, mas igualmente reconstroem relações que tem raízes numa condição de vida familiar tradicional, na qual as dimensões do econômico, da autonomia e da propriedade rural percebida e utilizada como uma unidade de vida, se mostraram como fundamentais na reconstrução de relações socioambientais.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Rede Ecovida de Agroecologia; Projeto de Vida

ABSTRACT

The family farming in Brazil is not only through a process of crescent social differentiation originating several shapes referring to production organisation , but with the environmental issue emerging develop different strategies of reconstruction of the relation with nature and society. In this sense, this paperwork means to develop a theoretical and practical reference to analyse the familiar agriculture, having as an empirical universe the Regional Nucleus Maurício Burmester do Amaral from Ecovida Agroecology Network, that has farmers from Região Metropolitana de Curitiba, Campos Gerais and the Coast of the Paraná state. At first there is a brief historical of different shapes of production in the Brazilian agriculture in order to build an appropriate definition to this work and demonstrate how the collective project of Ecovida Network is built in opposition to the conventional agriculture, being present as a feasible alternative to this model under the social and environmental perspective. The accomplishment of this utopian collective project ruled over the principles of agroecology is only reached if it finds support in the individual actors. It is meant to understand how, through the adoption of practices oriented by the principles of agroecology, are built projects of life that are not only exclusively oriented by an economic rationality, typical of modernity, but rebuilt relations that have roots in a condition of traditional family lifestyle, in which the dimensions of the economic, autonomy and rural property are seem and used as a life unity, are shown as essential in the rebuilt of the socioenvironmental relationships.

Key-words: Family Farming; Ecovida Agroecology Network; Projects of Life

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tinha, inicialmente, o objetivo de fazer uma análise dos agricultores orgânicos da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) como forma de perceber a diversidade social dos agricultores familiares e suas estratégias de reprodução social, a partir da adoção de práticas ecológicas nos sistemas de produção.

Na fase inicial deste trabalho tivemos a oportunidade de visitar algumas propriedades na RMC com pesquisadores e técnicos ligados a institutos de pesquisa locais que nos foram de fundamental importância para o desenvolvimento deste trabalho. Este primeiro diagnóstico que aliou pesquisa bibliográfica e visita de campo, permitiu uma revisão de alguns pressupostos do projeto de pesquisa inicial.

A primeira constatação decisiva foi a de que nem todos os agricultores orgânicos estavam orientando suas práticas por princípios ecológicos, sendo que, em alguns casos, os agricultores convencionais estavam adotando práticas ecológicas como conservação de solo, proteção de nascentes, preservação de mata ciliar, áreas de reserva legal e de proteção permanente, práticas estas que estavam sendo negligenciadas por muitos agricultores orgânicos supostamente mais ecológicos.

Esta constatação nos fez questionar se a agricultura orgânica era realmente ecológica ou somente uma nova técnica de produção agrícola, que estava se limitando a troca de insumos químicos por insumos orgânicos, crítica que já vinha sendo feita a estes agricultores. Neste período, iniciou-se a discussão para implementação de um núcleo da Rede Ecovida de Agroecologia, que abrangeria os agricultores da Região Metropolitana de Curitiba, do Litoral e da Região dos Campos Gerais, que tinham interesse em uma proposta de certificação participativa de produtos orgânicos.

Em 14 de novembro de 2002 realizou-se na sede da AOPA (Associação de Agricultura Orgânica do Paraná) em Curitiba, com a participação de cerca de 50 famílias agricultoras, a reunião de fundação deste núcleo onde tivemos a oportunidade de perceber que se iniciava na região não apenas uma nova proposta de certificação da produção, mas sim uma nova proposta para a agricultura orgânica em todos os seus aspectos, da produção à certificação e comercialização. A fundação do Núcleo Maurício

Burmester do Amaral¹, representou um marco importante para os agricultores ecológicos de toda região, uma vez que se abriram novas perspectivas para o desenvolvimento de uma forma de agricultura que não encontrava mais respaldo na agricultura orgânica pela negligência de práticas ecológicas. A partir de então se iniciava um processo de (re) articulação das famílias agricultoras, que passam a se organizar com o objetivo comum de desenvolver uma rede de agroecologia baseada em princípios de participação, cooperação, solidariedade e ética, tanto do ponto de vista ambiental quanto pela perspectiva social.

Desta forma, iniciamos o projeto de pesquisa com o tema da agricultura orgânica na Região Metropolitana de Curitiba, mas para continuar fiel a proposição inicial de analisar práticas ecológicas construídas como alternativas ao padrão de produção convencional, parecia-nos mais adequado restringir o universo de pesquisa aos agricultores que estavam supostamente realizando uma proposta ecológica para agricultura, principalmente para determinar a viabilidade de se colocar em prática propostas ecológicas baseadas em princípios tão pouco valorizados por uma sociedade de consumo capitalista. Com o intuito de compreendermos este movimento começamos a participar das reuniões da Rede Ecovida de Agroecologia com uma postura baseada na metodologia da pesquisa participante.

O primeiro capítulo, “Diferentes formatos de produção da agricultura: em busca de uma definição”, demonstra inicialmente como ocorreu o desenvolvimento da moderna agricultura capitalista intitulada atualmente como ‘agricultura convencional’. A definição do que este trabalho entende por este conceito é realizada através de um histórico do processo de modernização e industrialização da agricultura como forma de elucidar em oposição a que se desenvolve a agricultura orgânica.

O segundo tópico deste capítulo faz um breve histórico das principais correntes da agricultura alternativa com o intuito de demonstrar seu caráter ecológico e suas particularidades. Demonstra como a agricultura orgânica é somente uma entre diferentes sistemas de produção ecológico, elucidando o que este trabalho entende por este sistema específico de produção. Por fim demonstra-se o desenvolvimento destas correntes de agricultura alternativa no Brasil e o processo de institucionalização da agricultura

¹ Homenagem ao Eng^o agrônomo Maurício Burmester do Amaral, pioneiro da agricultura orgânica do Paraná, que teve um importante papel para o desenvolvimento e divulgação das formas alternativas de produção em toda a região.

orgânica, para fundamentar o argumento de que o conceito de agricultura orgânica não pode abranger todos os sistemas ecológicos uma vez que é apenas uma das correntes ecológicas. Além disto, o processo de institucionalização deste sistema somado ao crescente mercado gerou um “afrouxamento” dos princípios ecológicos iniciais do movimento, o que faz com que hoje se questione se este é realmente um sistema capaz de criar alternativas ecológicas e sociais ao sistema de produção convencional.

A crítica realizada acerca do conceito de agricultura orgânica demonstra como este sistema de produção é em muitos casos orientado por uma lógica de mercado e que os agricultores que não se vêm contemplados nesta corrente acabam por utilizar o termo agroecologia para definir suas práticas que buscam reencontrar um sistema efetivamente ecológico e contestador da agricultura convencional no que se refere a sua sustentabilidade ambiental e equidade social.

O segundo capítulo faz uma definição da metodologia de pesquisa definindo teoricamente a pesquisa-ação e pesquisa participante como forma de fundamentar os procedimentos adotados durante a pesquisa. Demonstra a viabilidade da metodologia utilizada e justifica sua escolha. Detalham-se os procedimentos de pesquisa desde a fase exploratória à participação nas reuniões do Núcleo da Rede Ecovida e nos grupos de agricultores e a metodologia de coleta de dados utilizada, bem como as técnicas de entrevista fundamentada teoricamente pela concepção de Bourdieu.

O terceiro capítulo inicialmente define teoricamente, a partir de Scherer-Warren, o conceito de rede que se pretende utilizar para este trabalho, dentre as diferentes abordagens possíveis. Define metodologicamente a concepção de rede enquanto uma estratégia de articulação de atores sociais que, mobilizados por um projeto coletivo, se organizam em uma estrutura descentralizada e com um sistema que permite uma gestão mais democrática e participativa. Demonstra o contexto em que surge a rede, seus princípios e diferenças com relação à agricultura orgânica, analisando sua organização a partir do proposto por Scherer-Warren, na qual deve-se perceber a estratégia de organização em Rede e os limites e possibilidades de uma proposta de gestão democrática e participativa. A existência de um nível particular, dos grupos, e um nível geral da rede como um todo, permite que a Rede atue simultaneamente nos âmbitos local e regional. Pretende-se realizar ainda uma análise do projeto coletivo da Rede, demonstrando a conduta agroecológica como uma construção criada em etapas muito

bem definidas. Por isso a necessidade de se entender o que os indivíduos e o movimento idealizam como sendo agroecologia e a perspectiva do projeto através desta relação entre a dimensão material e ideal.

O capítulo 04 'Atores sociais, agricultura familiar e projeto agroecológico de vida' faz a análise das 60 entrevistas realizadas com os agricultores que pertencem ao Núcleo da Maurício Burmester do Amaral da Rede Ecovida. Inicialmente delimitou-se a diversidade dos atores sociais que se unem ao projeto coletivo da Rede Ecovida como forma de demonstrar quem são os atores que compõe o objeto de análise. Posteriormente analisa-se a relação existente entre agricultura familiar e agroecologia, justificando o objeto de estudo focado neste segmento social específico, demonstrando pelos nossos dados como a lógica predominante no universo de pesquisa é familiar e que, embora exista uma grande diversidade de atores sociais envolvidos na construção deste projeto coletivo, existem elementos comuns que podem ser identificados na construção de seu projeto de vida individual pautado na agroecologia, elucidando como a lógica da gestão familiar propicia a construção deste projeto.

Ao se analisar o processo de modernização da agricultura demonstra-se como a racionalização de todas as etapas da produção agrícola é um procedimento eficiente pela lógica do capital, mas necessita suprimir outras racionalidades importantes na vida dos atores sociais envolvidos com a produção, em nome da eficácia produtiva. Procurou-se demonstrar como a construção de um projeto agroecológico de vida permite a estes agricultores mesclar esta racionalidade econômica com outras dimensões não racionalizáveis. Para esta construção a lógica da agricultura familiar aliada aos princípios da agroecologia criam as condições necessárias para que a unidade de produção passe a ser entendida em primeiro lugar como uma unidade de vida e como tal deve ser gerenciada por outras dimensões que não exclusivamente pela racionalidade econômica.

01 – DIFERENTES FORMATOS DE PRODUÇÃO DA AGRICULTURA: EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

1.1 – DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA CONVENCIONAL

A partir de descobertas científicas do século XIX cria-se a oportunidade para o desenvolvimento de substâncias químicas com o intuito de aumentar a produtividade da agricultura rompendo com uma longa tradição, na qual, desde a antiguidade acreditava-se que a fertilidade da terra estava diretamente ligada com a quantidade de húmus (matéria orgânica) no solo. A partir de então se difunde a idéia, comprovada cientificamente, da necessidade de insumos químicos para o aumento da produção agrícola.

Quando no início do século XX começa-se a contestar esta teoria, a indústria de implementos agrícolas já havia se organizado no sentido de manter esta forma de produção como o padrão a ser utilizado por diferentes países, processo que irá culminar após a Segunda Guerra Mundial, com a segunda revolução agrícola ou “Revolução Verde”, que segundo definição de Brum:

A chamada Revolução Verde foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola em todo mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes. (BRUM, 1988, p.44)

Como coloca o autor o objetivo *explícito* da implementação destas políticas para a agricultura era o aumento da produção mundial de alimentos. Baseados neste discurso, grandes corporações transnacionais sediadas nos EUA e Europa ligadas a produção agrícola e de produtos alimentícios irão começar a desenvolver e a padronizar um modelo de produção a ser adotado em todo mundo.

Para cumprir este objetivo, um dos principais conglomerados econômicos do mundo, a Fundação Rockefeller, sediada em Nova York, será pioneira em investimentos com o intuito de desenvolver um novo modelo de produção que pudesse ser transferido para diversos países. Desta forma, embora o objetivo fosse o de produção

de alimentos em larga escala para toda população mundial, ocultava-se neste processo de desenvolvimento tecnológico para a agricultura, interesses econômicos e políticos de grandes corporações transnacionais.

A substituição da agricultura tradicional por uma agricultura modernizada representava a abertura de importantes canais para a expansão dos negócios das grandes corporações econômicas, tanto no fornecimento das máquinas e insumos modernos como na comercialização mundial e nas indústrias de transformação dos produtos agropecuários, sem esquecer o financiamento aos países que aderissem ao processo de modernização. (ibid., 1988, p. 45)

Desta forma o desenvolvimento da moderna agricultura representa um grande negócio mundial que irá iniciar uma série de investimentos em diferentes países, inclusive no Brasil, onde em 1943 são fundadas três empresas ligadas ao grupo Rockefeller, a *Cargill*, a *Agroceres* e a *EMA empreendimentos agrícolas* (BRUM, 1988). Com o intuito de desenvolver a agricultura passam a investir em pesquisas para melhoramento genético de sementes e a criação de variáveis de alto rendimento (VAR), desenvolvimento de tecnologias para mecanização da produção e investimentos para comercialização internacional da produção.

Estes investimentos iniciais irão lançar as bases sobre as quais se produzirá um modelo de tecnificação para a agricultura brasileira baseado na produção de monoculturas em larga escala voltada ao mercado internacional. Este modelo será efetivado principalmente a partir da década de 1970 quando os investimentos da Revolução Verde vão experimentar um período de grande expansão mundial, havendo a partir de então uma grande difusão de seus princípios no Brasil, bem como em várias regiões do então chamado “terceiro mundo”.

Isto ocorrerá devido à bem sucedidas pesquisas realizadas pelos países desenvolvidos, detentores destas novas tecnologias, sobretudo no que se refere a sementes de alto rendimento adaptadas a diversos climas e regiões e desenvolvimento de maquinários com alta tecnologia que permitiam aliar aumento de produtividade e baixo custo. Este conjunto de novas tecnologias passou a ser implementado simultaneamente em diversas regiões do mundo com tamanho grau de padronização que acabou sendo denominado como “pacote tecnológico”.

A adoção deste “pacote” em diferentes regiões do planeta não foi isenta de distorções. No Brasil, com o golpe militar de 1964, passa a vigorar um novo modelo de desenvolvimento nacional com maior abertura ao capital internacional facilitando a adoção deste novo modelo agrícola. A partir de 1965 a política agrícola brasileira passa a adotar o pacote tecnológico da Revolução Verde, não apenas como forma de modernização da agricultura, mas como um dos pilares da estratégia do desenvolvimento econômico nacional.

(...) a coerência entre o modelo implantado no campo e os interesses dominantes do estilo de desenvolvimento adotado durante o governo militar, conjugada a fatores externos propícios, prometiam fazer do Brasil um “grande celeiro”; a modernização da produção agrícola seria a mola propulsora para a geração do excedente necessário à viabilização da rápida expansão da capacidade industrial - objeto prioritário do modelo de modernização conservadora proposto. (MARTINE, 1987, p.10)

Esta conciliação entre os interesses das grandes empresas transnacionais e a estratégia política de desenvolvimento econômico do período é que irão fundamentar a política de modernização da agricultura brasileira, desencadeando um processo de profundas transformações na estrutura agrícola nacional. Como se requer um alto investimento para a aquisição de todos os insumos necessários à implementação deste novo modelo tecnológico, faz-se necessário o desenvolvimento de um sistema de crédito agrícola subsidiado, sem o qual dificilmente se implementaria este novo padrão.

Desta forma, as instituições governamentais passam a desempenhar um papel fundamental na adoção deste modelo, criando linhas de crédito para o financiamento deste processo de modernização, fazendo com que os interesses que inicialmente eram das grandes corporações transnacionais fossem gradativamente assumidos como interesse nacional dos países em desenvolvimento. Por este motivo as transformações ocorridas em todos os países que adotaram este padrão tecnológico serão acentuadas em países como o Brasil, nos quais, destinaram-se recursos para grandes e médios produtores, excluindo boa parte dos produtores rurais que, sem acesso ao capital para investimento ficaram as margens da política de modernização. Além da exclusão pelo capital, a estrutura fundiária existente, na qual não se realizou uma reforma agrária eficiente que viabilizasse um maior número de propriedades rurais, aumentam a exclusão de boa parte dos pequenos agricultores.

Estes dois aspectos, estrutura fundiária e impossibilidade de acesso ao crédito agrícola por parte considerável dos pequenos produtores rurais, irão fazer com que a adoção deste modelo de desenvolvimento agrícola no Brasil acarrete em uma série de problemas sociais. A partir da década de 1970 a reestruturação das formas produtivas no campo irá desencadear um processo de desestruturação do emprego no campo e o conseqüente êxodo rural e a concentração populacional nos grandes centros urbanos, principalmente na região sudeste do Brasil. Este processo, já muito analisado anteriormente,² foi a mais visível conseqüência deste processo de modernização, motivo pelo qual os primeiros questionamentos deste modelo surgem por suas implicações sociais já na década de 60 e principalmente a partir da década de 70.

Contudo a partir da década de 80 questiona-se os limites deste padrão tecnológico também pelos aspectos técnico agrônomo e ambiental, não somente pela crescente quantidade de insumos químicos e agrotóxicos, mas também quanto a suposta ineficiência energética deste sistema de produção. Segundo Mollison e Holmgren:

O uso de pesticidas, fertilizantes artificiais, hormônios, antibióticos e outras substâncias químicas aumentaram com a produção. A energia agora necessária para produzir estas colheitas em muito excede o retorno delas em calorías. Ao passo que a produtividade da moderna agricultura é grande (superprodução constante exigindo sua restrição), o rendimento é outro assunto. Descobrimos que a energia que sustenta o sistema não vem do sol via fotossíntese, como nos tempos pré-industriais, mas principalmente de combustíveis fósseis via sistemas industriais. Como ODUM³ demonstra, as altas produtividades de hoje em dia não são devidas a métodos eficientes nem auto-sustentáveis, mas a um elevado subsídio externo de energia. (MOLLISON e HOLMGREN, 1981, p.17, grifo do autor, nota nossa)

Desta forma os autores questionam a validade deste processo de industrialização da agricultura que a Revolução Verde proporcionou. Pois é a partir da modernização da agricultura propiciada pela Revolução Verde, que o capitalismo industrial começa a investir em tecnologias cada vez mais eficientes na tentativa de adaptar todo o sistema

² Para uma discussão dos impactos sociais da modernização agrícola no Brasil, ver: George Martine, "Transformações recentes na agricultura e suas implicações sociais" in SOBER "Agricultura rumos e ajustamentos" Anais do XXII Congresso SOBER, Vol. 2, p.69-98,1984. Para o caso do Paraná, ver: Vanessa Fleischfresser "A modernização tecnológica da agricultura paranaense na década de 70: difusão, contrastes regionais e conseqüências sócio-econômicas" 1984, Tese de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e IPARDES "Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná" in Martine, 1987.

³ Os autores referem-se ao estudo de Howart T. Odum, intitulado "Enviroment, Power and Society". New York, 1971.

de produção agro-alimentício de forma que se pudesse controlar de forma racional todas as etapas da produção, do plantio até o produto final.

Porém estas tentativas de apropriação industrial das atividades rurais não ocorreram de forma completa pela impossibilidade de a indústria reproduzir o processo de produção natural dos alimentos. Embora sem jamais ter conseguido industrializar plenamente este processo natural, o capital industrial vem sistematicamente criando mecanismos que levam a apropriações parciais produzidas em diferentes conjunturas históricas à partir de desenvolvimentos obtidos principalmente nas áreas mecânica, química e genética.

A apropriação industrial das atividades de processamento dos produtos agrícolas ocorreu de forma mais facilitada, pois depois de colhido, os produtos agrícolas se assemelham a outras matérias-primas utilizadas pela indústria. A dificuldade maior ocorre justamente na tentativa de industrialização do processo de produção agrícola, onde a apropriação industrial ocorre de forma parcial em um processo descontínuo de acordo com o desenvolvimento histórico de novas tecnologias.

O desenvolvimento capitalista da agricultura é, assim, conceituado como o movimento competitivo dos capitais industriais a fim de criar setores de acumulação através da reestruturação do processo recebido de produção rural “pré-industrial”. A indústria gradativamente apropriou-se de atividades relacionadas com a produção e o processamento que, em conjunturas passadas, eram encarados como elementos integrais do processo de produção rural, baseado na terra. (GOODMAN, 1990, p. 06)

Mesmo com todo o desenvolvimento tecnológico a agricultura confronta o capitalismo com um processo de produção natural. A natureza (seja enquanto terra, espaço ou reprodução biológica) deixará de se tornar um obstáculo à apropriação capitalista da produção rural no momento em que as tecnologias existentes permitirem a substituição dos processos de produção natural por processos artificiais e seus produtos por similares sintéticos. Por isso para Goodman: “*As biotecnologias industriais podem também ser vistas como uma ameaça à base rural da agricultura, o que nos forçará a redefinir as noções recebidas de “agricultura” e “indústria”*”. (ibid., p.07)

Existe, portanto, um esforço contínuo para transformar os segredos da produção biológica em conhecimento científico e propriedade industrial, o que explica a confrontação em diferentes graus em diferentes movimentos de agricultores a novas

tecnologias, especialmente a organismos geneticamente modificados (OGMs). O modo anárquico de incorporação destas apropriações industriais parciais da produção rural é, segundo os autores, a causa dos custos sociais incalculáveis, da poluição ambiental e da degradação ecológica das áreas rurais.

Estas críticas, porém, não impediram que fosse adotado como modelo para agricultura nacional este sistema de produção atualmente denominado de forma genérica como convencional, que como ficou demonstrado, sempre esteve atrelado aos interesses do capital industrial. Embora este padrão tecnológico que se inicia a partir da Revolução Verde seja o mais utilizado em todo o mundo, desde sua implantação questiona-se os seus custos sociais e mais recentemente seus limites produtivos e as severas conseqüências ambientais do uso excessivo de substâncias químicas na produção agrícola.

Assim este sistema de produção convencional, embora tenha sido oficialmente adotado como o modelo a ser desenvolvido e aplicado no Brasil, jamais conseguiu se tornar um modelo unânime entre todos os envolvidos com a produção agrícola. Contrapondo-se a este modelo convencional em termos de suas conseqüências sociais e ambientais surgem em diferentes países modelos de produção orientados por princípios ecológicos e que buscam desenvolver sistemas alternativos de produção. Embora cada uma destas correntes possua suas particularidades, possuem em comum vários princípios, o que permite defini-las como agricultura ecológica ou alternativa.

1.2 – HISTÓRICO DAS PRINCIPAIS CORRENTES DA AGRICULTURA ALTERNATIVA

Para que se possam compreender as origens do movimento agroecológico e o que atualmente se institucionaliza como agricultura orgânica com suas distintas vertentes e definições, é necessário retornar as primeiras formas de produção agrícola que começaram a contestar e criar alternativas ao sistema industrial de produção da agricultura moderna. Em oposição ao modelo industrial de produção agrícola surge, inicialmente na Alemanha e posteriormente em diferentes regiões da Europa, diversas correntes de produção que apresentam alternativas a este padrão tecnológico industrial.

Sob distintas denominações e diferindo principalmente em sua filosofia e princípios básicos desenvolve-se, a partir do início do século XX, a agricultura biodinâmica (Alemanha e Áustria), agricultura orgânica (Grã Bretanha e EUA), agricultura natural (Japão) e agricultura biológica (França). Destas correntes iniciais irá se desenvolver a partir da década de 70 e 80 a agricultura ecológica, (Alemanha e Holanda) a agricultura regenerativa (EUA) e a permacultura (Austrália) (BRANDENBURG 2002 e DAROLT 2002).

Para que se possa compreender e definir com maior precisão a agricultura que atualmente está sendo desenvolvida pelos agricultores que não praticam a agricultura nos moldes do pacote tecnológico da Revolução Verde, faremos uma breve síntese destas correntes por ser tratarem das principais formas de produção agrícola que não utilizam e muitas vezes se opõe a este padrão tecnológico convencional.

1.2.1 – Agricultura Biodinâmica

A agricultura Biodinâmica tem como fundador o filósofo austríaco Rudolf Steiner, sendo posteriormente divulgada por Pfeiffer um de seus principais discípulos. Steiner criou inicialmente um movimento que ficou conhecido como *antroposofia*, definida como “ciência espiritual”, influenciando vários segmentos da pedagogia, medicina, farmacologia, artes, arquitetura e agricultura sempre com uma mescla entre ciência e espiritualidade. Em 1924, Steiner profere uma série de oito conferências sobre agricultura com o intuito de sistematizar as idéias que a sua ciência espiritual antroposófica tinham sobre as práticas agrícolas, como forma de atender a uma demanda crescente dos agricultores da época, especialmente os que faziam parte da Sociedade Antroposófica, acerca da crescente perda de fertilidade do solo e aumento constante do número de pragas e doenças que atingiam suas culturas e criações.

Nesta série de conferências Steiner demonstra uma nova perspectiva sobre a agricultura, que inclui as “...relações entre a terra, o solo e as forças formativas do etéreo astral e da atividade do Ego da natureza. Mostrou, em particular, como a saúde do solo e do mundo vegetal e animal dependem da volta de um relacionamento com a natureza e com as forças cósmicas criadoras e formativas”. (KOEPPF, PETERSON e SCHAUMANN, 1983, p. 11) Possui assim, uma visão espiritual da agricultura na

medida em que consideram a influência dos astros sobre a reprodução, o crescimento e a nutrição das plantas. Estabelece um calendário astrológico biodinâmico com o intuito de orientar acerca dos corretos momentos astrológicos para plantio, colheita, bem como para o combate das pragas e ervas daninhas.

A perspectiva de que, para uma melhor prática agrícola deve-se compreender as *relações dinâmicas* sobre as quais se organizam a *vida* na terra, é que fundamenta a agricultura *biodinâmica*. Além da relação existente entre os corpos celestes e o desenvolvimento das plantas, outra característica que distingue a agricultura biodinâmica das demais correntes não convencionais, são os preparados biodinâmicos. Steiner desenvolveu uma série de nove preparados elaborados a partir de uma série de substâncias minerais, vegetais e animais visando vitalizar as plantas e estimular seu crescimento devendo ser aplicados de acordo com a disposição dos astros.

1.2.2 – Agricultura Orgânica

No início do século XX, o micrologista e botânico inglês Albert Howard desenvolve os fundamentos da agricultura orgânica. Após cerca de 40 anos de experimentos trabalhando na Índia, percebeu que a fertilidade do solo estava diretamente relacionada com a quantidade de matéria orgânica no solo. Ao observar as práticas locais, presenciou que apesar de não usarem qualquer tipo de pesticidas ou adubos químicos, os agricultores hindus obtinham plantas saudáveis, livres de doenças e pragas. Após uma série de experiências com os nativos da região desenvolveu um método que ficou conhecido com processo “Indore” de compostagem, no qual os resíduos biológicos da fazenda eram tratados e devolvidos a terra de forma a devolver a sua fertilidade natural (BONILLA, 1992).

Howard publica em 1940, *Um Testamento Agrícola*, sua obra mais importante na qual explicita sua proposta para uma prática agrícola viável sem a necessidade de todo o aparato tecnológico, que já nas primeiras décadas do século XX, vigorava como o paradigma dominante nas ciências agrárias. Por este motivo suas descobertas e métodos foram ignorados pelos especialistas da época que preferiram permanecer fiel a proposta de modernização da agricultura a se renderem ao sucesso de suas experiências. Embora tenha por muito tempo permanecido à margem das propostas agrícolas oficiais, a

agricultura orgânica é, atualmente, entre todos os métodos de produção “não convencionais” a que apresenta o conjunto de regras de produção mais estruturado, com normativas existentes em vários países, inclusive no Brasil.

1.2.3 – Agricultura Biológica

A partir de 1940 surge a agricultura biológica, conhecida durante algum tempo no Brasil como agricultura ecológica. Em conformidade com as demais correntes não convencionais surge em oposição a agricultura industrial que, segundo Claude Aubert, um de seus precursores, “produz alimentos que arruínam a saúde e proletarizam a grande maioria dos agricultores” (AUBERT, apud BONILLA, 1992, p. 19).

Tem como pressupostos principais a necessidade de uma intensa atividade biológica (orgânica) no solo, necessidade de diversificação das culturas, estabelecer processos desprovidos de toxidade para eliminação de pragas, além de que inicialmente apresenta um caráter social e político ao preconizar a base familiar do processo de produção, incentivando a autonomia do produtor e formas alternativas de comercialização, principalmente envolvendo grupos de agricultores locais, como forma de resistência ao processo de proletarização dos pequenos agricultores.

1.2.4 – Agricultura Natural

Entre as correntes não convencionais, destaca-se ainda a agricultura natural, desenvolvida pelo filósofo japonês Mokiti Okada, que a partir de 1930 funda uma religião conhecida como Igreja Messiânica, na qual a agricultura natural é uma das formas de purificação do corpo, etapa necessária para a purificação do espírito. Deve-se nesta perspectiva evitar ao máximo qualquer interferência no meio ambiente, característica que irá criar uma peculiaridade da agricultura natural, na medida em que o uso de matéria orgânica proveniente de esterco animal é expressamente proibido, prática comum em outras formas de produção agrícola.

Como forma de suprir esta ausência utilizam-se dos chamados “microorganismos eficientes”, produtos comercializados no mercado, cuja fórmula patenteada pelo fabricante, não utiliza qualquer produto químico. Os conceitos da

agricultura natural foram difundidos internacionalmente por Masanobu Fukuoka, principalmente através de seu livro *The one straw revolution*, sendo adotada por agricultores e ecologistas da Austrália, onde será aprofundada e reelaborada por Bill Mollison que desenvolverá a partir destes princípios uma nova forma de produção: a permacultura.

1.2.5 - Permacultura

Na obra *Permacultura Um: uma agricultura permanente nas comunidades em geral*, Bill Molisson e David Holmgren demonstram as bases pela qual a permacultura pretende instaurar em cada propriedade um ecossistema completo e, portanto ecologicamente equilibrado, como forma de superar os impasses da agricultura moderna, sobretudo com relação ao alto gasto energético da produção agrícola baseada em combustíveis fósseis.

Algumas das características da permacultura, segundo os autores são: a possibilidade de uso da terra em pequena escala; uso da terra intensivo e não extensivo; diversidade nas espécies de plantas, variedades, produtividade, microclima e habitat; um processo evolucionário abarcando várias gerações; os elementos integrantes do sistema são silvestres ou pouco selecionados (tanto animais como vegetais); possibilita a integração de agricultura, pastoreio e reflorestamento, realizando uma verdadeira engenharia ecológica; sistema de produção adaptável a terras marginais, pantanosas, rochosas ou inclinadas, inadequadas a outros sistemas. (MOLLISON e HOLMGREN 1983)

Se por um lado a agricultura convencional sempre esteve intrinsecamente relacionada ao capital industrial, por outro estas correntes ecológicas sempre questionaram este modelo, se opondo as tentativas de industrialização da agricultura e primando por uma menor dependência externa dos sistemas de produção, o que possibilita uma autonomia maior aos agricultores. Este movimento crítico ocorre concomitantemente em diferentes regiões do planeta inclusive no Brasil.

1.3 – CORRENTES DE AGRICULTURA ALTERNATIVA NO BRASIL

No Brasil o movimento de oposição ao modelo convencional inicia-se a partir da década de 70, embora Brandenburg (2002) demonstre que mesmo antes da chamada revolução verde já existia no Brasil a base necessária para o desenvolvimento de uma agricultura alternativa. Como as políticas públicas de incentivo a modernização agrícola brasileira irão deixar grande parte dos agricultores a sua margem, muitos grupos de agricultores apoiados por ONGs irão se organizar com o intuito de criar *alternativas* ao modelo tecnológico convencional.

Este movimento que ficara conhecido no Brasil a partir da década de 70 como agricultura alternativa, ganhará força em 1976 quando o ecologista José Lutzenberger lança o *Manifesto ecológico brasileiro: o fim do futuro?*, que irá influenciar uma série de pesquisadores, ecologistas e a comunidade de uma forma geral, no sentido da necessidade de se criar alternativas ao moderno padrão tecnológico que se impunha a agricultura brasileira.

Durante a década de 70 este movimento será marcado pela contestação ao modelo tecnológico e a degradação ambiental, mas também por uma crítica à crescente exclusão social que começa a atingir principalmente os pequenos agricultores. Este movimento de contestação ganha força na década seguinte culminando com a realização de três EBAA's (Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa), em 1981 na cidade de Curitiba - PR, em 1984 em Petrópolis - RJ e em 1987 em Cuiabá - MT.

Neste período as ONGs ambientalistas irão passar por um processo de fortalecimento, principalmente após a criação do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA) que, em conjunto com a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Econômica (FASE), irão centralizar a atuação de diversas organizações de agricultores alternativos. Como resultado desta organização é criado a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa) que irá expandir de forma significativa o movimento de agricultores alternativos, articulando uma rede de organizações com entidades de 10 estados brasileiros nas regiões sul, sudeste e nordeste.

No final da década de 80 é lançado o Relatório Brudtland⁴ cunhando a noção de “Desenvolvimento Sustentável”, que terá o grande mérito de disseminar mundialmente a reflexão acerca dos limites dos recursos naturais, mostrando a necessidade de se pensar em políticas que permitam “garantir as necessidades das gerações futuras”. Para isso, determina uma série de medidas e metas a serem adotadas que permitiriam a adoção de um novo modelo de desenvolvimento. Esta é a primeira vez que um organismo internacional passa a questionar o modelo de desenvolvimento econômico adotado mundialmente, fato que irá contribuir para o fortalecimento do pensamento ecológico.

Outro fato importante para este fortalecimento acontece em junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, quando ocorre a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), que teve a participação de aproximadamente 35 mil pessoas, entre chefes de estado, pesquisadores, políticos, jornalistas e representantes de ONGs ligadas ao meio ambiente. Se por um lado a ECO 92, como acabou ficando conhecida, teve alguns fracassos como o boicote americano à convenção da biodiversidade e as pressões dos países desenvolvidos em favor da eliminação das metas de controle de emissão de CO² na atmosfera, por outro teve o mérito de divulgar os valores do Relatório Brundtland aos principais governantes do mundo ocidental, que passaram a incorporar, mais no discurso do que na prática, alguns de seus valores.

Se para os mais críticos a conferência teve poucos avanços práticos, é inegável sua contribuição para o pensamento ecológico, pois na medida em que difunde novos valores e princípios para o desenvolvimento das nações, contribui decisivamente para uma divulgação mais abrangente dos princípios ecológicos para uma grande camada da população em diferentes países. O fortalecimento do pensamento ecológico, sobretudo quando este deixa de ficar restrito a espaços sociais diferenciados, irá fundamentar o desenvolvimento que as formas alternativas de agricultura irão experimentar na década seguinte, instituindo-se então a denominação de agricultura sustentável.

Esta nova fase irá criar as condições propícias para divulgar os valores e princípios dos diferentes setores do movimento ecológico para segmentos mais amplos da sociedade. A partir deste momento a agricultura alternativa, agora denominada

⁴ O Relatório Brundtland, ou “Nosso Futuro Comum” como ficou conhecido no Brasil, foi elaborado pela Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED).

sustentável, passará a ser incentivada não mais exclusivamente por ONGs e movimentos sociais engajados na causa ecológica, mas também por técnicos de instituições governamentais. Este reconhecimento será o grande mérito da agricultura sustentável, contribuindo decisivamente para aceitação e divulgação, em setores mais amplos da sociedade, assim como por organismos governamentais, dos princípios ecológicos na agricultura.

Com a difusão destes princípios inicia-se uma ampliação do mercado consumidor para produtos produzidos com um diferencial ecológico em todo o mundo. A partir de 1993 o Brasil passa a ser pressionado internacionalmente para criar uma normatização que possibilite regular o mercado de produtos da agricultura alternativa, como pré-requisito para a exportação destes, a exemplo do que ocorria na Europa já que em 1991 entrava em vigor, após 14 anos de discussões, a EC 2092/91 primeira regulamentação técnica sobre produção orgânica reconhecida em todos os países membros da União Européia.

Até este momento não existia uma normatização institucional no Brasil, sendo que, a regulamentação era estabelecida pelas próprias organizações de agricultores em conjunto com ONGs, entidades de assessoria técnica e associações de consumidores. Assim, inicia-se em Brasília no ano de 1994 a discussão de uma regulamentação brasileira, que tinha como parâmetro a normatização do Instituto Biodinâmico - IBD⁵. Os movimentos sociais envolvidos com as formas alternativas de produção na agricultura passam a reivindicar a ampliação do debate para que a proposta que estava sendo desenvolvida contemplasse a todos os setores envolvidos.

Como resultado desta reivindicação, criou-se em 1995 um comitê para discussão da criação da lei que regularia esta forma de produção no Brasil. Neste debate as diversas ONGs e organizações de agricultores alternativos irão se posicionar contra a adoção de uma certificação obrigatória para a produção ecológica, alegando que as próprias organizações de agricultores já realizavam informalmente um processo de fiscalização da produção ecológica, dispensado o papel de um agente externo para esta função. Em texto produzido por coordenadores da Rede Ecovida para o “Encontro sobre mercado justo” em Quito, Equador em outubro de 2001, fica evidente a contradição

⁵ O Instituto Biodinâmico (IBD), sediado em Botucatu – SP, é uma certificadora de produtos orgânicos.

existente neste debate, principalmente no que se refere à certificação da produção orgânica.

Desta maneira, de um lado, os defensores da proposta do Ministério, argumentavam que o ‘mercado exigia selos de qualidade’ e que seria impossível exportar os produtos orgânicos, caso estes não estivessem devidamente certificados. Por nosso lado, se demonstravam as experiências voltadas para o consumo interno, acreditadas e reconhecidas pela sociedade, dando provas de que a sociedade pode criar mecanismos solidários para proteger-se e que os agricultores não são desonestos ‘na sua essência’. Além disso, tão pouco se admitia aceitar a idéia de que um agente externo, totalmente desconhecido e longe da realidade, fosse o responsável por confiar credibilidade a alguém e que conferisse seriedade ao que vínhamos fazendo. Isto seria, e é, uma falta de respeito à nossa história e capacidade. (MARQUES et. al., 2001, p. 03, grifos do autor).

A proposta do ministério da agricultura defendia a necessidade de selos de qualidade como uma exigência do mercado alegando a impossibilidade de exportar produtos sem uma certificação adequada, enquanto os movimentos sociais reivindicavam a adoção de procedimentos de certificação que preservassem a autonomia dos grupos de agricultores que já vinham desenvolvendo processos de controle e certificação de forma solidária e participativa, ainda que informalmente.

Mesmo dividido em dois pólos, um representado pelas organizações que defendiam formatos mais flexíveis de certificação como forma de contemplar os interesses de pequenos agricultores familiares e outro defendendo um formato mais empresarial com uma certificação por auditagem, este comitê produziu o documento que serviu de base para a Instrução Normativa do Ministério da Agricultura (IN-007/99). Esta regulamentação estabelece as regras para produção ecológica em todo país, abrindo a possibilidade de uma certificação que se enquadre às características de cada região desde que dentro das exigências legais estabelecidas por esta normatização⁶.

⁶ Informações fornecidas pelo engenheiro agrônomo Rogério Rosa, um dos fundadores da AOPA (Associação de Agricultura Orgânica do Paraná) pioneiro da agricultura orgânica no Paraná e representante do estado no GAO (Grupo de Agricultura Orgânica) e pelo engenheiro agrônomo Manoel Baltasar da Costa, Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela UFPR, representante pelo estado de São Paulo no comitê que produziu as primeiras normas de produção orgânica no Brasil, documento que auxiliou no desenvolvimento da IN 007-1999.

Esta In-007 foi influenciada pelas normas estabelecidas pela INFOAM⁷, sendo que, a partir deste documento, passa-se a denominar agricultura orgânica para todas as formas alternativas de produção na agricultura brasileira, a revelia das denominações que vinham sendo utilizadas anteriormente pelos movimentos sociais e ONGs. Desta forma prevaleceu a denominação construída pelos técnicos que trabalham com os formatos alternativos de produção na agricultura, desconsiderando as denominações utilizadas anteriormente. A denominação agricultura orgânica foi desta forma, adotada pela perspectiva técnica que via necessidade de se padronizar em torno de uma nomenclatura os diferentes sistemas da agricultura alternativa.

A hegemonia dos técnicos que trabalharam com a Agricultura Orgânica favoreceu a adoção desta denominação, já que até então, tinha-se agricultura alternativa, sustentável e ecológica como sinônimos. Se em parte a adoção deste termo ocorreu pela inexistência de uma denominação satisfatória, também deve se levar em conta que a denominação agricultura orgânica além de ser atribuída a revelia das denominações anteriores, não condiz com a realidade da agricultura ecológica, uma vez que, nem todos os agricultores adeptos destes sistemas de produção alternativos produziam sob a orientação da agricultura orgânica, conforme princípios explicitados anteriormente.

A definição utilizada por este documento determina que agricultura orgânica é o termo amplo para definir as diferentes práticas agropecuárias que se opõe ou diferem dos sistemas de produção convencional por sua característica ecológica. Todos os sistemas de produção que adotam a retomada de práticas antigas adaptando-as as modernas tecnologias agropecuárias passam, a partir desta instrução normativa, a serem agrupadas sob a definição de agricultura orgânica que abrange, portanto, os sistemas de produção ecológico, biológico, biodinâmico, entre outros.

Portanto, a partir de 1999 com a IN-007, agricultura orgânica passa a ser a denominação oficial para toda a forma de produção agrícola que anteriormente era denominada de forma genérica no Brasil *agricultura alternativa e sustentável*, por sua característica ecológica. A partir de então um produto somente pode ser considerado orgânico quando o sistema de produção estiver de acordo com as bases definidas por esta Instrução do Ministério da Agricultura.

⁷ INFOAM (International Federation Organic Agriculture Movement) fundada em 1972, possui normas para produção e comercialização de produtos orgânicos desde 1981.

Esta regulamentação permite ainda que em uma mesma propriedade coexistam sistemas convencionais e orgânicos, desde de que devidamente separados e ainda sistemas de produção em conversão do sistema convencional para o orgânico, sendo que estes deverão necessariamente ser comercializado como convencionais. Além disto, toda a conduta do processo de produção deve ser analisada e avaliada por uma certificadora independente, que deverá fornecer um selo ao produtor atestando a qualidade orgânica do produto.

Esta normatização permitiu um grande avanço para os sistemas de produção alternativos, pois pela primeira vez havia no Brasil um reconhecimento institucional destas práticas até então marginalizadas. Porém, se por um lado o reconhecimento gerado por este processo de institucionalização foi benéfico para o seu recente desenvolvimento, por outro fez com que os agricultores que deram origem ao movimento começassem a questionar algumas práticas que vinham sendo adotadas por agricultores orgânicos. Assim, com este processo de institucionalização da agricultura alternativa sob a denominação de agricultura orgânica, os agricultores que historicamente buscaram formas de produção orientadas por princípios ecológicos, tiveram que repensar suas práticas na medida em que muitos novos agricultores aderiram a agricultura orgânica em busca de um novo nicho de mercado. Este fato fez com que atualmente existam estudos questionando se a agricultura orgânica consegue se manter fiel aos princípios que lhe originaram e desta forma se tornar uma alternativa efetiva ao modelo de produção convencional, característica que estava no bojo das principais correntes da agricultura alternativa⁸.

Além disso quando se utilizava na década de 70 e 80 o termo agricultura alternativa ou na década 90 agricultura sustentável, referia-se a uma agricultura ecológica, independente das particularidades de cada corrente. No item 1.2 ficou demonstrado que a agricultura orgânica é apenas uma das correntes da agricultura ecológica e que, portanto não deve ser considerada como a única possibilidade de alternativa ecológica em oposição à produção convencional.

⁸ Ver Jalcione Almerida *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 1999 e Luciano de Almeida *Mudanças técnicas na agricultura: perspectivas da transição agroambiental em Colombo – PR*. Curitiba, 2003. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE).

No Brasil uma resolução governamental instituída pelo Ministério da Agricultura, baseada em uma denominação técnica, acaba por determinar que o termo agricultura orgânica deve ser o conceito amplo para denominar práticas que vinham se desenvolvendo mediante o incentivo de ONGs e movimentos sociais e que agora se institucionaliza com uma denominação que não se enquadra necessariamente no que vinha sendo desenvolvido até então, desrespeitando as peculiaridades de cada corrente de produção. Desta forma pode-se questionar se a agricultura orgânica consegue legitimar as reivindicações históricas dos movimentos de agricultura alternativa, principalmente no que se refere a adoção de práticas que reduzam os impactos ambientais e através de sistemas de produção mais compatíveis com a lógica inerente aos pequenos agricultores familiares, excluídos do processo de modernização da agricultura e que possam favorecer, desta forma, a permanência deste segmento social no meio rural. Através desta crítica ambiental e social é que se faz necessária uma melhor definição do que atualmente esta se denominando como agricultura orgânica.

1.4 – AGRICULTURA ORGÂNICA: ALTERNATIVA ECOLÓGICA OU ALTERNATIVA ECONÔMICA?

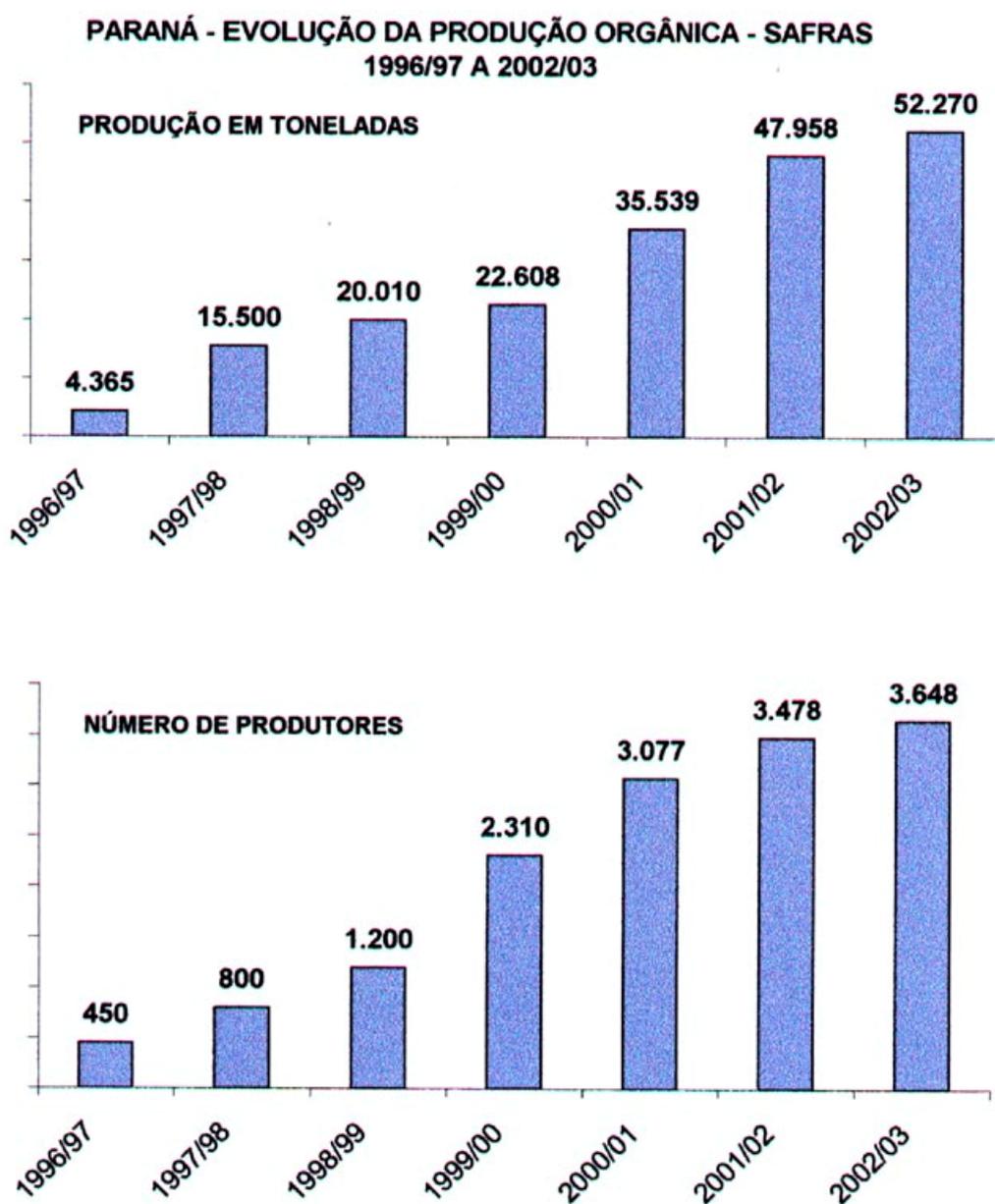
Embora a agricultura orgânica ainda seja um sistema de produção em fase embrionária se comparado ao volume da produção da agricultura convencional⁹, a evolução da produção orgânica tem se mostrado um fato de significativa importância. Um levantamento realizado pelo Departamento de Economia Rural (DERAL) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (SEAB) demonstra que em seis safras a produção orgânica neste estado cresceu de 4.365 toneladas, na safra 1996/97, para 47.958 toneladas na safra 2001/2002, sendo que o número de agricultores que trabalhavam com o sistema orgânico de produção no estado do Paraná saltou de 450 para 3.478 no mesmo período.

Porém ao se fazer uma revisão da literatura sobre a agricultura orgânica no Paraná e na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), constata-se que os estudos nesta área são poucos e recentes. Além disso estes trabalhos são em sua maioria voltados para

⁹ Dados do relatório do BNDES (2002) mostram que a área de produção orgânica no Brasil, representava somente 0,08% da área total e o número de propriedades rurais orgânicas representava em 2002, 0,15% do total.

as dimensões técnico-agronômica e econômica e em poucos casos ocorrem em relação às dimensões sócio-cultural e política. Mas, ao optarem por lidar com a agricultura orgânica, os agricultores optam também por um sistema de relação com a natureza baseado em um paradigma de sustentabilidade sócio ambiental diferenciado do sistema de produção das sociedades capitalistas modernas.

GRÁFICO 1 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA NO PARANÁ



Fonte: SEAB – DERAL (2003)

Desta forma, parte-se do pressuposto de que a agricultura orgânica não é apenas um sistema de produção agrícola diferenciado ou alternativo, mas funciona como um instrumento que possibilita novas formas de integração social possuindo assim interesses sociais e políticos específicos. Neste contexto, a transição tecnológica de um modelo de produção convencional para um modelo mais sustentável como o orgânico, pode acarretar em mudanças nos interesses sociais e políticos que se tornariam, portanto, distintos daqueles existentes nos agricultores convencionais se contrapondo a tese de que o movimento de agricultura orgânica seria apenas uma nova forma de produção agrícola.

Dentro desta perspectiva pode-se citar os dados do relatório do BNDES (2002), que em análise realizada sobre a produção orgânica mundial, demonstram que o crescimento do mercado consumidor orientado por princípios ecológicos tem aumentado de forma significativa o número de produtores, o que faz com que se aumente também o número de produtores que aderem a agricultura orgânica orientados pela oportunidade de mercado, indiferentes portanto, a filosofia ecológica inicial do movimento.

A tese deste estudo é a de que o aumento do mercado fez com que, embora a agricultura orgânica utilize uma técnica de produção diferenciada da agricultura convencional com o aumento do mercado, estes produtores estão gradativamente se distanciando dos princípios ecológicos encontrados nos precursores deste movimento. “Da mesma maneira que no restante do mundo, a existência de um mercado crescente e rentável tem atraído novos empreendedores, que visam, essencialmente, os lucros que podem advir da atividade e, embora mantenham os preceitos técnicos da agricultura orgânica, se distanciam cada vez mais da filosofia que deu origem ao movimento.” (BNDES, p.09, 2002)

O que este estudo demonstra é a possibilidade de seguir a normatização para produção orgânica sem um devido comprometimento com os princípios ecológicos. Esta separação entre os princípios ecológicos e as normas de regulamentação para a produção orgânica, faz com que se questione se a agricultura orgânica não seria somente uma prática de substituição de insumos químicos por insumos orgânicos, com o objetivo de inserção em um novo nicho de mercado. Embora esta troca permita uma diminuição da degradação ambiental, ela se distancia das motivações ecológicas do movimento, se

assemelhando em muitos aspectos ao modelo excludente da agricultura convencional, principalmente pela possibilidade adoção de um pacote orgânico no lugar do pacote tecnológico da agricultura convencional.

Se confirmada esta tese, estaríamos diante de uma incorporação de valores que se contrapõe às motivações históricas do movimento, engajadas a uma filosofia cujos princípios estavam enraizados em propostas alternativas de produção, comercialização e consumo de alimentos e que vislumbravam desta forma, uma alternativa possível para a sociedade de consumo industrial que se encontra em franca expansão global. Em suma, para os defensores desta tese o movimento da agricultura orgânica, estaria incorporando em sua prática os mesmos princípios que inicialmente se propôs superar e desta forma não estaria somente se distanciando de sua filosofia inicial, estaria sim demonstrando sua impossibilidade de propor e concretizar um projeto alternativo de sociedade a que se tem comumente chamado sustentável.

Embora concordemos que os princípios da agricultura orgânica atualmente sejam distintos daqueles encontrados na origem do movimento acreditamos, como pressuposto, que ainda é possível encontrarmos elementos de uma “filosofia ecológica”, muito bem fundamentados em diferentes setores do movimento, negando a tese do BNDES de que o processo de domesticação do mercado¹⁰ tenha ocorrido de forma integral em todos os agricultores orgânicos. Parte-se do pressuposto, portanto, de que não se pode falar em um movimento homogêneo de agricultura orgânica, coexistindo diferentes segmentos neste movimento, que se diferenciam pelo grau de adoção de práticas ecológicas nos sistemas de produção.

A definição de filosofia ecológica aqui utilizada remete a um referencial de condutas a serem adotadas, cujos princípios estão enraizados em propostas alternativas de produção, comercialização e consumo de alimentos livres de insumos químicos, produzidos de forma integrada a natureza, vislumbrando desta forma, uma alternativa possível para o atual sistema de produção agrícola convencional. Estas novas práticas estariam dando condição para o surgimento de um movimento mais amplo que não se restringe a contestar a dinâmica do atual sistema de produção agrícola convencional, contestando a lógica da racionalidade econômica moderna, sustentada pela acumulação ilimitada do capital. Existe então, a necessidade de se pensar o sentido da relação com a

¹⁰ Ver Jalcione Almeida *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 1999

natureza como pressuposto para entender as diferentes práticas existentes dentro da agricultura orgânica, pois de acordo com a significação atribuída a relação existente entre a natureza e o sistema de produção, decorrerá diferentes formas de produção dentro do que atualmente se denomina agricultura orgânica.

Desta forma parte-se do pressuposto de que no interior do movimento de agricultura orgânica estaria ocorrendo, além do que demonstra o estudo do BNDES, uma segunda corrente, onde o mercado é um dos itens determinantes, mas a racionalidade econômica não é exclusiva no momento da opção pela agricultura orgânica. Pretende-se demonstrar a existência de um projeto coletivo para o desenvolvimento da agricultura, orientado por uma lógica distinta da proposta pela racionalidade econômica típica da modernidade.

A existência de uma corrente onde a conversão para agricultura orgânica tem uma orientação determinada pela oportunidade de um novo mercado e, portanto, com um distanciamento da filosofia ecológica inicial, na medida em que ocorre uma prática orientada predominantemente pela racionalidade econômica, não impede a ocorrência de grupos organizados de agricultores que optam pela agricultura orgânica, por uma orientação que leva em conta a existência de diferentes racionalidades que orientam a lógica produtiva (racionalidade ambiental e social, além da econômica), portanto coerentes à filosofia ecológica inicial do movimento.

Isto se confirmando, o sistema de produção orgânica estaria permitindo aos agricultores uma (re) ligação com o mercado, mas também simultaneamente no interior do movimento, uma (re) ligação com o mercado e também com a natureza, dependendo da prática e da motivação que se tem em trabalhar com a agricultura orgânica. No primeiro caso a produção orgânica pode ser entendida mais como uma estratégia de inserção no mercado, alternativa criada para enfrentar a crescente exclusão social a que os agricultores familiares se depararam ao longo deste processo de modernização agrícola. No segundo, a opção pelos orgânicos permitiria uma retomada de antigas práticas e formas de relação com a natureza que existiam nas primeiras formas de produção agrícola e que estavam sendo perdidas com o sistema de produção convencional.

Portanto este movimento fundamentado em uma filosofia ecológica é que estaria atualmente permitindo a criação de uma alternativa efetiva ao modelo de produção

agrícola convencional. Assim, a agricultura orgânica quando orientada exclusivamente pela racionalidade econômica não apresentaria diferenças para com o sistema convencional de produção, a não ser pela troca de utilização de insumos químicos por insumos orgânicos. Pois, quando a opção pela agricultura orgânica é motivada por princípios econômicos existiria a tendência a seguir as exigências mínimas para a certificação da propriedade, demonstrando que a preocupação ambiental é secundária. Por outro lado, a opção por um sistema de produção orgânico motivado por uma filosofia ecológica, nas quais a lógica da racionalidade econômica é uma esfera presente, mas não exclusiva ou até mesmo prioritária, existiria a tendência de se buscar um equilíbrio ecológico da propriedade.

Mesmo que o sistema orgânico esteja inserido na lógica de mercado capitalista, para que este seja ecológico deve existir necessariamente uma nova forma de relação com a natureza, ainda que resgatando antigas práticas, e novas formas de relação com a sociedade através da introdução de sistemas alternativos de produção que diminuam a dependência externa da propriedade, tão acentuada com as tecnologias do sistema convencional. Porém o sistema orgânico de produção à medida que se difunde internaliza uma nova lógica orientada pelo mercado, descaracterizando o movimento. Além deste processo de domesticação do mercado, estaria ocorrendo simultaneamente um movimento de agricultores que ainda buscam fundamentar suas práticas em princípios ecológicos. Isto porque aqueles agricultores que não se sentem mais contemplados pela agricultura orgânica, irão se organizar com o intuito de criar um movimento que possa recuperar os princípios que estão sendo perdidos.

Para a análise desta contra corrente pretende-se utilizar a concepção de Lamarche, na qual; “Os exploradores – utilizado aqui como termo análogo a produtores – organizam suas estratégias, vivem suas lutas e fazem suas alianças em função destes dois domínios: a memória que guardam de sua história e as ambições que tem para o futuro” (LAMARCHE, 1997, p.19, grifo nosso). Se as estratégias se formam em função destes dois domínios, memória do passado e expectativa com relação ao futuro, é necessário para entender a agroecologia enquanto estratégia de reprodução social, determinar qual é a motivação que leva os agricultores a trabalhar com um sistema alternativo de produção. Desta forma, parece-nos fundamental pensar na noção da construção de um projeto de vida para os agricultores ecológicos como forma de analisar as dimensões sociocultural e política no interior do movimento agroecológico.

Isto porque acreditamos que este processo de construção de novos projetos de vida, esta no centro das motivações deste movimento, uma vez que pressupomos que a busca por um projeto de vida ecológico é o que orienta estes agricultores familiares a gerirem seus sistemas de produção por uma nova lógica que vai além da racionalidade econômica.

Nossa hipótese é a de que os agricultores possuem um desejo de construção de um projeto de vida orientado por uma lógica que não se opõe inteiramente à lógica da racionalidade econômica imposta pelas modernas sociedades capitalistas, mas utiliza esta lógica na construção de seu projeto individual. Um projeto que alia a lógica da racionalidade instrumental moderna, principalmente de ordem econômica com a subjetividade de seus anseios individuais. Segundo Brandenburg:

É da subjetividade, enquanto âmbito de uma cultura, de uma experiência vivida, de uma personalidade individual e de um saber cognitivo, que emergem as aspirações, os objetivos e projetos que dão sentido à realização pessoal e motivo para enfrentar desafios e atingir ideais de vida. A esfera da subjetividade é responsável por engendrar uma visão de mundo, um modo de ser e de viver, por isso mundo da vida – “Lebenswelt” – no sentido Habermaseano. A dimensão da subjetividade é individual, mas enquanto produto de uma cultura vivida socialmente, e de uma realidade intersubjetivamente compartilhada.” (BRANDENBURG, 1999, p. 239)

O que define esta subjetividade são as formas singulares como as relações sociais se constituem no meio rural, ou seja, são relações sociais em um meio no qual existe a possibilidade de trabalhar e morar em um mesmo local, junto com a família, trabalhando a terra, com um sistema de produção ecológico, que permitiria reforçar os laços com a família e com a natureza, reforçando a noção de pertencimento a terra e a determinada localidade.

Desta forma este projeto de vida seria a reivindicação de algo que possa conciliar racionalidade instrumental e subjetividade e que encontra no movimento agroecológico esta possibilidade. Nesta perspectiva, acreditamos no pressuposto de que os agricultores agroecológicos caracterizam-se por um movimento social, onde novos atores buscam a construção de novos projetos de vida caracterizados por uma forma de relação com a natureza e com a sociedade, diferente daquela imposta pela racionalidade instrumental da vida moderna. Deste modo, a construção de novos projetos de vida na agricultura, fundamentado nos princípios da agroecologia, pode ser interpretado como uma reação à massificação da sociedade imposta por uma lógica orientada pelo capital.

Assim ao buscarem a sua realização em novos projetos de vida, os agricultores se afirmariam como novos atores sociais com interesses sociais e políticos específicos orientados por um sistema de produção que funciona, não apenas como uma estratégia de reprodução social, mas como uma estratégia que possa permitir ao indivíduo sua realização enquanto sujeito, na perspectiva de Touraine (1995).

02 – METODOLOGIA

O presente capítulo tem o objetivo de demonstrar a metodologia utilizada para a construção do trabalho, elucidando e justificando os procedimentos adotados na pesquisa. Demonstra-se de forma rigorosa e exata toda ação desenvolvida durante o trabalho de pesquisa bem como o instrumental utilizado, fontes, as formas de tabulação e tratamento dos dados, enfim, todo o procedimento adotado no trabalho de pesquisa para construção da análise.

2.1 – DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE PESQUISA

Embora com significação e utilização diversas os termos pesquisa-ação e pesquisa participante possuem alguns pontos em comum, no qual ressaltamos três principais: 1. Crítica em relação a metodologia tradicionalmente utilizada pelas ciências sociais, principalmente no que se refere a sua pretensa neutralidade e objetividade; 2. Recusa do postulado metodológico do necessário distanciamento entre sujeito e objeto de pesquisa e; 3. Princípio de que o conhecimento científico não deve ser apropriado por grupos dominantes, remetendo portanto a necessidade de socialização, tanto no que se refere a produção do conhecimento, quanto nos seus usos.

Existe, desta forma, uma ênfase na atitude consciente do pesquisador, que não deve se restringir a observação supostamente neutra devendo possuir uma postura ativa a partir de uma participação efetiva no cotidiano da população ou grupo pesquisado. Adotada esta postura, o processo de produção do conhecimento deve ocorrer em conjunto com a população pesquisada, devendo gerar um processo de educação coletiva como resultado da interação entre o conhecimento formal do pesquisador e o entendimento que a população pesquisada possui acerca de sua realidade. Como se utiliza uma postura com alto grau de inserção social, esta metodologia acabou por criar particularidades nas diferentes realidades em que foi utilizada.

Assim é que na Europa, especialmente na França, a pesquisa-ação se direcionou para as instituições sociais, concebidas como portadoras de uma “violência simbólica”, e para movimentos sociais de libertação (ecológicos, estudantis, de minorias), enquanto que na América Latina, onde as desigualdades materiais são mais ostensivas e a participação da maioria da

população no “poder do saber” representa um privilégio de poucos, esta alternativa de investigação dirigiu-se para os oprimidos ou dominados, aqueles que estão situados na base da estrutura social (campeiros, operários, índios). (HAGUETE, 2000, p. 110, grifo da autora)

Neste contexto a partir das décadas de 60 e 70, passam a se desenvolver em diferentes regiões da América Latina diversas práticas de pesquisa libertadora adequadas às especificidades locais diferindo-as, desta forma, das práticas de pesquisa-ação realizadas na Europa. Este processo propiciou o aparecimento, na década de oitenta, de uma pesquisa participante conceitual e metodologicamente definida que, embora adequada ao contexto latino americano, se mantém coerente aos pressupostos que a originaram. Esta adequação a realidade local fez com que autores como Haguete definissem “o termo pesquisa-ação para as práticas de origem européia, e pesquisa-participante para aquelas que tiveram a América Latina como lócus de investigação”. (ibid., p. 111)

Esta definição não é unânime, sendo que Thiollent demonstra que, embora ambas busquem a criação de alternativas aos métodos de pesquisa convencional, não existe unanimidade quanto à correta denominação para cada uma destas propostas metodológicas. Segundo sua definição, “As expressões ‘pesquisa participante’ e ‘pesquisa-ação’ são freqüentemente dadas como sinônimos. A nosso ver não o são, porque a pesquisa-ação, além de participação, supõe uma forma de ação planejada de caráter social, educativo, técnico ou outro, que nem sempre se encontra em proposta de pesquisa participante.” (THIOLLENT, 1985, p.07, grifos do autor) Desta forma, define a pesquisa-ação como uma pesquisa de base empírica que busca na interação entre pesquisadores e pesquisados desenvolver subsídios para intervenção e resolução de problemas, enquanto a pesquisa participante se restringiria a uma observação que apesar da interação, não possui necessariamente o objetivo explícito de modificação de determinada realidade social.

Haguete irá discordar desta definição por acreditar que a pesquisa participativa, da forma como desenvolvida e aplicada no Brasil, irá introduzir em suas práticas o componente “ação”, não se enquadrando portanto na definição proposta por Thiollent. Porém como este mesmo argumenta, “seja como for, consideramos que pesquisa-ação e

pesquisa participante procedem de uma mesma busca de alternativas ao padrão de pesquisa convencional. Não estamos propensos a atribuir muita importância aos 'rótulos'. Mediante a aplicação dos princípios metodológicos aqui em discussão, achamos que outro modo de designação possa ser cogitado, mas ainda não o encontramos" (ibid., p. 07 e 08, grifos do autor)

O instrumental de pesquisa adotado para esta pesquisa foi baseado na metodologia proposta por Thiollent de pesquisa-ação, embora para autores como Haguete o procedimento adotado devesse se enquadrar em uma definição de pesquisa participante, pela inserção na realidade social da América Latina. Independente da definição ou "rótulo", o que pretende-se neste momento é explicitar os procedimentos de pesquisa adotados, que através da metodologia proposta por Thiollent, teve o objetivo principal de entendimento de determinada realidade através de uma relação de interação entre pesquisador e pesquisados. Com este procedimento, pretende-se ainda, auxiliar a população que compõe a pesquisa no entendimento de sua realidade. Isto não ocorreu através da criação de uma pesquisa orientada para a solução de um problema particular, mas através da participação nas reuniões dos agricultores, auxiliá-los na construção deste movimento através da percepção do papel desempenhado na sociedade por um movimento social. Isto se tornou possível com a produção de documentos-síntese, que eram o produto final das reuniões e que ao mesclar o conteúdo de suas discussões, dúvidas e propostas com o conhecimento formal do pesquisador e dos técnicos que participam da construção do movimento, permitia uma melhor apreensão da realidade por todas as partes envolvidas.

Desta forma criou-se a possibilidade de um entendimento dialógico da realidade dentro dos parâmetros propostos pelo método da pesquisa-ação. Embora sem o objetivo explícito de transformação social ou de contribuir decisivamente para a resolução de um problema específico, parece correto afirmar que se foi possível em algum momento contribuir para que os envolvidos na pesquisa tivessem uma melhor compreensão do movimento agroecológico em um contexto social mais amplo, entendendo assim a posição social em que se encontram, já teremos de alguma forma contribuído para uma modificação desta realidade, dentro do proposto pela metodologia utilizada. Neste contexto, adquirimos o compromisso com as comunidades pesquisadas de retornar os resultados desta pesquisa nas reuniões dos grupos, como forma de dar continuidade a este processo.

2.2 – PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

2.2.1 – Fase exploratória

Inicialmente tinha-se a intenção de desenvolver uma pesquisa com os agricultores orgânicos da RMC, como forma de detectar a existência de agricultores que orientavam suas práticas por princípios ecológicos. Durante o primeiro semestre de 2002, iniciou-se um trabalho de revisão bibliográfica, com o objetivo de fazer um levantamento dos dados existentes sobre a temática de pesquisa, que abrangia as pesquisas realizadas sobre o tema, principalmente pelo MADE¹¹, e um referencial teórico que fundamentasse a pesquisa.

Em paralelo, iniciou-se os primeiros contatos com as associações de agricultores orgânicos, em especial a AOPA, e com pesquisadores vinculados a esta linha de pesquisa. A partir destes contatos iniciou-se o que se pode caracterizar por um pré-teste do trabalho de campo, pois ainda que auxiliando para um primeiro entendimento desta realidade, ainda não estava orientado por pressupostos de pesquisa devidamente sistematizados, porém nos forneceu subsídios para fazê-lo. Pode-se afirmar que este trabalho inicial, tanto teórico quanto as primeiras visitas de campo, foi de fundamental importância para a construção deste trabalho.

2.2.2 – Coleta de dados pela pesquisa-ação

Cada Núcleo da Rede Ecovida tem liberdade para determinar a periodicidade das reuniões desde que dentro dos parâmetros estabelecidos nos encontros ampliados. No Núcleo Maurício Burmester do Amaral se definiu inicialmente que ocorreriam reuniões mensais, tanto da coordenação geral deste Núcleo, quanto da comissão de ética no mesmo dia. Estes dois grupos, como se verá adiante, desempenham um papel fundamental para a Rede tanto no que se refere a organização do Núcleo quanto para o processo de certificação participativa. Posteriormente se definiu que estas reuniões aconteceriam a cada dois meses intercalados, ou seja, em um mês um grupo se reuniria e no mês seguinte o outro. Desta forma, desde o início do funcionamento deste Núcleo

¹¹ Curso de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR.

acontece mensalmente reuniões, não havendo a necessidade de, como recomenda Thiollent, se organizarem grupos de pesquisa ou técnicas como a do seminário.

Segundo este autor “A coleta de dados é efetuada por grupos de observação e pesquisadores sob controle do seminário central. As principais técnicas utilizadas são a entrevista coletiva nos locais de moradia ou de trabalho e a entrevista individual aplicada de modo aprofundado. (...) Alguns pesquisadores recorrem também a técnicas antropológicas: observação participante, diários de campo, histórias de vida, etc.” (op. cit. p. 64). Existe, portanto, uma variedade de técnicas e estratégias que o pesquisador pode adotar para a participação e ação junto ao grupo pesquisado. Nesta perspectiva o procedimento utilizado foi o de participar das reuniões já organizadas pelos grupos de agricultores como forma de iniciar um processo de participação que nos auxiliou a entender este movimento.

Para isso passamos, a partir do início de 2003, a participar regularmente com estes grupos de agricultores sempre buscando auxiliar na organização e desenvolvimento das reuniões, bem como nos objetivos do grupo. Ao mesmo tempo em que ao iniciarmos a observação buscávamos compreender suas motivações, histórias de vida e o projeto deste movimento que se instituía. Com uma postura ativa passamos a contribuir com o desenrolar das reuniões principalmente pelo retorno em cada encontro das anotações e observações da reunião passada, fato que fez com que com o tempo passássemos a ficar responsáveis pela elaboração de atas, relatórios e outros documentos que necessitavam ser produzidos em cada reunião. Este fato permitiu que se desenvolvesse uma relação muito positiva tanto entre pesquisador e pesquisados, quanto do conhecimento formalmente constituído do pesquisador e o conhecimento informal dos agricultores sobre a sua realidade e suas práticas.

Dentro da concepção da pesquisa-ação, o estudo da relação entre saber formal e saber informal visa estabelecer (ou melhorar) a estrutura de comunicação entre dois universos culturais: o dos especialistas e o dos interessados. (op.cit. p. 67, grifo do autor). A diminuição da distância entre estes dois universos distintos cria as condições necessárias para que se estabeleça uma relação de confiança facilitando a interação e compreensão da realidade. Com esta perspectiva o objeto de estudo deixa de ser apenas um “objeto” para se tornar também sujeito do conhecimento, na medida em que auxilia conscientemente o pesquisador em sua construção.

Importante exemplo desta interação aconteceu no momento da realização do Curso de Formação e Capacitação do Núcleo de Ética da Rede. Os membros do núcleo de ética são responsáveis pelas visitas às propriedades que pedem a certificação da Rede. Pelas normas da Rede somente podem realizar estas visitas aqueles agricultores que passarem por um curso de formação e capacitação, pelo qual se discutem as diretrizes da Rede, a postura adotada e os procedimentos das visitas, conceito de ética, diferenças entre a certificação participativa e a realizada por auditoria, entre outros. No Núcleo MBA este curso realizou-se com duas turmas nos dias 07, 13, 20 e 27 de agosto de 2003 e teve como facilitadores Eliziana Vieira de Araújo e Rogério Rosa da AOPA e como relatores Gustavo Pinheiro pesquisador da UFPR e Ruth Adriana técnica da Emater de Morretes. Como produto destas reuniões tivemos a oportunidade de produzir um material que foi posteriormente divulgado para todos os grupos do Núcleo.

Este curso que tinha como objetivo principal a formação e a capacitação de agricultores para certificação participativa da Rede, extrapolou este objetivo permitindo a criação de uma síntese dos princípios e o entendimento que os agricultores tinham a seu respeito. Com a interação dos técnicos e pesquisadores foi possível elaborar um documento síntese que mesclou o conhecimento gerado coletivamente com a visão técnica, permitindo através deste documento, que se levasse o conhecimento gerado neste processo a um número maior de produtores em todos os grupos do Núcleo. Esta postura adotada fez com que tivéssemos uma interação muito positiva com todo o grupo, o que acabou se mostrando um excelente facilitador para as entrevistas futuras que iriam se realizar.

2.3 - Entrevistas

Como forma de orientar o procedimento de pesquisa adotado para confirmação de nossas hipóteses utilizou-se a orientação de Bourdieu, por sua preocupação com aspectos qualitativos da entrevista principalmente no que se refere a relação entre pesquisador e entrevistado. O autor chama a atenção para alguns aspectos metodológicos para reduzir ao máximo a violência simbólica que se pode exercer através desta relação de troca que se estabelece em uma entrevista, ou seja, demonstra como alguns cuidados podem ser estabelecidos com o intuito de que a relação social que

se estabelece no momento da entrevista se torne uma forma de comunicação *não violenta*. Para que isto seja possível é necessário atentar para alguns aspectos.

A necessidade de perceber o sentido da entrevista e da pesquisa como um todo para o entrevistado sendo necessário, portanto, que haja um esclarecimento sobre a pesquisa para que o pesquisado entenda seus fins e utilidades. Da mesma forma o pesquisador deve procurar entender as motivações do pesquisado e relacionar esta com sua posição social dentro do grupo a que pertence. Entender quais razões o levaram a participar da pesquisa auxilia na percepção do que ele pode e o que ele não pode dizer e os motivos de acentuar alguns fatos e omitir outros, levando a uma análise mais apurada e, portanto, mais correta de suas respostas.

Estes cuidados, segundo Bourdieu, devem ser levados em conta na medida em que diferentes níveis culturais geram uma dissimetria social, principalmente se o pesquisador ocupa uma posição superior na “hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural.” (BOURDIEU, 1997, p. 695) Desta forma, o “mercado de bens lingüísticos e simbólicos que se institui por ocasião da entrevista varia em sua estrutura segundo a relação objetiva entre o pesquisador e o pesquisado ou, o que dá no mesmo, entre todos os tipos de capitais, em particular os lingüísticos, dos quais estão dotados” (id.). Assim a forma com que o pesquisador se expressa na entrevista pode acentuar ou minimizar esta dissimetria social e a violência simbólica que dela se estabelece.

Desta forma, para o autor, estar consciente destas duas propriedades da entrevista, o sentido da pesquisa para ambas as partes e a relação existente entre todos os tipos de capitais em especial o capital cultural, auxilia o pesquisador a dominar os seus efeitos, embora não seja possível anulá-los. Somente com esta atitude consciente é que se pode reduzir ao máximo a violência simbólica que se instaura no momento da entrevista.

Para que o pesquisador compreenda o real significado do que expressa o entrevistado em sua fala é necessário compreender também o poder que este tem de expressar-se e a relação entre a linguagem comum e a linguagem erudita.

Sendo muitas vezes prematura, a ambição de jogar fora a linguagem comum para adotar em seu lugar, pura e simplesmente, uma linguagem perfeita, por ser inteiramente construída e formalizada, corre o risco de desviar da análise, mais urgente, a lógica da linguagem comum: somente essa análise pode dar ao sociólogo o meio de redefinir as palavras comuns no interior de um sistema de noções expressamente definidas e metodicamente depuradas, ao mesmo tempo que submete à crítica as categorias, problemas e esquemas, retirados da língua comum pela língua erudita, que ameaçam sempre se reintroduzir na linguagem sob os disfarces eruditos da língua mais formal possível.” (BOURDIEU, 1999, p.32).

O que o autor nos recomenda portanto é fazer uma reflexão acerca da lógica da linguagem estabelecida pelo entrevistado, sem menosprezá-la, na medida em que simplesmente livrar-se da linguagem comum poderia significar um erro tão grande quanto tomar esta linguagem como a análise construída. O perigo existente de contaminação da sociologia pela *sociologia espontânea* pode ser evitado por uma postura constante de vigilância epistemológica do discurso sociológico, para evitar que as noções sociológicas não se confundam com as pré-noções de senso comum. A construção do pensamento sociológico não deve ignorar a linguagem comum, mas fazer uma análise de sua lógica e redefini-las no interior de um sistema de noções pré-construído.

Com relação à entrevista, Bourdieu alerta ainda para o fato de que os entrevistados podem tentar induzir o pesquisador a ter como real a imagem que o próprio entrevistado tem como real ou uma outra que seja interessante a este passar como sendo a realidade, atitude que pode ser consciente ou não. Este fato aumenta a necessidade do pesquisador atentar a posição social em que está inserido o entrevistado, para confrontar suas declarações com seus interesses.

Outro ponto possível de distorções é a situação em que o entrevistado apresenta um discurso pronto, que pode ter sido preparado anteriormente, ou sem intencionalidade somente a repetição de um discurso inerente ao movimento a que pertence e que mesmo inconscientemente acaba por reproduzi-lo. Esta é uma situação difícil de ser contornada pois faz o entrevistado dominar a situação, podendo até impor ao pesquisador a sua definição de jogo. Somente a sensibilidade do pesquisador e sua experiência saberá distinguir estes casos em que poderão ocorrer situações em que a entrevista terá que ser invalidada para os fins da pesquisa. Mais uma vez determinar com antecedência a

posição social do entrevistado, dentro da estrutura do objeto de pesquisa deve auxiliar no sentido de evitar este tipo de distorção. O autor alerta que o discurso camponês ou operário são os mais propensos a uma reprodução de discursos prontos, embora isto não converta necessariamente em regra.

Desta forma as duas condições principais de uma comunicação não violenta são a proximidade social e a familiaridade. Em pesquisa realizada pelo autor, sempre que possível, instruíam com técnicas de pesquisa pessoas que tivessem familiaridade com a realidade pesquisada. “... do mesmo modo nós tentamos, todas as vezes que era possível, de neutralizar um dos maiores fatores de distorção da relação de pesquisa instruindo com técnicas de pesquisa pessoas que pudessem ter acesso, em razão da familiaridade, a categorias de pesquisados que desejávamos atingir.” (BOURDIEU, 1997 p.697) Se esta estratégia diminui a violência pela familiaridade, possui o inconveniente de não permitir que o entrevistador perceba fatos novos não previstos anteriormente quando da construção do instrumento de pesquisa, justamente pela familiaridade do entrevistador com esta realidade.

Bourdieu chama a atenção para uma forma específica de se fazer entrevistas, procedimento que ele defende em oposição a metodologias supostamente mais neutras. Para este autor o pesquisador deve possuir uma liberdade maior de participar e assim conseguir uma entrevista mais natural e sincera. Com esta postura pode-se reduzir a violência simbólica desta relação, diminuindo à distância existente entre pesquisado e entrevistado.

A noção de neutralidade aqui não é anular a intervenção e sim pelo contrário, utilizar a intervenção na construção da realidade, sendo que, para o autor em uma entrevista só é espontâneo o que é construído pela interação entre ambas as partes. A intervenção pela qual o pesquisador participa efetivamente com seu interlocutor com a familiaridade de uma *conversa comum* é “... o que distingue de modo mais claro a conversa comum, ou a entrevista tal como nós a temos praticando, da entrevista na qual o pesquisador, preocupado com a neutralidade, se proíbe todo envolvimento pessoal” (ibid., p.706). A orientação de um observador na busca pela neutralidade pode gerar perguntas forçadas e artificiais, ou seja, a entrevista surge como algo imposto ao entrevistado sob a desculpa da neutralidade.

Para que esta proposta se torne bem sucedida é necessário que se tenha *consciência do perigo*, ou seja, consciência das possíveis distorções existentes nas diversas formas de expressar opiniões a respeito de um fato ou questionamento. O reconhecimento das noções do senso comum e sua influência nas representações científicas da realidade social é o que permite uma construção objetiva desta realidade. “Basta de fato deixar acontecer, abster-se de toda intervenção, de toda construção, para cair no erro: deixa-se então o campo livre as preconstituições ou ao efeito automático dos mecanismos sociais que estão atuantes até nas operações científicas mais elementares” (ibid., p. 707). Este questionamento constante dos pressupostos e das preconstituições da realidade, que existem tanto no entrevistado quanto no pesquisador, é o que permite distinguir a aparência de um fenômeno da que ele efetivamente é na realidade.

2.3.1 – Coleta de dados por entrevistas

A opção pela realização de entrevistas utilizando-se questionário ocorreu como forma de complementar a análise que estava sendo realizada pelas participações nas reuniões da Rede. Se por um lado, esta participação havia nos possibilitado compreender o projeto coletivo deste núcleo da Rede Ecovida, por outro faltava-nos determinar as motivações individuais destes agricultores, sua opção pela agroecologia e a Rede Ecovida e o portanto o entendimento dos sujeitos que vinham realizando todo este processo. Para isso formulamos um instrumento de pesquisa que para ser coerente com a metodologia da pesquisa, deveria dar a possibilidade de expressão a estes agricultores. Para tanto foi elaborado um questionário (ver modelo em anexo, p. 117) que permitia uma maior flexibilidade de respostas e uma abordagem na qual a interação entre as partes permitia um aprofundamento de algumas questões não previstas anteriormente.

Como já foi colocado, a familiaridade com os agricultores adquirida pela participação em diversas reuniões criou o ambiente propício à aplicação do questionário, sem comprometer os princípios metodológicos que nortearam a pesquisa desde o seu início. Como coloca Thiollent: “Na pesquisa-ação o questionário não é suficiente em si mesmo. Ele traz informações sobre o universo considerado que serão analisadas e discutidas em reuniões e seminários com a participação de pessoas representativas” (op cit, p. 65). Em nosso caso específico a participação nas reuniões da

Rede nos permitiu, sempre que se fez necessário, questionar os indivíduos pessoalmente ou todo o grupo, com relação a aspectos surgidos nas entrevistas que geraram dúvidas ou ambigüidades. Esta interação que mesclou participação nas reuniões e entrevistas individuais permitiu uma abordagem bastante fecunda do problema de pesquisa. Para que isto se concretizasse seria necessário estabelecer uma estratégia de investigação que permitisse contemplar todos os grupos pertencentes ao Núcleo MBA e a diversidade de cada um dos 21 grupos que o compõe.

TABELA 1 – NÚMERO DE ENTREVISTAS POR GRUPO

GRUPO	FAMÍLIAS CADASTRADAS	ENTREVISTAS REALIZADAS
1. Campina Grande do Sul	11	05
2. Fruto Caipira	03	*
3. João de Barro	11	04
4. Manancial	08	01
5. Pintassilgo	05	02
6. PRODORGAN	11	06
7. Sabugueiro	12	04
8. Solo Vivo de Dahvi	14	06
9. Saúde e Vida	11	02
10. Arrozeiro	06	01
11. Cheiro da Mata	07	01
12. Sábia da Mata	11	04
13. Três Barras	05	01
14. APECO	08	02
15. APEP	18	07
16. Bioland	04	02
17. Terra Livre	10	04
18. Beija-flor	05	02
19. Don José Gomes	04	02
20. Margarida	10	01
21. Estrela	04	03
21 grupos	181 famílias	60 entrevistas

Fonte: Pesquisa de campo

*Grupo sem participação efetiva no momento da pesquisa.

Como pode-se observar na tabela 01, os 21 grupos do Núcleo MBA estão divididos em 15 municípios de três regiões distintas RMC, Litoral e Campos Gerais,

onde foram realizadas um total de 60 entrevistas em 20 grupos, sendo que o único grupo não contemplado na amostra não tem participado efetivamente do Núcleo. Após discussão no Núcleo de Ética sobre o procedimento adequado para este caso, decidiu-se que este grupo será chamado a prestar esclarecimentos sobre a sua não participação, fato que pode gerar o desligamento do mesmo uma vez que a participação é pré-requisito a filiação. Este fato fez com que tirássemos o grupo “Fruto Caipira” de nossa amostra.

Pelas condições limitantes de tempo, espaço e de recursos financeiros para a realização da pesquisa optamos por trabalhar com um sistema de amostragem e representatividade qualitativa. Raymond Boudon, ao demonstrar quando a análise qualitativa deve substituir a quantitativa, coloca o seguinte: “Existem também situações em que é mais vantajoso utilizar métodos qualitativos onde métodos quantitativos poderiam ser usados, por motivos de ligeireza, custo ou rapidez.” (BOUDON, 1973, p. 109) Desta forma a opção por uma amostragem dirigida aconteceu em maior parte pela necessidade operacional da pesquisa do que por opção metodológica. Este procedimento, abre a possibilidade de se realizar uma pesquisa com um adequado grau de representação desde que observados alguns critérios. Segundo Thiollent, “A necessidade de construir amostras para a observação de uma parte representativa do conjunto da população considerada na pesquisa-ação é assunto controvertido.” (op cit, p.60) O autor demonstra que os defensores desta metodologia se dividem em várias posições quanto a utilização ou não de amostras onde se destacam três vertentes principais.

A primeira exclui qualquer possibilidade de se trabalhar com amostragem pois defende que todo o universo pesquisado deve ser contemplado como forma de validar a pesquisa. Embora concordemos que esta seja a condição ideal de pesquisa não possuíamos as condições necessárias para este procedimento, pois ainda que seja um universo restrito ele está geograficamente localizada de forma muito dispersa. Uma segunda vertente recomenda a utilização de amostras desde que haja um cálculo de representatividade estatística para determinar o número adequado de entrevistas. Embora estabeleça uma desejável segurança estatística, este formato possui o inconveniente de as entrevistas serem determinadas de forma aleatória, criando a necessidade de se visitar exatamente as famílias sorteadas o que certamente gera alguns entraves em uma pesquisa com limitantes já mencionados.

Existe ainda a possibilidade de se trabalhar com amostragem baseada em uma terceira posição, que defende a possibilidade de se adotar critérios de representatividade qualitativa, onde a experiência do pesquisador permite uma determinação dirigida do tamanho da amostra. Segundo Thiollent:

Mesmo em pesquisa convencional, ao planejarem amostras de pessoas a serem entrevistadas com alguma profundidade, os pesquisadores costumam recorrer às chamadas “amostras intencionais”. Trata-se de um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto. Este princípio é sistematicamente aplicado no caso da pesquisa-ação. Pessoas ou grupos são escolhidos em função de sua representatividade social dentro da situação considerada”. (op. cit. p. 62)

Desta forma iniciou-se um processo de seleção de uma amostragem dirigida seguindo os seguintes princípios: que estivessem representados todos os grupos do Núcleo e que a amostra conseguisse representar de forma satisfatória uma possível diversidade existente no interior de cada um dos grupos. Assim começamos a entrevistar os agricultores que participavam das reuniões do Núcleo e da Coordenação Geral, procedimento que inicialmente gerou o inconveniente de estarmos trabalhando somente com os representantes dos grupos, o que poderia gerar um questionamento sobre a representatividade da amostra.

Este limitante foi contornado por dois aspectos: o primeiro é que foi possível observar que muitos grupos não possuem um representante fixo, ou seja, existe um revezamento dentro do grupo no qual de tempos em tempos as famílias se revezam na função de participar destas reuniões que são, como já foi colocado, pré-requisito para uma Rede que se pauta em processo de certificação *participativa*. Este revezamento não é geralmente espontâneo, sendo determinado no interior do grupo como forma de não sobrecarregar apenas uma ou duas pessoas do grupo. A participação acontece, desta forma, muitas vezes por uma necessidade do que por um voluntariado ou pela vontade pessoal de participação.

Através desta alternância de representantes foi possível identificar dois aspectos fundamentais: i) os grupos com maior heterogeneidade e que precisariam de uma

amostragem maior e ii) talvez o mais importante, que na grande maioria dos casos os representantes dos grupos, tanto na Coordenação Geral, quanto no Núcleo de Ética, não eram necessariamente lideranças no sentido mais amplo do termo e sim em muitos casos pessoas que tinham a disponibilidade de viajar a Curitiba, ou que apenas estavam na vez neste revezamento que se instituiu no interior dos grupos.

Uma preocupação quando da seleção do universo de pesquisa referiu-se a necessidade de se questionar constantemente a heterogeneidade existente dentro dos grupos como forma de contemplar a diversidade interna existente, principalmente nos grupos maiores. Esta dúvida sobre a representatividade da amostra, ou seja, se o número de entrevistas realizadas representava fielmente a realidade de determinado grupo, foi amenizada pela resposta dada num segundo questionamento: o motivo da existência de 05 grupos na lapa, sendo 03 no Assentamento Contestado.

A existência de 03 grupos em um assentamento de 108 famílias, onde destas nem todos são orgânicos, levou a entender que os grupos se reúnem por afinidades produtivas, ou seja, a organização ocorre pela existência de objetivos comuns no que se refere a produção e conseqüentemente a organização da propriedade, o que leva estes grupos a se tornarem um tanto quanto homogêneos quanto a suas expectativas com relação ao futuro. O mesmo, porém, não pode ser dito quanto as suas raízes históricas e, portanto quanto a sua bagagem sócio cultural podendo esta ser diversa. Desta forma buscou-se ampliar a amostra de entrevistas no interior dos grupos nos quais se percebeu uma incidência maior de distintas trajetórias sociais.

Com relação às exceções, ou seja, os grupos que mantiveram um representante ou que necessitavam de um maior número de entrevistas pela heterogeneidade dos grupos, o procedimento adotado foi a continuação do trabalho de campo para garantir a representatividade. Exemplo deste caso é a APEP de Palmeira, no qual o representante do grupo em ambos os casos era o mesmo de um grupo de 18 agricultores. Neste caso precisava-se determinar qual o grau de heterogeneidade no interior do grupo, para delimitar o tamanho da amostra. Para isso participamos de uma reunião do grupo com a presença de praticamente todas as famílias onde pode-se constatar que, com relação a origem dos agricultores e os sistemas de produção, não havia diferenças marcantes. Porém constatou-se que alguns agricultores residiam em uma Vila Rural com uma área

muito pequena e que esta diversidade deveria ser considerada. Assim das sete entrevistas realizadas duas foram com moradores desta Vila Rural.

Outra exceção é o grupo Manancial de Almirante Tamandaré que, por ser um grupo que acabara de se filiar a Rede e que em sua maioria possui agricultores que estavam iniciando o processo de conversão da propriedade para o sistema agroecológico ou possui agricultores com origem urbana que ainda nem estão produzindo. Desta forma uma amostragem muito alta deste grupo descaracterizaria o que realmente está acontecendo no Núcleo, por ser este uma exceção, embora não retirá-lo da amostra nos parecesse uma decisão coerente.

Com a adoção destes procedimentos acreditamos que todos os grupos foram representados de forma satisfatória a exceção do grupo Margarida da Lapa. Na ocasião em que estivemos na Lapa visitando os grupos que necessitavam de uma maior representatividade não houve tempo para visitar este último grupo e como já haviam sido feitas doze entrevistas neste município, acreditamos possuir ao menos o mínimo necessário para garantir esta representatividade. A existência de cinco grupos em um mesmo município tem se mostrado um procedimento ineficiente motivo pelo qual está se discutindo atualmente a fusão de pelo menos três destes, inclusive como forma de facilitar a participação nas reuniões da coordenação e do núcleo de ética e não compartimentar as informações e interesses de uma mesma localidade em tantos grupos.

Com esta perspectiva acreditamos que não houve distorções pela baixa representatividade do grupo Margarida por se tratarem de grupos muito próximos e a região como um todo está devidamente contemplada. Deve-se ressaltar ainda que muitos grupos que se filiam a Rede já existiam, formalizados ou não, antes da adesão à Rede. Após este processo de filiação, os interesses passam a convergir, o que possibilita a fusão destes grupos da Lapa e explica a baixa incidência de mais de um grupo no mesmo município, excedendo-se a Lapa. Muitas vezes, já existiam organizações de agricultores anteriores a filiação à Rede, como no caso do grupo Caqui Orgânico, que ao se filiar à rede passa a se chamar Campina Grande do Sul, o que demonstra que em alguns casos já existiam grupos de agricultores organizados por afinidades produtivas.

03 – REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

Pretende-se neste capítulo realizar uma análise das estratégias de organização e gestão da Rede Ecovida de Agroecologia, bem como do discurso e do entendimento dos atores sobre esta organização, suas diretrizes e normas, como forma de elucidar qual o projeto coletivo deste movimento. O confronto entre os princípios e normas que orientam o funcionamento da Rede, em detrimento das práticas implementadas efetivamente pelos produtores, permite perceber as contradições advindas da dificuldade de se efetivar alguns aspectos defendidos pela Rede. Estes limites geram um sentimento contraditório no agricultor criado pelo conflito existente entre o modelo ideal que se busca pela prática agroecológica e as imposições criadas pelas condições materiais.

Ao se analisar o caderno de normas da Rede pode-se demonstrar que a conduta agroecológica é uma construção criada em etapas muito bem definidas. Desta forma a agroecologia pode ser entendida como um projeto futuro que orienta as ações presentes retomando práticas do passado. Antes de ser entendido como um projeto utópico, deve ser entendido como algo que está sendo colocado em prática, através da delicada relação entre os limites e possibilidades de sua base material e desta dimensão ideal, criada em conjunto pelos sujeitos individual e coletivo. Por isso a necessidade de se entender o que os indivíduos e o movimento idealizam como sendo agroecologia e a perspectiva do projeto através desta relação entre a dimensão utópica e real.

3.1 –ANÁLISE DE REDES

Segundo definição de Ilse Scherrer-Warren, o termo rede é atualmente empregado, tanto como um conceito teórico metodológico utilizado pela ciência, quanto uma definição na qual diferentes atores sociais fazem referência a determinados práticas ou relações sociais. Quanto ao aspecto metodológico deve-se preliminarmente determinar qual o conceito de rede a que se refere à análise, dentro das diferentes perspectivas possíveis em distintas áreas das ciências. Uma grande variedade de abordagens que em muitos casos mesclam diferentes disciplinas tem dado a este termo uma gama considerável de significados e possibilidades de utilização. Biologia, geografia, sociologia, antropologia, ecologia, administração, política, são algumas das

disciplinas científicas que utilizam a noção de rede em suas abordagens, fazendo necessário uma definição da abordagem utilizada para esta análise.

Como um conceito operacional utilizaremos a noção definida enquanto “estratégia de ação coletiva” ou seja, “ao uso operacional-instrumental do conceito por atores sociais.” (SCHERRER-WARREN, 1999, p.23) Desta forma a autora demonstra como, entre as diferentes abordagens possíveis, atualmente “a noção de rede vem sendo empregada de forma crescente pelos atores coletivos dos movimentos sociais, como conceito propositivo com atributos ideológicos e simbólicos.” (ibid., p. 23) A articulação de movimentos sociais em torno de redes de ação, nos quais atores sociais se unem em torno de um objetivo coletivo, permite entender a criação de redes como uma estratégia que, através de um mecanismo descentralizado, permite uma expansão menos burocratizada e, portanto com maior participação e eficácia.

“Subjacente a essa idéia encontra-se, pois, uma nova visão do processo de mudança social – que considera fundamental a participação cidadã – e da forma de organização dos atores sociais para conduzir esse processo” (ibid., p. 24). Esta perspectiva crítica, na qual os movimentos sociais se organizam em rede como estratégia para mudanças sociais, permite uma abordagem sociológica desta concepção. Abordagem esta que, segundo Scherrer-Warren, pode ser dividida em duas perspectivas principais: uma pela teoria de mobilização de recursos (TMR) de tradição predominantemente americana e outra da teoria dos novos movimentos sociais (TNMS) oriunda de uma tradição européia.

A primeira tradição (TMR) focou seus esforços na mobilização dos atores no sentido de compreender como estes se articulam em torno de um objetivo comum para o desenvolvimento das redes. As motivações e a origem desta mobilização, o que faz com que pessoas se articulem, como se formam estes elos e sua relação com o contexto social em que estão inseridos, são os pontos em comum desta perspectiva que permite abordagens distintas. Em outra perspectiva a segunda tradição (TNMS) utiliza a noção de redes para caracterizar o campo ou tipos de articulações políticas, ideológicas ou simbólicas entre os diferentes atores coletivos. Esta articulação ocorre quando estes atores compartilham de uma identidade coletiva e de uma cultura de movimento, que carreguem em si uma ideologia crítica da sociedade, ou como coloca Melucci (1989),

mensagens simbólicas que desafiam os padrões dominantes propondo inovações culturais.

Dentro desta segunda perspectiva é que Scherer-Warren propõe que “as Ciências Sociais procurem compreender o significado das articulações políticas entre atores diversos em torno de mensagens simbólicas e projetos comuns.” (ibid., p.27) Coerente com esta proposição é que pretende-se compreender a motivação comum aos atores envolvidos no movimento agroecológico. Qual o projeto defendido por estes atores organizados em torno da Rede Ecovida? Qual a motivação individual, ou seja, existem projetos individuais comuns?

Com este intuito será seguida a proposta da autora, que desenvolve uma perspectiva metodológica para as ciências humanas que permita compreender as diferentes formas de auto-organização que tem sido proposta pelos movimentos sociais baseados em ações coletivas, que tem se organizado no sentido de criar propostas sociais diferenciadas levando em conta os atores sociais e seus interesses, bem como, as especificidades locais de cada região. Para esta compreensão deve-se perceber os pressupostos ideológicos que levam a organização destes movimentos em rede a partir de três aspectos principais.

Inicialmente com relação à mobilização de recursos humanos e as relações que se estabelecem entre os mesmos, como forma de compreender as motivações que predispoem os atores a esta mobilização. Em seguida, compreender as estratégias de organização, gestão e ação deste movimento, elucidando através de suas práticas as contradições internas, principalmente na relação existente entre o discurso e suas práticas. Por fim, deve-se buscar compreender o efeito multiplicador das redes, ou seja, a capacidade da rede de disseminar o seu ideal, seu projeto de sociedade, de participação e democratização para toda a sociedade.

Estes são os eixos de referência para o entendimento da atuação da Rede Ecovida de Agroecologia no sentido de determinar as diferenças existentes entre o discurso e a prática, uma vez que as propostas de criação de mecanismos alternativos de participação e reivindicação dos interesses coletivos, muitas vezes está fundamentado em um projeto ideal de sociedade e, portanto utópico. Até que ponto se consegue implementar os projetos coletivos que muitas vezes se opõe a grandes interesses do *status quo*, e até que ponto estes ficam somente no plano da reivindicação, parece ser

um aspecto de fundamental importância para compreender a atuação de determinada rede em um contexto social mais amplo.

3.1.1 – Caracterização da Rede Ecovida de Agroecologia

A criação da Rede Ecovida de Agroecologia deve ser entendida como resultado histórico da articulação em torno das reivindicações de agricultores alternativos e ecológicos que vem buscando legitimar suas práticas em oposição ao modelo tecnológico convencional. Como as discussões que originaram a IN-007 de 1999 dividiram as opiniões sobre os melhores procedimentos para o processo de certificação das propriedades orgânicas, inicia-se em Santa Catarina no ano de 1998, um debate sobre a formação de um instrumento para certificação participativa que funcionasse como uma alternativa efetiva a certificação por auditoria, que não contemplava os interesses dos agricultores familiares e suas associações. Ao final do ano de 1998 se forma a Rede Ecovida de Agroecologia que, a partir de 2000, se agrega a outras instituições existentes nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

Tendo ampliado então sua área de atuação para os três estados do sul do Brasil, iniciou-se a discussão entre as entidades membros e suas bases para a formulação dos primeiros documentos sobre o funcionamento e processo de uma certificação participativa, da qual originou-se um documento de normas e organização de funcionamento. Desde então, a Rede Ecovida vem se constituindo em um espaço de articulação entre agricultores familiares, organizações de assessoria e pessoas envolvidas e simpatizantes com a produção, processamento, comercialização e consumo de produtos ecológicos. Em texto produzido por coordenadores da Rede Ecovida, já citado anteriormente, a agroecologia foi definida da seguinte forma:

Há mais de 20 anos se vem construindo, no Sul do Brasil, alternativas concretas de organização, produção e comercialização de alimentos baseadas numa nova ética, a partir de valores e princípios de respeito ao meio ambiente, de solidariedade, de cooperação, de respeito às diferenças, de resgate à cultura local, de valorização dos seres humanos, e da vida, a esta nova visão de agricultura – que carrega consigo uma nova proposta de desenvolvimento para a humanidade – está se chamando agroecologia. (MÁRQUEZ et al, p. 02, 2001)

Este conceito de agroecologia foi desenvolvido inicialmente com o intuito de desenvolver um aparato conceitual fundamentado em bases científicas para as práticas da agricultura alternativa. Nos anos 80 autores como Altieri (1989) e Gliessman (2000) passam a defender a agroecologia como a disciplina que incorpora na pesquisa agropecuária elementos sociais, culturais e ecológicos. Para autores como Assis e Romeiro:

A ciência agroecológica resgata, sob novas bases tecnológicas e econômicas, a lógica da complexificação das sociedades camponesas tradicionais e seus conhecimentos desprezados pela agricultura moderna como forma de vencer o desafio de estabelecer uma agricultura sustentável. Integra para isso princípios ecológicos, agronômicos e socioeconômicos, como forma de melhor entender o efeito das tecnologias sobre produção agrícola e a sociedade como um todo. (ASSIS e ROMEIRO, 2002, p.77)

A necessidade de dar uma continuidade ao desenvolvimento de alternativas para a agricultura fez com que as organizações de agricultores encontrassem no termo agroecologia um suporte para definir suas práticas em oposição ao que agora se instituiu como agricultura orgânica e que já não mais representava seus princípios. Conforme definição do “Caderno de Formação da Rede Ecovida de Agroecologia”, “O conceito de produto ecológico corresponde ao de produto orgânico, porém traz embutido aspectos referentes à equidade social, solidariedade, associativismo, valorização cultural, autonomia das comunidades locais, respeito aos ecossistemas, entre outros que não se restringem aos aspectos técnicos produtivos.” (ECOVIDA, 2004, p. 16)

Com esta definição evidencia-se que a concepção de agroecologia surge para estes agricultores como a possibilidade de continuidade ao movimento de agricultura alternativa que vinha perdendo sua postura crítica com a institucionalização da agricultura orgânica. Por isso na definição utilizada a concepção de agroecologia surge como a superação da agricultura orgânica, no sentido de um algo a mais que deve ser realizado além dos aspectos técnicos produtivos, para a obtenção de um produto ecológico, resgatando desta forma princípios da filosofia original do movimento.

Com o intuito de não mais descaracterizar esta filosofia ecológica, como ocorreu com a agricultura orgânica, a Rede passa a trabalhar com princípios e objetivos que são constantemente redefinidos e tem como metas fortalecer a agroecologia nos seus mais amplos aspectos, disponibilizando por sua formação em rede, informações entre todos os envolvidos como forma de compartilhar os ideais que os compõe. Além disso a criação de um sistema de certificação participativa, alternativa a certificação externa realizada por auditoria propicia o desenvolvimento de mecanismos para geração de credibilidade e de garantia dos processos desenvolvidos pelos seus membros.

A Rede Ecovida de Agroecologia possui um sistema de organização descentralizado com a criação de núcleos em diferentes regiões reunindo membros de uma região com características semelhantes. Entre seus membros encontram-se além dos grupos de agricultores, ONGs, entidades de assessoria e de consumidores, processadoras e outras pessoas físicas e jurídicas que compartilham o objetivo comum de desenvolver a agroecologia. Atualmente a Rede Ecovida conta com 21 núcleos regionais nos três estados do sul do Brasil, sendo 8 núcleos no Rio Grande do Sul, 7 em Santa Catarina e 6 no Paraná. Abrangendo cerca de 170 municípios seu trabalho congrega aproximadamente 200 grupos de agricultores, 20 ONGs e 10 cooperativas de consumidores. (MAPA O1, em anexo, p. 113)

Os grupos de agricultores de uma região formam um Núcleo Regional que pode incluir ainda outras instituições como cooperativas e ONGs. Cada grupo deve ser formado por no mínimo três famílias agricultoras onde, uma vez ao mês todas as famílias devem visitar a propriedade de uma família. As diretrizes da Rede recomendam que o número máximo de famílias em um grupo não passe de doze para que todas as famílias sejam visitadas ao menos uma vez ao ano. Como um dos pressupostos deste tipo de organização é respeitar as características e a diversidade existente em cada região, os Núcleos Regionais tem autonomia de decisão, o que faz com que existam grupos de agricultores com número superior a este, embora seja necessária uma organização para que todas as famílias do grupo sejam visitadas com regularidade.

Esta dinâmica de reuniões mensais nos grupos faz com que os agricultores de uma mesma região passem a agir de forma mais integrada, compartilhando idéias, técnicas, problemas, soluções, etc. Nestas reuniões a família visitada leva o grupo a conhecer a sua propriedade onde ocorre não apenas a troca de experiências mas

também, o início do processo de certificação participativa. Com este processo os agricultores vizinhos estão constantemente acompanhando e de certa forma “inspecionando” as propriedades do grupo. Na ocasião da visita para a certificação participativa somente podem fazer a inspeção agricultores pertencentes a outro grupo filiado a rede. O fato de uma propriedade jamais ser certificada pelas famílias do mesmo grupo, além de gerar um aumento na credibilidade do processo de certificação, permite o intercâmbio e a troca de experiências entre os diferentes grupos.

A proximidade dos grupos ligados a um núcleo facilita a troca de informações e a certificação participativa, além de que, a estrutura descentralizada incentiva as características de cada região. Segundo material de divulgação da Rede¹²: “A certificação participativa é uma forma de certificação que além de garantir a qualidade do produto ecológico, permite o respeito e a valorização da cultura local através da aproximação de agricultores e consumidores e da construção de uma Rede que congrega iniciativas de diferentes regiões”. (Ecovida, 2002, p. 02, grifo do autor) Desta forma, este formato organizacional pode ser entendido como uma estratégia da Rede Ecovida para conseguir organizar agricultores familiares, técnicos e consumidores, cooperativas e grupos informais que, juntamente com pequenas agroindústrias, comerciantes ecológicos e pessoas comprometidas com o desenvolvimento da agroecologia se organizam em um mesmo movimento com objetivo de:

- Desenvolver e multiplicar as iniciativas agroecológicas;
- Incentivar o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos;
- Articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas;
- Aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores;
- Fomentar o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular;
- Ter uma marca-selo que expresse o processo, o compromisso e a qualidade.

¹² Documento criado para divulgação e esclarecimento dos princípios, objetivos e normas de funcionamento da Rede Ecovida de Agroecologia junto aos agricultores da RMC e arredores em abril de 2002.

Segundo este documento de divulgação da Rede “todos os aspectos acima citados devem ser considerados e fomentados igualmente, a fim de que este movimento não seja de cunho meramente ambiental, ou econômico ou político ou social, mas sim integral” (id., grifo do autor) Esta é sem dúvida uma proposta abrangente e que explicitamente não se restringe aos aspectos técnicos e agronômicos de implementação de alternativas tecnológicas na agricultura. Estes objetivos vem resgatar reivindicações históricas dos movimentos de agricultura alternativa, sob a ótica da agroecologia e com uma estrutura que abrange em uma mesma organização diferentes entidades e grupos de agricultores que em diferentes regiões do sul do país trabalhavam pela mesma causa.

Como forma de compreender o funcionamento da Rede Ecovida deve-se entender sua estrutura de funcionamento fundamentada na participação. Como já mencionado, a criação de redes permite aos movimentos sociais uma estratégia de expansão mais horizontal em sua hierarquia, o que permite um funcionamento menos burocratizado e mais democrático e eficiente. Entender os limites e potencialidades deste formato organizacional, principalmente quanto a distinção existente entre esta proposta e a sua implementação efetiva auxilia na compreensão do projeto da rede e de sua capacidade de efetivá-lo.

A Rede Ecovida de Agroecologia é uma organização que congrega em suas bases uma gama variada de organizações e atores sociais, havendo desta forma uma necessidade de equilibrar uma homogeneidade de princípios e reivindicações que orientam o funcionamento da Rede com a diversidade social de seus membros. Para compreender esta diversidade deve-se colocar que os atores envolvidos na construção da Rede podem ser divididos nos seguintes segmentos, segundo proposta da própria Rede:

- 1) Agricultores familiares ecologistas organizados em grupos na comunidade e suas organizações - associações, cooperativas, etc.
- 2) Organizações de assessoria em agroecologia e ONG's.
- 3) Consumidores e suas organizações, na qual se enquadram associações de moradores, cooperativas de consumo, etc.
- 4) Pessoas e organizações comprometidas com a agroecologia – instituições de pesquisa e seus membros.

5) Processadores e comerciantes de alimentos ecológicos, desde que estejam enquadrados na categoria microempresa.

A estrutura de rede permite um formato organizacional para contemplar a diversidade de atores possíveis de se filiarem a Rede Ecovida. “(...) é por meio da idéia de redes que se busca a possibilidade de análise da “integração da diversidade”, ou seja, das formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, nas interconexões das identidades com o pluralismo” (ibid., p. 36). Esta pluralidade de identidades possíveis de se articularem em torno de objetivos comuns, pode ser entendida como uma alternativa democrática inclusiva, que ao incluir o outro aumenta sua representatividade em diferentes setores da sociedade contribuindo desta forma para o fortalecimento da Rede e de seu projeto.

3.1.2 – Estratégia de organização e gestão

Pretende-se determinar a estratégia de organização e gestão da Rede Ecovida, como forma de verificar o seu grau de institucionalização e de informalidade, além da forma como se instituiu este processo de organização, pois segundo Scherer-Warren, pode-se determinar diferenças marcantes entre uma organização de redes formalmente constituídas de outra organizada de forma ainda informal. A forma como se relaciona a proposta de descentralização com os objetivos da Rede, a participação e a representatividade dos diferentes atores envolvidos e ainda como acontecem as contradições de interesses oriundos das diferenças locais. Existe um espaço para resolução de conflitos de interesse? Ou como coloca a autora, como interagem nestes espaços solidariedade e conflito?

Com o objetivo de organizar diferentes atores sociais, que apesar da diversidade devem estar em concordância e praticar os mesmos princípios ecológicos, definidos em conjunto e redefinidos em encontro ampliado, a Rede necessita de uma estrutura que permita coordenar as ações realizadas em diferentes regiões dos três estados. Como forma de se articular definiu-se a seguinte estrutura:

- Assembléia Geral (encontro ampliado)
- Coordenação Ampliada (representantes dos três Estados)

- Coordenação Estadual (um coordenador em cada Estado).
- Núcleos Regionais em cada Estado
- Grupos de base (produtores e consumidores)

Com esta estrutura de funcionamento a assembleia geral (encontro ampliado) realizada anualmente é o local em que são definidos as normas de funcionamento e as diretrizes da Rede válidas até a realização do próximo encontro, sendo desta forma a instância máxima de decisão da Rede. Porém esta estrutura ainda esta fundamentada em um sistema de representação, que demonstra as dificuldades efetivas de implementação de sistemas de participação e tomada de decisões mais democráticos.

A composição do quorum para o encontro ampliado é feito por indicação de delegados representantes dos Núcleos com base no número de membros de cada Núcleo, obedecendo a proporção de um delegado para cada dez associados do Núcleo, até um máximo de cinco representantes por núcleo. Assim este sistema permite que todos os Núcleos tenham possibilidade de definir as normas e diretrizes que orientarão a todos na Rede, mas esta participação ocorre somente por um sistema de representação. A garantia de uma gestão mais democrática e, portanto diferenciada, acontece somente pelo pressuposto que concede autonomia para que cada região e seus respectivos núcleos definam sobre as suas normas particularidades de acordo com sua realidade específica e seus interesses, desde que fundamentadas nas normas gerais definidas no encontro ampliado.

A implementação de um formato de decisão mais democrático, por respeitar as diversidades regionais, não implica na inexistência de tensões políticas internas. Pelo contrário o que pode-se observar é uma divergência de interesses no que Scherrer-Warren denominou, *novo campo político cultural*, particularmente visível em redes que “(...) ampliam também espacialmente as relações entre os atores, conectando o local com o nacional e o transnacional.” (op. cit. p. 60) Esta amplitude geográfica potencializada pela diversidade social que se encontra na base do movimento, permite um divergência muito grande de interesses e opiniões, sobretudo no que se refere a questões macro sociais. No caso de divergências cada estado e ainda no interior deste, cada núcleo tem autonomia de decisão, desde que esta não entre em conflito com as diretrizes gerais da Rede Ecovida.

Se por um lado este formato consegue contemplar, a diversidade de interesses regionais permitindo uma organização mais horizontalizada e assim uma participação mais democrática, por outro pode-se notar que os técnicos que participam de todo este processo, por possuírem um saber técnico acabam tendo maiores condições de demonstrar e defender suas idéias e perspectivas e desta forma desempenham um papel superior no desenvolvimento destas normas do que os grupos de agricultores. Este fato não impede que o processo aconteça de forma participativa, embora seja possível afirmar que a participação dos técnicos nesta construção seja diferenciada daquela realizada pelos agricultores. Este fato de difícil solução não é exclusivo deste movimento, e somente pode ser sanado por uma ação pedagógica que permitirá a formação de bases mais qualificadas e conscientes.

Quando se analisa o formato pelo qual se estruturou a Rede Ecovida de Agroecologia nota-se que por um lado existe nesta organização uma estrutura horizontalizada, na qual cada região e seus grupos possuem autonomia de decisão o que permite um respeito a diversidade e um poder de decisão para os grupos de agricultores que constituem a base do movimento. Esta estrutura é coerente com a proposta e as reivindicações do movimento no que se refere a uma nova forma de participação política onde, como colocado anteriormente, o ideal de uma sociedade mais democrática e solidária muitas vezes acaba tendo como obstáculo à própria estrutura interna do movimento. Porém quando se trabalha com a noção de grupos de base no interior do movimento já perpassa a idéia de uma estrutura hierárquica, que remonta a antigas práticas políticas ainda presentes pelo sistema de representantes existentes em níveis regional, estadual e *ampliado*, onde a tomada de decisões é realizada por delegados em encontro ampliado.

Desta forma a estrutura organizacional da Rede permite uma autonomia aos atores locais e portanto um sistema mais democrático, embora tenha que superar antigas estruturas políticas como forma de implementar um sistema de gestão pautado em uma participação mais igualitária e plena. Nesta relação entre diretrizes gerais elaboradas por representantes e autonomia aos grupos locais é que a Rede Ecovida tem construído sua proposta democrática. “Assim, ser partícipe de uma rede significa ser um elo de um tecido social movimentalista (...) ser um dos atores em torno de uma nova concepção de movimento social (enquanto rede) e de uma ação política mais democrática, mais horizontal e mais pluralista, em consonância com uma nova ética política, transnacional

que vem sendo gestada”. (SCHERER-WARREN, 1995, p. 179, grifo da autora) A concepção de redes pode ser analisada, dentro desta perspectiva, pela construção de uma proposta democrática mais igualitária e participativa, concomitante a integração de espaços e segmentos sociais diversos.

A existência de um nível particular dos grupos e um nível geral da Rede como um todo, permite uma atuação simultânea nos âmbitos local e regional. A Rede Ecovida possui desta forma, uma estrutura que a permite defender interesses globais dos agricultores, como a luta contra os transgênicos, ao mesmo tempo em atua na esfera micro-social, onde os problemas e reivindicações são de uma particularidade tal, que impediria reuni-los em torno de uma causa coletiva de todo o movimento, justamente por se tratarem de realidades muito específicas. Isto é coerente com a observação de Scherer-Warren na qual: “As práticas dos movimentos sociais ecologistas e ambientalistas vêm-se caracterizando por um agir político e pela construção de representações simbólicas em várias escalas: do local ao global” (SCHERRER-WARREN, 1999, p. 67). Esta estrutura organizacional permite um agir político global, para interesses e objetivos amplos de todo o movimento e um agir político local, com relação aos interesses específicos de cada região.

No âmbito mais amplo da Rede, na realização do encontro ampliado é eleita uma coordenação ampliada com representantes dos três Estados, que tem a função de coordenar os trabalhos da Rede, interligando cada um dos núcleos. Esta coordenação ampliada é composta por: coordenador geral, coordenador de certificação, coordenador técnico e de formação, coordenador de informação e comercialização e coordenador tesoureiro. Embora o formato de Rede prime por um formato horizontalizado, existe uma certa hierarquização como forma de integrar as diferentes regiões e seus núcleos. Sem este sistema de representação ao invés de uma rede existiria uma série de grupos isolados, na medida em que não existe a possibilidade de todos os grupos interagirem entre si em três estados, sem que representantes o fizessem.

Cada estado possui ainda, uma coordenação estadual (um coordenador em cada Estado). Esta coordenação organiza e mobiliza os núcleos do seu estado e age com intuito de integrar tanto os núcleos estaduais, como estes com a coordenação ampliada e portanto com os núcleos dos outros estados. A base da rede é composta portanto, de cada um dos Núcleos Regionais que é constituído por sua vez pelos grupos de base de

produtores e consumidores ou como genericamente acabaram sendo chamados grupos de “*prosumidores*.” Nesta estrutura alia-se portanto, um grau considerável de hierarquização necessário ao seu funcionamento a uma estrutura horizontal mais participativa e democrática. Assim, como coloca Scherer-Warren, “Concebem-se as redes como formas mais horizontalizadas de relacionamento, mais abertas ao pluralismo, à diversidade, e a complementaridade. Portanto, correspondendo como formato organizacional e interativo a uma nova utopia de democracia.” (ibid., p.33 e 34)

Em nossa análise foi possível compreender que a Rede Ecovida se instituiu um formato de relacionamento mais igualitário abrangendo uma grande diversidade social. Porém não é somente a adoção de um formato organizacional horizontalizado que permite uma participação democrática. Neste caso o que pôde-se determinar foi que a adoção de diretrizes mais amplas as quais toda a rede se encontra incluída, abrindo a possibilidade de que cada núcleo em conjunto com os grupos de agricultores e entidades que o compõe, decidam sobre a normatização mais adequada para a região, é o que permite o funcionamento de um sistema mais participativo e democrático.

Este é um dos motivos pelos quais a participação nas reuniões é um pré-requisito necessário para o funcionamento da Rede. Neste caso para que uma família participe de um grupo é necessário que esta participe mensalmente das reuniões do seu grupo. Da mesma forma para que este mesmo grupo participe do Núcleo os representantes do grupo têm necessariamente que participar das reuniões e atividades do núcleo, assim como este tem participar da coordenação estadual, que por sua vez tem estar representado na coordenação ampliada. Esta hierarquia funciona para que a Rede se organize e se integre, sem necessariamente perder sua representatividade democrática, na medida em que existe autonomia de decisão em cada um destes níveis.

Porém, este sistema participativo não é isento de contradições. Em muitas ocasiões colocou-se em pauta nas reuniões a necessidade de se incentivar a participação como forma de fortalecimento da Rede na medida em que um processo de *certificação participativa* somente pode funcionar corretamente mediante a efetiva *participação* de seus membros. Exemplo deste fato aconteceu em reunião da Coordenação Geral do Núcleo realizada no dia 13/05/04, na qual se discutiu a participação dos membros tanto nos grupos como no Núcleo Regional. Como os próprios membros dos grupos haviam estabelecido que haveria um limite de até 03 faltas justificadas em 12 meses por grupo e

isso não estava sendo cumprido, decidiu-se discutir com os representantes da coordenação o que fazer para aumentar este índice de participação.

TABELA 2 - FALTAS, POR GRUPO, NAS REUNIÕES DA COORDENAÇÃO GERAL EM 12 REUNIÕES

GRUPO	MUNICÍPIO	REGIÃO	FALTAS
APEP	Palmeira	Campos Gerais	05 faltas
APECO	Ponta Grossa	Campos Gerais	04 faltas
Estrela	Contestado	Campos Gerais	04 faltas
Três Barras	Ponta Grossa	Campos Gerais	03 faltas
Solo Vivo de Dahvi	Campo Magro	RMC	03 faltas
Pintasilgo	Tunas do Pr	RMC	01 falta

Fonte: Rede Ecovida de Agroecologia

Como se observa na tabela dos vinte e um grupos somente seis tiveram faltas em um ano de reuniões e destes apenas três extrapolaram o máximo de faltas determinado pelo grupo. Assim apesar de muitos membros questionarem um alto índice de faltas por parte de alguns grupos, pode-se constatar um elevado grau de participação nas reuniões do Núcleo. Como havia sido estabelecido por consenso, primeiro que as reuniões do Núcleo Maurício Burmester do Amaral aconteceriam mensalmente e ainda que haveria um máximo de três faltas por grupo, foi aberto um debate para que os grupos tivessem a oportunidade de justificar suas ausências.

Desta forma o grupo APEP colocou que há muita reunião para pouca pauta e que assim o grupo considera deliberadamente a não vir em reuniões e o importante é o que está acontecendo no grupo, onde todos estão seguindo as diretrizes e princípios da Rede e que possuem um bom índice de participação nas reuniões do grupo. Porém, estes não tem condições de virem à todas as 12 reuniões anuais pela distância e o tempo gasto de Palmeira até Curitiba. O grupo de Campina Grande do Sul coloca que quem faz a pauta caminhar são as pessoas que participam da reunião.

Um dos coordenadores da Rede coloca que o ideal seria descentralizar o núcleo da RMC em mais dois (Campos Gerais e Litoral), mas que ainda não existe estrutura para isso. Além disto, a construção da certificação participativa passa pela participação em todas as etapas e não somente nas visitas às propriedades, pois a Rede somente se constrói com a participação e este processo exige um esforço conjunto de todos. A participação nas reuniões é o que permite o fortalecimento da certificação participativa. O grupo Sabugueiro completa colocando que “se for para minimizar a participação e permitir uma maior número de faltas nas reuniões, então é mais fácil pedir uma certificação por auditoria que não requer participação.” (Nota de campo, 2004)

Desta forma ficou determinado que os grupos devem participar de todas as reuniões como forma de fortalecer o núcleo e pela necessidade de se trocar experiências e compartilhar princípios. De comum acordo, chegou-se a conclusão de que não havia necessidade de punir os grupos faltosos e sim encontrar meios para que estes participem de todas as reuniões. Ficou decidido que para aquelas pessoas que tem dificuldade, seja financeira seja de locomoção, que o Núcleo tem que se organizar para possibilitar esta participação, fundamental para o funcionamento de todo o processo da Rede e da certificação participativa.

Houve ainda a sugestão para que se aumentasse o intervalo entre as reuniões, já que cada núcleo tem autonomia para decidir a periodicidade das mesmas. Decidiu-se que isto pode começar a acontecer em um futuro próximo, tendo em vista que este é um dos núcleos mais organizados da Rede e isto se deve em parte ao fato de haver reunião constante entre seus membros.

Como demonstrado cada nível existente no interior da Rede, tem autonomia para deliberar sobre assuntos de sua competência cabendo a estes, caso haja necessidade, passar ao nível ou instância superior. Assim um grupo de agricultores tem toda autonomia para excluir uma família do grupo e de todo o processo de certificação participativa em caso de infração das normas de produção. Porém, caso haja necessidade este grupo pode recorrer ao núcleo regional para auxiliá-lo na tomada da decisão. Este núcleo pode acionar a coordenação estadual, que por sua vez pode solicitar uma decisão da coordenação ampliada. Assim qualquer uma destes níveis tem condições de tomar uma decisão, ao mesmo tempo em que existe a possibilidade de recorrer a instâncias superiores.

Como forma de manter o processo descentralizado, a Rede não possui atualmente sede ou estrutura física própria, sendo que as organizações membros oferecem apoio disponibilizando sua estrutura, pessoas e serviços para suprir as demandas de organização e fortalecimento da rede, papel desempenhado no Núcleo Maurício Burmester do Amaral (MBA) pela AOPA. Assim, os núcleos regionais são compostos necessariamente por, no mínimo, uma organização ou pessoa de assessoria em agroecologia, além dos grupos de base de agricultores, consumidores, comerciantes e processadores. Os núcleos são a referência e o corpo efetivo da rede em cada região, com a função de desenvolver a agroecologia em cada região de acordo com dinâmica e atividades próprias, respeitando a diversidade e os interesses locais.

3.2 – NÚCLEO MAURÍCIO BURMESTER DO AMARAL

Este Núcleo da Rede Ecovida de Agroecologia, constitui-se no objeto central de nossa análise. Quando da sua fundação em novembro de 2002, pretendia mobilizar grupos de agricultores na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), Litoral e Campos Gerais, com o intuito de desenvolver um novo formato de certificação e assim promover o desenvolvimento da agroecologia nestas regiões (Gráfico 03 em anexo). Desta forma sua área de abrangência ficou espacialmente distribuída conforme a tabela, da seguinte forma: Dos vinte e um grupos existentes no Núcleo MBA, nove estão localizados na RMC, três no litoral e nove na Região dos Campos Gerais, conforme tabela 3.

TABELA 3 – GRUPOS DO NÚCLEO MAURÍCIO BURMESTER DO AMARAL POR MUNICÍPIO E REGIÃO

GRUPO	MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	REGIÃO
Campina Grande do Sul	Campina Grande do Sul	11	RMC
Fruto Caipira	Quitandinha	03	RMC
João de Barro	Tijucas do Sul	11	RMC
Manancial	Almirante Tamandaré	08	RMC
Pintassilgo	Tunas do Paraná	05	RMC
PRODORGAN	Campo Largo	11	RMC

Sabugueiro	Bocaiúva do Sul	12	RMC
Solo Vivo de Dahvi	Campo Magro	14	RMC
Saúde e Vida	Mandirituba	11	RMC
Arrozeiro	Guaraqueçaba	06	Litoral
Cheiro da Mata	Paranaguá	07	Litoral
Sábia da Mata	Morretes	11	Litoral
Três Barras	Ponta Grossa	05	Campos Gerais
APECO	Ponta Grossa	08	Campos Gerais
APEP	Palmeira	18	Campos Gerais
Bioland	Palmeira	04	Campos Gerais
Terra Livre	Lapa	10	Campos Gerais
Beija-flor	Lapa	05	Campos Gerais
Don José Gomes	Lapa	04	Campos Gerais
Margarida	Lapa	10	Campos Gerais
Estrela	Lapa	04	Campos Gerais
21 grupos	15 municípios	181 famílias	03 regiões

Fonte: Trabalho de campo

3.2.1 – Certificação participativa como mobilizadora de recursos

Scherer-Warren propõe que ao se analisar as redes de movimento é imprescindível perceber a forma de mobilização de recursos humanos e os tipos de elos que se estabelecem entre eles. Determinar o que leva indivíduos e organizações a se unirem em torno de um objetivo comum e a relação com as estruturas políticas que se instauram em seu interior, (hierárquicas ou horizontais) como forma de perceber se este movimento está cumprindo seu objetivo, sua função crítica no interior da sociedade ou se restringe a reproduzir algo já estabelecido.

A Rede Ecovida recomenda a formação de um conselho de ética dentro de cada núcleo, que além dos produtores e técnicos, pode ser composto também por consumidores quando houver associados no núcleo. Existe ainda a possibilidade de formação de um conselho de ética no interior dos grupos e associações de agricultores. Recomenda-se também que uma entidade ou pessoa assuma a coordenação do núcleo a

fim de facilitar o acesso às informações. Ambos serão indicados e terão mandatos definidos pelos próprios núcleos. Os núcleos reúnem-se periodicamente de acordo com a necessidade e não menos que duas vezes ao ano. Desta forma cada núcleo possui autonomia para se estruturar dentro das recomendações gerais da Rede, sendo facultativa a criação de outras estruturas além das recomendadas.

A estrutura interna da rede que desempenha um papel fundamental para o funcionamento da certificação participativa é a comissão de ética, que no Núcleo MBA, convencionou-se por chamar de Núcleo de Ética. Este Núcleo, que também pode funcionar no interior dos grupos, tem a função de fazer as visitas para verificar a viabilidade da família agricultora de receber a certificação. Cada grupo disponibiliza três membros que podem ser agricultores, técnicos ou consumidores, que irão receber um curso de capacitação e formação que os tornará aptos a realizar a visita que ocorre sempre em outros grupos que não o de origem desta comissão. Estas três pessoas são escolhidas na assembléia ou reunião do grupo e tem mandato de 2 anos com renovação de 1/3 de seus membros, sendo que os membros que permanecem terão direito a apenas mais um ano de mandato, ou seja, deve haver um revezamento dos membros do grupo no Núcleo de Ética.

Muitas vezes a Rede é lembrada somente pelo processo de certificação participativa por ter sido uma ação pioneira na criação de alternativas ao sistema de certificação convencional, realizado por auditoria. Porém nota-se em seus objetivos que a certificação é somente um dos aspectos valorizados pela Rede. Porém como demonstra a Tabela 4, é possível afirmar que o que leva os agricultores e seus respectivos grupos a se filiarem a Rede Ecovida é a busca por uma certificação mais solidária e acima de tudo mais barata.

Assim estas duas características da certificação participativa, fortalecimento das relações internas dos grupos e viabilidade financeira, têm demonstrado que esta forma de certificação se enquadra melhor no formato da agricultura familiar, enquanto a certificação por auditoria é mais adequada ao formato moderno de grandes produtores. Embora tenha ficado demonstrado que o motivo principal para adesão a Rede Ecovida tenha sido o processo de certificação, nota-se que após a adesão da família e do grupo ao Núcleo, estes passam, através da participação nas reuniões e atividades da Rede, a compartilhar de seus princípios.

TABELA 4 – MOTIVO DE FILIAÇÃO

Motivo de filiação a Rede Ecovida	Freqüência	Porcentagem
Certificação participativa	41	68,3 %
Compartilha os princípios da Rede	10	16,7 %
Aumentar os conhecimentos sobre agroecologia	4	6,7 %
Decisão do grupo	4	6,7 %
Não respondeu	1	1,7 %
Total	60	100 %

Fonte: Trabalho de campo

Desta forma, a certificação participativa desempenha um papel fundamental na Rede, pois além de sua função explícita de permitir uma certificação mais adequada a realidade das pequenas unidades de produção, vem a desempenhar uma função interna de mobilizadora de novos integrantes. Em grande parte dos casos é através da uma proposta alternativa de certificação que muitas famílias ficam conhecendo a Rede e acabam se engajando no processo, onde os objetivos amplos da agroecologia acabam sendo incorporados no percurso do movimento.

Exemplo deste fato pode ser demonstrado pela reunião realizada para esclarecimento junto a grupos de agricultores da RMC e arredores sobre os princípios da Rede Ecovida, antes da fundação do Núcleo MBA. A ênfase da reunião foi à diferença existente entre a certificação participativa e a certificação por auditoria, ou seja, partir da possibilidade de um novo formato de certificação é que se mobilizou os grupos de agricultores para a sua filiação a Rede, possibilitando a formação deste Núcleo na região. Se a articulação de atores sociais em torno de redes acontece através da necessidade de uma ação coletiva em torno de um objetivo comum, pode-se dizer que a certificação participativa é o gerador inicial deste processo, é ela que cria nos grupos de agricultores a disposição para a mobilização e organização. Em uma das dinâmicas realizadas pelo Núcleo para capacitação dos grupos de agricultores sobre a certificação participativa foi montado um quadro (anexo), no qual fica explícita a diferença existente entre a certificação participativa e a certificação realizada por auditoria e principalmente o entendimento que estes atores possuem sobre estas duas

possibilidades de certificação. Deste quadro destacamos alguns itens que elucidam aspectos inerentes a proposta agroecológica da Rede Ecovida.

Nesta concepção a certificação convencional realizada por auditoria, é entendida como um sistema de gestão que não envolve as famílias agricultoras, o que faz com que este formato de certificação seja caracterizado pelos agricultores enquanto; “controle na mão das certificadoras: processo e poder centralizado”, em oposição a certificação participativa (Ecovida) na qual o controle está; “na mão das famílias agricultoras, suas organizações e dos consumidores organizados: processo e poder descentralizado”. Na certificação por auditoria o produtor se compromete financeiramente no momento em que uma porcentagem do valor bruto da produção certificada deve ser repassada para a entidade certificadora.

Esta característica além de elevar em demasia o custo da certificação e conseqüentemente do valor final da produção ecológica, faz com que o agricultor fique atrelado a uma entidade externa, fazendo com que muitos agricultores questionem o fato de as certificadoras se tornarem ‘sócias’ dos produtores. Por isso a certificação passa a ser vista como algo que “gera dependência e falta de autonomia para a agricultura familiar” havendo, portanto, a necessidade de se fortalecer sistemas alternativos de certificação que possam contribuir para a “independência da agricultura familiar”. Por este fato a certificação participativa passa a ser entendida como “a conseqüência de todo o processo de organização, controle social e construção coletiva de autonomia”. Para que este sistema de certificação funcione também como um processo de construção coletiva de autonomia é imprescindível a participação de todos os atores sociais envolvidos.

A certificação por auditoria é realizada exclusivamente por um agente externo (inspetor/certificadora), não envolvendo os atores locais (famílias agricultoras, consumidores e suas organizações), sendo as normas e regras impostas pelas certificadoras de acordo com normas internacionais e a legislação vigente. São as exigências legais com uma série de procedimentos burocráticos que criam o comprometimento entre os envolvidos na certificação. Assim são os documentos gerados pela certificação que garantem a confiança na qualidade orgânica do produto.

Por outro lado com a certificação participativa há envolvimento efetivo das famílias agricultoras e suas organizações e de consumidores no processo de certificação, fazendo com que as normas e regras sejam construídas e definidas pelas famílias

agricultoras e consumidoras, bem como pelas organizações de assessoria. Com esta proposta permite-se um “controle social no processo de geração de credibilidade, ou seja, grande número de pessoas e organizações controlam a certificação”. Existe assim, “pouca burocracia, centrando-se na efetiva participação e co-responsabilidade dos vários atores envolvidos no processo de geração de credibilidade”. Com este sistema a confiança com relação a qualidade do produto certificado é construída coletivamente, o que faz com que se relacione a noção de confiança a criação de vínculos de solidariedade.

Se na certificação por auditoria o inspetor é o maior responsável pela credibilidade, no sistema de certificação participativa “a geração de credibilidade acontece através de vários instrumentos (organização de base, proximidade com consumidor, acompanhamento técnico, olhar externo (grupo e núcleo de ética)”. A participação de vários grupos de agricultores de diferentes regiões permite a construção de um “sistema solidário de geração de credibilidade”, fazendo com que ao invés de existir um processo de certificação que tem a “fiscalização como base do processo” se construa coletivamente um sistema de certificação participativa que tem a “confiança como base do processo”.

A utilização de procedimentos padronizados para qualquer realidade econômica, social e cultural, faz com que a certificação convencional não perceba e valorize as diferentes realidades sociais existentes no Brasil. Por este motivo a Rede Ecovida se organiza em um formato que permite aos Núcleos Regionais criarem normas e regras para a certificação de acordo com as realidades de cada localidade, desde que respeitadas as diretrizes gerais. Assim a certificação participativa “respeita e valoriza a realidade e a sabedoria das famílias agricultoras, procurando compatibilizá-las aos princípios e diretrizes do processo de certificação”. Se por um lado a postura do técnico não lhe permite orientar e auxiliar os produtores para a superação de problemas e dificuldades na produção, a certificação participativa faz com que as visitas para a liberação da certificação, “além do caráter de averiguação do cumprimento das diretrizes, favorece a troca de experiência e contribui com a família visitada para melhoria da sua produção agroecológica”. Esta troca de experiências não se restringe a visita de certificação, pois acontece com maior frequência nas reuniões dos grupos e do Núcleo.

Normalmente nas reuniões mensais realizadas nos grupos os agricultores levam suas demandas e dificuldades encontradas na produção ecológica abrindo-se espaço para que os mais experientes passem adiante o conhecimento anteriormente adquirido. Como estas reuniões acontecem cada vez em uma propriedade, é comum o proprietário oferecer um almoço ou lanche aos participantes, o que faz com que a reunião mensal do grupo extrapole seu objetivo inicial e se torne um espaço de confraternização e troca de experiências. Esta organização permite a criação de vínculos onde a Rede “Incentiva o trabalho associativo, pois a certificação acontece apenas para famílias agricultoras que pertencem a um grupo, em região onde haja um mínimo de ‘tecido social’ ”.

As diferenças existentes entre estes formatos fizeram com que se associasse a certificação por auditoria a agricultura orgânica e a certificação participativa a agroecologia. Desta forma, “a garantia da qualidade orgânica se dá pelas inspeções, normalmente anuais, realizadas pela certificadora”, enquanto “a garantia da qualidade agroecológica acontece principalmente no grupo, onde cada um se responsabiliza pela sua produção e pela dos outros membros do grupo, num processo de acompanhamento freqüente (reuniões mensais)”. No entendimento destes agricultores são os princípios da agricultura orgânica que norteiam o processo de certificação convencional, enquanto os princípios da agroecologia norteiam o processo de certificação participativa. Da mesma forma que se associou à agricultura orgânica a uma perspectiva mercadológica, a certificação convencional tem sido vista como “um negócio em um mercado cada vez mais crescente”.

Assim a certificação participativa cria uma identidade entre os agricultores, no momento em que passa a existir um “sentimento de ser da mesma ‘família’, entre os envolvidos na certificação (famílias, grupos e núcleos). O selo da Rede Ecovida passa ser a representação da identidade, sendo que este pertence a cada membro da rede, em oposição à certificação por auditoria na qual o selo (marca) é de propriedade da certificadora. Estas características fazem com que se desenvolva uma certificação que se enquadra nas especificidades da agricultura familiar, enquanto o produtor envolvido em um sistema de produção regido por uma lógica empresarial, pode se adequar mais facilmente às exigências de uma certificação realizada por auditoria.

Existe desta forma uma diferença muito grande na concepção deste grupo de agricultores entre a certificação quando esta acontece de forma participativa, do sistema

realizado por auditoria. Primeiramente esta diferena é mais evidente pela perspectiva econômica, onde um sistema de certificao possui custos diretos elevados para a inspeo e certificao da propriedade, enquanto a certificao participativa permite o funcionamento de um sistema com custos diretos baixos. Mas além desta perspectiva econômica, a certificao participativa tem se mostrado mais adequada à realidade da agricultura familiar ecológica, por algumas características intr secas deste sistema de certificao participativa, que não estão colocadas no Caderno de Normas da Rede Ecovida, mas que se constituem no decorrer do processo de certificao.

Elementos que ficam explícitos neste discurso permitem perceber que a certificao realizada de forma participativa desencadeia processos sociais que superam a certificao enquanto garantia de um produto por suas características ecológicas. O desenvolvimento destas atividades incentiva a construo de uma identidade comum, a participao e o envolvimento político em torno de um projeto de sociedade, autonomia, estabelecimento de relaoes sociais pautadas na confiana e solidariedade, e respeito a diversidade social e as especificidades locais. A partir destes elementos é que se tem construído o projeto coletivo comum a estes agricultores.

3.3 – PROJETO COLETIVO

Como forma de compreender qual a proposta defendida pela Rede Ecovida deve-se buscar compreender a capacidade da Rede de disseminar o seu ideal, seu projeto de sociedade, de participao e democratizao para toda a sociedade. “Esse poder passa a ser particularmente relevante no plano simbólico e na disseminao de uma nova utopia de democratizao da sociedade civil. Mesmo que existam tensoes internas nas redes entre este imaginário democrático e as velhas formas de relacionamento e de se fazer política, no nível simbólico passa-se a exigir um novo campo político cultural”. (SCHERER WARREN, 1999, p. 30) Se estes atores se organizam em torno de objetivos coletivos, muitas vezes não contemplados pelas políticas públicas, suas propostas para o alcance destes objetivos passam certamente pela construo de mecanismos sociais e políticos mais democráticos, como forma de manter a coerência entre discurso e prática. Assim o primeiro desafio é o de implementar estes mecanismos democráticos no interior dos próprios movimentos, onde a organizao em redes pode se mostrar uma estratégia eficiente.

A proposta de rede, segundo a autora, é uma estratégia de atuação que parte de dois pressupostos principais. “Primeiro pressupõe a construção de uma nova utopia de democracia, em que as relações políticas seriam mais horizontalizadas e em que haveria maior reconhecimento e respeito à diversidade cultural e pluralismo ideológico. Segundo, aposta na possibilidade de conectar o local ou específico com o global ou com o interesse mais geral de uma cidade, de uma região ou mesmo do planeta”. (ibid., p. 28)

Estes dois aspectos são complementares. A proposta de uma rede, ao estabelecer um sistema de gestão descentralizado, com relações políticas horizontais ao invés da tradicional hierarquização das organizações, é de certa forma uma maneira eficiente de se respeitar às diferenças regionais. Neste aspecto a organização em redes pode ser uma estratégia para potencializar forças ao agregar diversos movimentos e entidades localizados em diferentes realidades, cada qual com suas especificidades, mas em torno de um objetivo coletivo comum.

Sem esta formação em rede estes diferentes atores, por estarem geograficamente dispersos, estariam diante de duas possibilidades: manterem-se isolados em suas localidades como forma de preservar sua identidade regional, ou poderiam se unir em uma estrutura que contemplasse a todos os envolvidos, onde por um lado ganhariam força e visibilidade, mas por outro perderiam esta identidade local. Assim a proposta das redes vem no sentido de aliar estes dois aspectos: uma maior poder de reivindicação e atuação na realidade macro social, sem desconsiderar as especificidades de cada uma das regiões de atuação da rede. Assim Scherer-Warren propõe que “do ponto de vista metodológico das Ciências Humanas, é necessário analisar se as experiências empíricas de organização sob a forma de rede de movimento realizam o ideal proposto.” (ibid., p. 29)

3.3.1 – Um projeto coletivo de múltiplas racionalidades

O processo de racionalização e mercantilização de diferentes aspectos da vida social desencadearam um processo de crise das sociedades modernas que fez com que muitos autores proponham que se deva repensar esta racionalização. Segundo André Gorz existe “(...) a necessidade de modernizar os pressupostos sobre os quais está

fundada a modernidade. A atual crise não é uma crise da razão, mas a crise dos motivos irracionais, agora visíveis, da racionalização tal qual posta em marcha.” (GORZ, 2003, p. 13). Este processo de racionalização das sociedades modernas desencadeou problemas sociais de tal magnitude que o autor sugere que deve-se buscar *racionalizar a própria racionalização*. Isto significa que não se deve buscar racionalizar todos os aspectos da vida social, mas pelo sentido oposto perceber que existem limites ao que pode ou não ser racionalizável, principalmente no que se refere a esta racionalidade particular que é a econômica, sustentada pela utopia industrialista.

Para Gorz é esta utopia, na qual a emancipação do Homem esta atrelada ao progresso e ao desenvolvimento econômico, que está em crise e não a sociedade como um todo. Segundo o autor:

Prometia-nos, a utopia industrialista, que o desenvolvimento das forças produtivas e a expansão da esfera econômica liberariam a humanidade da penúria, da injustiça e do mal estar; que lhes dariam com o poder soberano de dominar a natureza, o poder soberano de dominar a si mesma; que fariam do trabalho a atividade demiúrgica e ao mesmo tempo autopoiética, na qual o aperfeiçoamento incomparavelmente singular de cada um seria reconhecido – direito e dever a um só tempo – como parte da emancipação de todos. (GORZ, 2003, p. 20)

Porém, segundo o autor, desta utopia nada resta e isto não significa que os diferentes atores sociais devam necessariamente se submeter ao curso das coisas. Isto significa que é preciso mudar de utopia, ou seja, para superar a crise social moderna é necessário, para esta perspectiva, construir um novo ideal de sociedade, motivo pelo qual este autor irá desenvolver uma crítica da razão econômica. Neste sentido, os atores sociais irão desempenhar um papel fundamental nas reivindicações de novos ideais baseado, em muitos casos em projetos utópicos. Utopia que segundo definição do autor “E utilizo o termo utopia no sentido que a filosofia contemporânea empresta ao termo: a visão do futuro a partir da qual uma civilização pauta seus projetos, ancora seus fins ideais e suas esperanças.” (ibid., p. 20). Desta forma o conceito de utopia é empregado enquanto um referencial futuro que orienta condutas do presente, desenvolvido por projetos coletivos com um fim comum. Nesta construção os movimentos sociais

possuem o papel fundamental de desenvolver este projeto coletivo, pois é a partir deste que se expressa a vontade individual do ator.

Iremos analisar o projeto da Rede Ecovida de agroecologia, para elucidar qual o *ideal proposto* por esta organização, conforme indicação Scherer Warren. Em meio aos quatorze princípios que orientam as práticas agroecológicas da Rede Ecovida perpassam, ora isoladamente ora em conjunto, três âmbitos principais: ambiental, social e econômico. Dentre os princípios que tratam da esfera econômica podemos citar os seguintes:

“A Rede se pauta pelo incentivo a Agroecologia por seus méritos intrínsecos (sustentabilidade, protagonismo do agricultor, etc) e não pela existência de um mercado diferenciado” (ECOVIDA, 2004, p.16). Este é o primeiro princípio geral da Rede onde se evidencia de forma mais explícita a crítica a racionalidade econômica enquanto única motivadora para a escolha e gestão do sistema produtivo. Mas o que leva uma Rede de agricultores a orientar suas prática por princípios de *sustentabilidade* e *protagonismo do agricultor* e não somente por uma perspectiva mercadológica como ocorre em práticas convencionais de agricultura? Segundo a análise da racionalidade weberiana:

A racionalização à base de um cálculo rigoroso é uma das características fundamentais da empresa capitalista individual, precavida e circunspectamente orientada para o resultado esperado. Que contraste com o cotidiano do camponês, com a rotina e os privilégios do artesão das antigas corporações ou com o capitalista aventureiro! Contudo, considerada do ponto de vista da felicidade pessoal, essa racionalização expressa quão *irracional* é a conduta que faz o homem existir em função de seus negócios, e não o inverso. (WEBER, 1987, p. 79)

Desta forma a racionalização de todas as etapas do sistema de produção pode ser um procedimento eficiente dentro da lógica capitalista, mas necessita para atingir este grau de eficiência, suprimir outras racionalidades importantes para a reprodução vital dos indivíduos. Segundo Gorz, “a racionalidade econômica foi por longo tempo contida, não apenas pela tradição, mas também por outros tipos de racionalidade, outras finalidades e outros interesses que lhe consignavam limites a não serem ultrapassados” (GORZ, 2003, p.27). Quando motivados pela racionalidade econômica, os atores sociais *ultrapassam estes limites* impostos por motivações não racionalizáveis, tais como

sentimentos de autonomia, solidariedade, sustentabilidade ambiental e social, etc. A busca por reencontrar ou preservar as diferentes racionalidades negligenciadas pela acumulação racional do capital, se mostra uma ação irracional sob a perspectiva econômica, porém tem orientado a construção desta prática agroecológica.

Dentro da proposta da Rede Ecovida fica evidente a busca pelo equilíbrio entre estas diferentes racionalidades, o que faz com que a perspectiva ambiental esteja constantemente relacionada a questões sociais. “A produção, industrialização e comercialização dos produtos deverão ser feitas sem exploração de trabalhadores, consumidores e fornecedores, bem como da natureza” (ECOVIDA, Caderno de Formação, 2004, p.16), ou seja, a prática agroecológica não se restringe a esfera econômica. Com esta prática não pretende-se somente implementar um sistema de produção orientado por uma relação que não explore a natureza, mas também caracteriza-se pela busca de uma equidade social, ao não explorar a mão-de-obra quando da produção e mesmo consumidores quando da comercialização. Este fator se evidencia assim em todas as etapas do sistema produtivo: “Os produtos devem ser ofertados a preços que sejam justos ao produtor e acessíveis aos consumidores”, e ainda que “se estabeleçam relações mais próximas entre agricultores e consumidores através de formas de comercialização que priorizem a venda direta e/ou que reduzam ao máximo as intermediações; bem como a valorização e priorização no atendimento ao mercado interno.” (Id.)

Desta forma o projeto proposto pela Rede Ecovida não se restringe aos aspectos técnicos e agrônômicos ou mesmo aos aspectos ambientais, vinculando estes aspectos a uma proposta de construção de novos formatos de relações sociais mais solidários. Este projeto é coerente com uma crítica da racionalidade econômica enquanto única dimensão possível nas sociedades modernas na medida em que “(...) o reducionismo unidimensional da racionalidade econômica própria ao capitalismo teria um alcance potencialmente emancipador porque faz tábua rasa de todos os valores e fins irracionais do ponto de vista econômico e só mantém, entre os indivíduos, relações monetárias, entre as classes, relações de força, entre o homem e a natureza uma relação instrumental.” (GORZ, 2003, p. 27 e 28). Ao fazer *tábua rasa de todos os valores e fins irracionais do ponto de vista econômico*, não se leva em conta os anseios e projetos individuais dos atores sociais. Projetos estes, que não podem se restringir a esfera econômica. Isto explica a diversidade de atores que se unem a Rede Ecovida em torno

do seu projeto de sociedade, pois este não é somente um projeto para os agricultores ecológicos, cabendo em suas reivindicações desejos e interesses de diferentes atores sociais como técnicos e consumidores.

A busca por novos integrantes para o movimento fica explícita quando um dos objetivos da Rede demonstra que: “A inclusão de novos associados, visando integrar um número crescente de parceiros neste projeto de sociedade deve ser uma preocupação constante dos integrantes da Rede” (ECOVIDA, 2004, p.16). Esta é uma estratégia para divulgar os princípios da Rede em diferentes setores da sociedade e desta forma contribuir para o fortalecimento do movimento. Porém esta busca por novos integrantes acontece buscando preservar os interesses e objetivos gerais da Rede, integrando diferentes segmentos que compartilhem este ideal social.

Como demonstra a fala de um integrante do grupo ‘Campina Grande do Sul’: “A divulgação da Rede na região fez com que aparecesse muita gente querendo ser membro do grupo visando somente o lucro. Então a gente (grupo) está colocando alguns critérios para evitar que as pessoas venham só pelo dinheiro sem consideração pelas normas da Rede” (Reunião da Coordenação Geral, nota de campo em 13/11/2003). E ainda em oficina sobre certificação participativa, quando vários grupos de trabalho discutiram sobre o procedimento adequado para realização das visitas para o processo de certificação participativa, um dos grupos colocou que: “Devemos fazer visitas (para certificação) informando sobre um projeto agroecológico para uma agricultura sustentável não visando somente dinheiro” (Curso de formação e capacitação do Núcleo de Ética, 11/08/2003, nota nossa). Outro exemplo significativo aconteceu em uma dinâmica na qual os grupos de agricultores presentes tinham que trabalhar baseados em duas questões sobre a dinâmica de certificação participativa. Em uma delas o grupo deveria refletir sobre a postura e a avaliação durante o processo de visita as propriedades e quais os princípios éticos que devem nortear este trabalho. Um dos grupos presentes argumentou que, além de avaliar os sistemas produtivos o núcleo de ética deve: “Avaliar também a ideologia do produtor, se tem princípios ecológicos ou só pensa em dinheiro” (Curso de formação e capacitação do Núcleo de Ética, nota de campo em 20/08/2003).

Este discurso não deve ser entendido enquanto uma negação da racionalidade econômica e os princípios que a orientam, mas principalmente como uma negação de

um tipo específico de ação orientado exclusivamente por esta racionalidade. O que fica demonstrado nestas falas é que o ‘projeto agroecológico para uma agricultura sustentável’ proposto pela Rede Ecovida não deve ser orientado exclusivamente, ou nem mesmo majoritariamente, pela racionalidade econômica característica marcante das modernas empresas capitalistas.

Esta característica que pôde ser observada nos agricultores ecológicos do Núcleo Maurício B. do Amaral é coerente com a proposta de um novo paradigma para a agricultura. Em análise realizada com organizações de camponeses do oeste da França, Estelle Deléage demonstra como: “esta preocupação ‘de economia’ (de insumos externos) ressalta uma racionalidade totalmente diferente daquela existente na agricultura produtivista” (DELÉAGE, 2002, p. 45, nota nossa). Esta agricultura produtivista, semelhante ao que denominamos agricultura convencional, se baseia na racionalidade econômica na qual a obtenção do lucro para o acúmulo ilimitado do capital está no centro das motivações dos agricultores, cujo sistema de produção se assemelha crescentemente ao sistema de uma empresa capitalista.

Em contraposição a este paradigma a agricultura ecológica ou sustentável tem se baseado em um outro paradigma, na qual diversas racionalidades são consideradas nas tomadas de decisões para gestão da unidade produtiva. “No paradigma da agricultura sustentável, a lógica econômica do esforço ilimitado é substituída por aquela fundamentalmente cultural, podemos dizer existencial, da necessidade limitada, do suficiente” (ibid., p. 45). Buscar com a atividade agrícola ‘somente o suficiente’, que por uma ótica capitalista é encarada enquanto uma atitude irracional, pela perspectiva ecológica pode ser entendida enquanto uma estratégia para garantir aspectos mais relevantes para sua autonomia, e realização enquanto um ator social que reivindica a liberdade de determinar os rumos de seu sistema produtivo, pela baixa dependência externa, e de certa forma de seu projeto de vida como um todo, em uma perspectiva mais ampla. Isto justifica a tese da autora de que esta lógica é fundamentada cultural, e até mesmo existencialmente. A busca por um significado mais amplo para o sentido do trabalho realizado na agroecologia fundamentará, como se verá adiante, esta crítica à racionalidade econômica.

Esta crítica que permeia o discurso do movimento agroecológico, surge como uma reação ao processo de domesticação do mercado que, como ocorreu com a

agricultura orgânica, pode vir a subjugar os princípios ecológicos que orientam o movimento. Esta proposta crítica, fundamentada em práticas que não se reduzem a esta racionalidade, é o diferencial do movimento agroecológico em relação ao movimento de agricultura orgânica, o que fica explicitado no princípio da Rede a respeito da produção. Segundo o Caderno de Normas da Rede Ecovida para a produção ser considerada agroecológica deve-se orientar pelos seguintes princípios:

Quanto à produção, é necessário que o produto ecológico seja produzido sem a utilização de Agrotóxicos, adubos químicos e OGMs (Organismos Geneticamente Modificados), mas também, e principalmente, que a sua produção busque: A recuperação e a conservação dos recursos naturais da propriedade; Que os cultivos e as criações não sejam realizados somente através da troca de produtos não permitidos por aqueles que são permitidos, mas, principalmente, que sejam realizados através de um manejo que busque a minimização do uso de recursos externos e se baseie na capacidade de produção dos recursos naturais renováveis locais; Que os cultivos sejam adaptados ao ambiente e não o ambiente adaptado aos cultivos, através de transformações que exijam a constante utilização de insumos; Que áreas já convertidas para a produção ecológica não retornem a produção convencional. (ECOVIDA, 2002b, p. 09)

Um sistema de produção no qual não se utiliza agrotóxicos, adubos químicos e OGMs já está plenamente apto a ser certificado como um sistema orgânico de produção. A proposta da Rede, no entanto, é que este sistema de produção não se limite a isto, *mas também, e principalmente, que a sua produção busque* estabelecer um sistema que permita não somente a preservação dos recursos naturais, mas ainda a recuperação de áreas anteriormente degradadas. Esta preocupação ambiental supera as exigências para produção orgânica e como forma de rebater a principal crítica feita a este sistema de produção, a Rede coloca explicitamente em seus objetivos que a prática agroecológica não deve se restringir a simples troca de insumos não permitidos (químicos), por aqueles permitidos (adubação orgânica), como forma de possibilitar uma menor dependência externa e, portanto, maior autonomia a família agricultora.

Esta autonomia além de possibilitar uma maior independência ao agricultor permite a utilização de práticas mais ecológicas ao respeitar a capacidade de produção dos recursos naturais renováveis locais. A diferenciação existente entre a proposta da agricultura orgânica e a proposta agroecológica defendida pela Rede Ecovida é

demonstrada também quando da definição da certificação por auditoria e participativa (quadro em anexo), na qual os grupos definiram que na certificação por auditoria são os princípios da agricultura orgânica que norteiam o processo de certificação, enquanto na certificação participativa este processo é orientado pelos princípios da agroecologia.

Conforme colocado pelo grupo de agricultores que analisou, discutiu e apresentou este princípio da Rede para os demais grupos, esta prática conservacionista permite distinguir aquele agricultor que compreende a sua unidade de produção enquanto uma “*unidade de vida*”, daquele agricultor que pode ser considerado um “*capitalista verde*”, demonstrando uma diferença mercante entre os princípios da agroecologia com os princípios da agricultura orgânica. Este aspecto demonstra a proposta de superação do sistema de produção orgânica baseado em critérios mínimos exigidos pela certificação e que orienta suas práticas exclusivamente pela ótica mercadológica regida pela racionalidade econômica. No âmbito do Núcleo MBA, a proposta agroecológica se constrói como alternativa para superação, sob a perspectiva ecológica, do processo de institucionalização e conseqüente domesticação do mercado, pela qual a agricultura orgânica não mais representa para estes grupos de agricultores uma alternativa socioambiental efetiva ao modelo de produção convencional.

Deléage demonstra que a partir da agricultura sustentável (ecológica), os agricultores passam a exercer em suas atividades novas formas de organização do trabalho, que possibilitam dar um novo sentido a suas vidas. Segundo a autora:

Nossa hipótese é que elas (as novas formas de organização do trabalho camponês) prevêm a emergência de novas formas desalienadas do trabalho. Na realidade, em oposição aos agricultores “produtivistas” que, na maior parte, passam seu tempo a “ganhar a sua vida”, os agricultores “sustentáveis”, objeto deste estudo, criam novas formas de atividade agrícola, que dão sentido a eles mesmos, em resposta as crises múltiplas do modelo produtivista dominante (op.cit., p.41).

A resistência ao processo de industrialização da agricultura, reivindicação histórica dos movimentos de agricultores ecológicos, passa necessariamente pela crítica da especialização e portanto da racionalização do trabalho agrícola. Em seu trabalho,

Deléage identifica uma ‘racionalidade campesina’ referente à orientação do trabalho que se opõe ao modelo especializado proposto pela industrialização da agricultura:

(...) vamos tentar mostrar que, se formas originais de trabalho camponês se mantêm, isto ocorre porque elas respondem a uma interrogação de seus promotores sobre o sentido de sua atividade, elas são o fruto de um pensamento complexo, e o interesse que elas suscitam hoje na França, no âmbito institucional e no seio da sociedade civil se explica pela sua capacidade de responder às profundas crises social e ecológica que afetam as sociedades ocidentais. (op. cit. p. 43).

Uma atividade agrícola de múltiplas funções em oposição à divisão do trabalho e a especialização não ocorre, portanto por mero acaso, ou pela simples resistência dos indivíduos a mudança de padrões preestabelecidos. A manutenção de antigas práticas, a opção consciente que evita a mudança, possui a importante função de preencher o questionamento individual do ator com relação ao significado e o sentido de sua atividade. Esta atividade não se restringe à produção material e a garantia de sua reprodução vital. Pois ao contrário de uma empresa industrial, para estes agricultores não existe a necessidade de um cálculo rigoroso, no qual o trabalho deve possuir a previsibilidade e o controle de todas as etapas. Esta necessidade não existe porque esta atividade pertence mais ao seu mundo da vida do que ao seu mundo do trabalho, no sentido moderno empregado ao termo.

A proposta da Rede Ecovida permite resgatar esta lógica na qual trabalhar na agricultura é antes de tudo um modo de vida e não apenas uma profissão ou um trabalho. Resultado disto é a inserção de múltiplas racionalidades na orientação de suas condutas, levando em alguns casos no âmbito do discurso a esta negação explícita da racionalidade econômica. Existe portanto, uma proposta de construção de um projeto coletivo diferenciado, sob a perspectiva econômica, no qual existe espaço para a atuação de diferentes razões, sobretudo do ponto de vista social e ambiental. Este projeto está se construindo enquanto um ideal social utópico, entendido como um referencial de condutas a serem adotadas para o seu alcance, no qual se orienta a ação presente.

Assim a agroecologia funciona em maior parte como um projeto do que como prática presente, embora muitos de seus aspectos e princípios possam ser encontrados

na prática. Um projeto que se constitui através da relação entre esta construção coletiva de um ideal social, econômico e ambiental utópico e as limitações impostas pelas condições materiais. Assim o movimento agroecológico surge no interior do movimento da agricultura orgânica, mas se diferencia deste por seu projeto construído coletivamente por aqueles agricultores que não mais se contemplavam pelos princípios da agricultura orgânica. Esta contradição interna entre a agricultura orgânica, voltada para o mercado e a agricultura agroecológica fundamentada em princípios ecológicos, demonstra que este não é um movimento linear e isento de contradições e que no interior das correntes que buscam alternativas ao sistema convencional existe uma variada gama de interesses, motivações e situações.

Desta forma, o movimento agroecológico da Rede Ecovida pode estar representando a criação de novos sujeitos, que pela definição de Touraine só existem “como movimento social, como contestação da lógica da ordem...” (TOURAINÉ 1995, p. 249) e que desta forma se opõe a lógica mecanicista imposta pelas formas de produção agrícolas convencionais através de um sistema de produção ecológico. A noção de sujeito em Touraine (1995) surge precisamente neste contexto como uma reação da sociedade, através principalmente dos movimentos sociais, a esta forma de dominação imposta pela racionalidade instrumental da vida moderna.

O sujeito percebido como uma entidade subjetiva e, portanto *multidimensional*, em oposição à lógica unidimensional da racionalidade surge com o intuito de estabelecer uma (re)ligação entre duas dimensões: racionalidade e subjetividade. Esta visão de um mundo moderno baseado somente na eficácia da racionalidade instrumental, não é segundo esta concepção, o suficiente para compreender os fenômenos da modernidade em sua totalidade. A concepção de Touraine é a de que a ótica racionalista não deve ser rejeitada, mas adverte para o fato de que ela não consegue perceber a emergência do sujeito humano como liberdade e como criação. Este autor defende a visão de que “não existe modernidade sem racionalização; mas também não sem formação de um sujeito-no-mundo que se sente responsável perante si mesmo e perante a sociedade”. (ibid., p.215) A modernidade nesta perspectiva é entendida a partir de uma interação constante entre sujeito e razão e é, portanto, neste diálogo entre a racionalização e a subjetivação, que se constitui a modernidade.

A noção de sujeito como movimento social surge pela contestação como uma forma de resistência ao poder de gestão na forma como apresentado nas sociedades modernas. Novos movimentos sociais, como o movimento ecológico, defendem uma identidade daqueles que se opõe à opressão extrema do sistema, onde novos sujeitos aparecem como forma de resistência a massificação da sociedade que a modernidade pensou possível por um processo de racionalização excessiva do mundo da vida .

A busca pela realização de um projeto coletivo, que em uma primeira análise parece possuir somente objetivos da esfera técnico agrônômica, pode estar dando impulso a um movimento mais amplo contribuindo também para o fortalecimento de um novo movimento social com uma proposta socioambiental própria, criando um ambiente propício a produção de novos sujeitos. Na visão de Touraine, “só há produção do sujeito à medida em que a vida resiste no indivíduo” (ibid., p. 220) no sentido de algo que é próprio do indivíduo e que lhe permite uma ação individual onde há espaço para algo além de uma ação puramente racional.

Este modelo racionalizador fez com que se constituísse uma noção de sociedade baseada somente na lógica do mercado com o intuito de diminuir as resistências culturais que se opõe a uma massificação da sociedade onde os indivíduos são reduzidos à condição única de consumidores. Por isso Touraine elabora uma definição crítica, onde os sujeitos surgem como contestação da lógica da ordem, como um movimento que surge da vontade do indivíduo e do grupo de se tornarem atores de suas vidas.

O triunfo da técnica que libertaria o homem da ignorância, da irracionalidade e da pobreza se mostrou uma *máquina formidável de destruição de vidas individuais* no momento em que exige um sacrifício permanente de grande parte da humanidade para manutenção deste sistema, dando continuidade a um processo que se renova constantemente. Razão pela qual a idéia de sujeito é construída como uma forma de resistência aos aparelhos, na medida em que os atores sociais se organizam em torno de um objeto comum diferenciado. No momento em que a Rede Ecovida propõe um projeto social utópico, que explicitamente se opõe à lógica da ordem dominante, se abre à possibilidade de resistência dos indivíduos.

Esta concepção demonstra o reencantamento do mundo e da vida social na qual Touraine coloca no centro a idéia de Sujeito. A possibilidade de orientar sua vida por outras racionalidades que não se restringem exclusivamente a esfera econômica, permite

este *reencantamento*, possibilitado pela construção conjunta de um projeto. Porém este processo deve iniciar-se pelas motivações individuais dos atores, através de seus planos e perspectivas para o futuro, na qual a realização permite este movimento mais amplo.

04 – ATORES SOCIAIS, AGRICULTURA FAMILIAR E PROJETO AGROECOLÓGICO DE VIDA

A partir das entrevistas individuais realizadas com as famílias pertencentes ao Núcleo Maurício Burmester do Amaral, procede-se uma análise para compreender as motivações e o entendimento existente sobre a agroecologia e suas propostas. Pretende-se primeiramente delimitar os atores sociais que constituem o universo da pesquisa, demonstrando sua trajetória social e a diversidade existente no interior deste movimento. Insere-se neste contexto uma análise da agricultura familiar enquanto um formato específico de produção na agricultura, que por suas características particulares permite uma melhor adaptação, tanto para conversão quanto para manutenção da propriedade, de acordo com os princípios da agroecologia. Por fim, este capítulo pretende explorar a dimensão da construção de novos projetos de vida na agricultura fundamentados nos princípios agroecológicos, como forma de compreender as motivações individuais que propiciam a construção deste movimento.

4.1 – DIFERENTES ATORES SOCIAIS

Em nossa amostra detectamos três trajetórias sociais distintas, conforme demonstrado em trabalhos anteriores realizados na região Karan (2001) e Darolt (2000). Coerentes com a designação já utilizada por estes autores, nossa amostra foi classificada nas seguintes categorias: ‘agricultor tradicional’¹³, para os casos em que o entrevistado percorreu toda a sua trajetória social no meio rural; ‘neorural’¹⁴ para designar pessoas provenientes do meio urbano e que posteriormente se tornaram agricultores e ‘migrante’ para aquele agricultor que migrou para a cidade, teve um período de experiências urbanas e retornou posteriormente a agricultura. Desta forma obtivemos a seguinte frequência de trajetórias sociais, conforme a tabela 5.

¹³ Designação proposta por KARAN (2001).

¹⁴ Designação proposta por KARAN (2001).

TABELA 5 – TRAJETÓRIA SOCIAL DOS AGRICULTORES DO NÚCLEO MAURÍCIO BURMESTER DO AMARAL

Trajetória social	Frequência	Porcentagem
Agricultor tradicional	26	43,3
Agricultor neorural	22	36,7
Agricultor migrante	12	20,0
Total	60	100

Fonte: Trabalho de campo

Porém, no interior desta última categoria, composta pelos agricultores que migraram para a cidade, tiveram experiências no meio urbano e em determinado momento optaram por voltar para o meio rural para trabalhar com agroecologia, podemos determinar duas subcategorias. A primeira em que se considera efetivamente a experiência urbana na medida em que ocorreu um desligamento completo das atividades rurais. No segundo caso, mesmo possuindo atividades urbanas não houve um desligamento de suas raízes rurais, seja pelo vínculo a terra de forma indireta, através da família, seja porque esta experiência ocorreu por um período curto de tempo, o que impossibilitou esta ruptura. Como nestes casos, não ocorre um rompimento com as raízes culturais do meio rural, parece-nos mais adequado incluir estes agricultores na categoria ‘agricultor tradicional’.

Como forma de justificar esta opção pode-se demonstrar o caso de uma agricultora do Assentamento Contestado na Lapa, que no momento em que completou sua maioridade teve que sair da casa dos pais, pois a terra da família não comportava mais uma divisão entre os membros da família. Passa então a trabalhar como auxiliar de cozinha em um restaurante de Curitiba na qual possuía com todo orgulho ‘carteira assinada, com todos os direitos’. Porém, mesmo ela e o marido estando empregados na cidade, decidem que esta vida não lhes esta satisfazendo plenamente e decidem largar os empregos e ingressar para o MST, como única forma de conseguirem um lote e permanecerem na agricultura.

Esta experiência de seis meses trabalhando na cidade, ‘cinco meses com carteira assinada’, não foi o suficiente para que esta agricultora perdesse seu vínculo com o meio rural, sendo que nos fins de semana e dias de folga voltava para a propriedade da família, seja para visitar os parentes, e até mesmo para auxiliar nos momentos de maior necessidade de mão-de-obra para produção. Portanto, mesmo residindo na cidade e possuindo uma atividade urbana, ela permanece com um vínculo sócio cultural rural, que não foi abandonado por sua experiência na cidade. Outro exemplo é o de um agricultor de Tijucas do Sul que trabalhou por dois anos como vendedor, mas continuou morando na propriedade da família auxiliando na produção e ainda hoje encontra eventualmente trabalhos informais, pois “somente com a agricultura não consigo dar suporte para minha família”. (Questionário 16, nota de campo). Nestes casos parece-nos mais adequado que sua experiência se enquadra mais em uma lógica de quem sempre foi agricultor, do que alguém que perde esse vínculo e posteriormente opta por reatá-lo.

TABELA 6 – TRAJETÓRIA SOCIAL RURAL E URBANA

Trajetória social rural	Frequência	Porcentagem
Agricultor tradicional	26	43,3
Migrantes pluriativos	09	15,0
Subtotal	35	58,3
Trajetória social urbana	Frequência	Porcentagem
Neorurais	22	36,7
Migrantes	03	5,0
Subtotal	25	41,7
Total	60	100,0

Fonte: Trabalho de campo

Desta forma, dos 18,3 % de agricultores que nasceram na agricultura e tiveram atividades urbanas, somente 6,7% se desligaram completamente do meio rural, onde permaneceram sem contato com a agricultura por ao menos cinco anos. Os demais (11,6%) sempre que optaram por atividades urbanas mantiveram algum vínculo com o meio rural, o que nos leva a considerar estes casos como tendo uma trajetória social

rural, mesmo que esta trajetória não tenha sido exclusivamente rural. Desta forma criou-se esta subcategoria, ‘migrante pluriativo’, como forma de designar esta trajetória social peculiar¹⁵. Assim, estas categorias podem ser divididas em duas a partir das trajetórias, urbana ou rural, dos agricultores.

Esta análise nos permite determinar um equilíbrio entre os agricultores que possuem uma trajetória social rural (58,3%) e os de trajetória urbana (41,7%), coerente com o resultado de estudos anteriores. Darolt (2000) ao analisar a agricultura orgânica da RMC, constatou que “...o movimento de agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba teve uma forte influência de pessoas provenientes do meio urbano, o que confirma a existência de um novo tipo de agricultor. (...) Em síntese, podemos dizer que a relação com o meio urbano foi positiva, visto que esse contato propiciou um maior nível de escolaridade, além de experiências com outros segmentos da cadeia produtiva” (DAROLT, 2000, p.154).

Este *novo tipo de agricultor*, a que se refere Darolt, surgido de uma interação entre os meios urbano e rural, trabalha com uma proposta ecológica para o desenvolvimento da agricultura, como uma forma de buscar um novo sentido para a sua vida, seja pela busca de reencontrar uma raiz familiar que estava se perdendo, seja pela busca da construção de um projeto para sua vida que se realiza pela atividade agroecológica. A existência de raízes no meio rural, mesmo que longínquas, incentiva estes atores a optar por voltar ao meio rural. “Meus avós foram agricultores e eu gostava de acompanhar eles nestas atividades. Depois exerci minha atividade de administrador de empresas, mas nunca me identifiquei completamente com ela. Fiz esta mudança radical na minha vida porque me sinto melhor como agricultor e apicultor, em contato com a natureza” (Questionário 01). O fato de os avós produzirem sem agrotóxicos incentivou este agricultor a ‘retornar’ para o meio rural, mas para trabalhar com agroecologia. Outro exemplo comum neste segmento é o de pessoas que a família possuía uma propriedade rural como local de lazer e após a aposentadoria, optam por morar e produzir nesta propriedade. O objetivo nestes casos é a busca de “um modo de vida diferente” (Questionário 17).

¹⁵ A Pluriatividade é entendida neste trabalho como uma estratégia que permite a permanência na agricultura e não como uma tentativa de abandoná-la.

No item 4.3. sobre o projeto de vida agroecológico, iremos abordar estes aspectos de forma mais aprofundada. Nosso principal objetivo com esta análise é demonstrar como existem diferentes atores sociais que se unem em torno de um objetivo coletivo comum, nos termos estabelecidos no capítulo 03. Assim é possível demonstrar que, embora exista uma grande diversidade social entre os atores sociais envolvidos neste movimento, é possível identificar dimensões comuns em torno da construção de um projeto de vida pautado nos princípios da agroecologia. Estes princípios agroecológicos encontram na agricultura familiar os elementos propícios a sua construção existindo, desta forma, uma relação importante entre a lógica deste formato de produção particular e a construção de um projeto agroecológico de vida.

4.2 – AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA

A característica existente no interior das diferentes correntes de produção ecológica, que possibilita a troca de insumos químicos externos à propriedade, por insumos orgânicos encontrados no próprio sistema produtivo e antes desperdiçados pela falta de conhecimento, gera necessariamente uma nova lógica de funcionamento desta unidade de produção. Se a opção não for somente pela simples troca de insumos, mas por um sistema de produção agrícola gerido por uma lógica que alie produção agrícola e preservação ambiental, acreditamos que esta mudança seja ainda maior e, além disso, que esta mudança não ocorre somente no âmbito da produção, mas também na forma como esta unidade de produção se relaciona com o mercado e, de forma mais ampla, com a sociedade. “De modo geral, são os sistemas familiares de produção que estão mais bem posicionados para implementar estas novas práticas agroecológicas, na medida em que estes possuem estruturas de produção diversificadas, a um nível desejado, passíveis de supervisão e controle do processo de trabalho.” (ASSIS e ROMEIRO, 2002, p.77)

Considerando que no sistema de produção agroecológico existe uma alta demanda de matéria orgânica para possibilitar a adubação e um equilíbrio ecológico do sistema produtivo, e que esta demanda pode e deve ser suprida por insumos internos da propriedade, gera-se conseqüentemente uma diminuição da dependência de insumos externos a propriedade. Esta característica de baixa dependência externa, faz com que este formato de produção se enquadre muito bem na lógica de organização da

agricultura familiar. Isto justifica a constatação de que “a maior parte de agricultores alternativos que convertem seus sistemas de produção, hoje no Brasil, é familiar”. (BRANDENBURG, 2003, p.14)

A definição de agricultura familiar para Lamarche (1993) e (1998) bem como para Wanderley (1996) corresponde a unidade de produção agrícola onde a família é a proprietária dos meios de produção ao mesmo tempo em que assume o trabalho no estabelecimento produtivo e organiza a produção. As formas de articular estes três aspectos são muito variados, por isso o caráter familiar existente em inúmeros estabelecimentos agrícolas no Brasil não pode ser compreendido em um único modelo.

Embora possuam em comum esta característica de associar estreitamente produção e família, há uma diversidade nas formas de apropriação e desenvolvimento dos meios de produção, através da utilização das mais variadas estratégias. Dentro desta perspectiva, Lamarche (1998) analisa as lógicas de funcionamento das unidades de produção familiar, “(...) de um lado, levando em conta o nível familiar nos estabelecimentos e, de outro, avaliando o grau de dependência do estabelecimento”. (LAMARCHE, 1998, p.62).

O agricultor familiar, mesmo aquele que se encontra menos inserido no mercado se defronta com os problemas criados pelo processo de modernização das sociedades capitalistas avançadas. Assim, o agricultor familiar contrariando a lógica das sociedades modernas diversifica sua produção, pois muitas vezes não se especializar é uma forma de criar novas estratégias de sobrevivência. Esta diversidade é um dos fatores que permite uma fácil adaptação dos sistemas de produção ecológico em unidades de produção familiar, onde há uma grande capacidade de adaptação para superar a “crise da modernidade”.

A agricultura familiar esta inserida na economia moderna com uma continuidade de sua cultura camponesa. Isto permite a criação de duas teses distintas (WANDERLEY 1996): a primeira é a de que aquele agricultor que mantém práticas tradicionais, ao passar por um processo de adaptação para se inserir no pacote tecnológico moderno e o faz de forma completa, ou seja, perderia suas raízes sócio-culturais, fundamentada em uma prática de produção tradicional. A segunda tese permite pensar que este processo de adaptação à modernidade, pode ser realizado com uma continuidade de sua herança tradicional. Ele carrega consigo o capital sociocultural camponês e que define suas

estratégias para o futuro. Existe, nesta perspectiva, uma estratégia de produção e reprodução social com uma ruptura e continuidade simultaneamente. (WANDERLEY 1996 e 2003)

Segundo a autora, o segmento social dos agricultores familiares possui a peculiaridade de carregarem em si características da história sócio-cultural do Brasil. O enfrentamento das condições sociais brasileiras ao longo do tempo modela as suas ações, de forma que se cria uma raiz cultural que ultrapassa a história de uma determinada família. A unidade de produção gerida pela lógica familiar cria um formato de produção, que pode ser compreendido como um produto da organização social brasileira. Nesta concepção, compreender a agricultura familiar passa por um entendimento da realidade nacional, na qual se impôs historicamente um bloqueio à agricultura familiar. A agricultura familiar pode ser entendida como uma forma social específica de produção na agricultura, pois a história da agricultura familiar no Brasil é a de criação de estratégias para superar o “bloqueio” que lhe foi imposto.

Neste processo de criação de alternativas e estratégias de sobrevivência, várias organizações auxiliaram estes produtores, sobretudo organizações não governamentais. A Rede Ecovida pode ser entendida como uma organização criada com o intuito de auxiliar na superação deste bloqueio, pois sua opção de trabalhar exclusivamente com agricultores familiares. Na amostra desta pesquisa, pode-se confirmar que os agricultores filiados ao Núcleo Maurício B. do Amaral, podem ser enquadrados dentro desta definição. Como mencionado anteriormente, iremos utilizar a definição de agricultura familiar na qual a unidade de produção é de propriedade da família e esta assume o trabalho e organiza a produção. Com relação a este primeiro item, como demonstra a tabela, percebe-se que a maioria dos entrevistados (75%) é a proprietária dos meios de produção sendo que destes, 10% trabalham ainda em outra propriedade arrendada.

Com relação aos assentados (15%) e moradores das Vilas Rurais (3,3%), embora não possuam o direito legal sobre a posse da terra baseiam suas escolhas para gestão da unidade de produção de forma semelhante aos que possuem esta posse, na medida em que o significado atribuído ao acesso a um lote funciona como um sentimento de pertencimento e posse. Deste modo consideramos a lógica destas duas situações como

sendo semelhante à lógica da gestão do proprietário efetivo, o que faz com que tenhamos 93,3% de agricultores como proprietária dos meios de produção.

TABELA 7 – CONDIÇÃO DA PROPRIEDADE

Condição da propriedade	Frequência	Porcentagem
Propriedade própria	39	65,0
Assentado	9	15,0
Propriedade própria e arrendada	6	10,0
Vila Rural	2	3,3
Propriedade arrendada	2	3,3
Outros ¹⁶	2	3,3
Total	60	100,0

Fonte: pesquisa de campo

Dos 6,6% restantes, 3,3 % possuem outras condições da propriedade, sendo 01 parceria e 01 sociedade e outros 3,3% trabalham exclusivamente com propriedades arrendadas. Neste último caso, pode-se questionar quanto à lógica de produção, uma vez que o arrendamento de terra pode ser vinculado a um formato de exploração capitalista. Porém estas duas propriedades se encontram em situação muito semelhante. A primeira possui 0.5 e a outra 4.8 hectares, sendo ambas pequenas propriedades que se encontram muito próximas a propriedade da família que, por sucessivas divisões por herança, não comportam mais a produção dos filhos que se vêem obrigados a arrendar outro local para produção. Nota-se ainda que em ambos os casos a propriedade arrendada está localizada muito próxima da propriedade principal (200 e 50 metros respectivamente).

Quanto aos 10% que produzem tanto na propriedade própria quanto na arrendada existem dois casos distintos. O primeiro refere-se a agricultores do litoral do estado (Guaraqueçaba e Morretes), que possuem restrições ambientais e que necessitam arrendar outras propriedades para manter a produção, uma vez que suas propriedades por se encontrarem em Áreas de Preservação Ambiental (APA), devem possuir a maior

¹⁶ Sociedade e parceria.

parte da propriedade com mata nativa. Este fato faz com que estas propriedades necessitem de uma área grande para poderem se manter. O segundo caso refere-se aos agricultores que possuem uma área pequena, entre 01 e 06 hectares, e acabam necessitando de uma segunda propriedade para manterem a viabilidade da produção.

Com relação às formas de mão-de-obra utilizadas na propriedade, pode-se constatar que esta é predominantemente familiar, conforme tabela.

TABELA 8 – MÃO-DE-OBRA

Formas de mão de obra utilizadas na propriedade	Frequência	Porcentagem
Somente Familiar	31	51,7
Familiar e contratada ¹⁷	20	33,3
Contratada e familiar ¹⁸	7	11,7
Produção coletiva	2	3,3
Total	60	100,0

Fonte: pesquisa de campo

Do universo pesquisado, 51,7% utilizam mão-de-obra exclusivamente familiar e 45% familiar e contratada, sendo que nesta porcentagem esta incluída a utilização de mão-de-obra eventual, na qual as práticas mais comuns são o pagamento por diária e a troca de dia de serviço com vizinhos e conhecidos. Quando esta prática é utilizada, mas em uma frequência baixa, no máximo dois dias ao ano, considerou-se a mão-de-obra como exclusivamente familiar, pois a lógica é mais semelhante a esta do que a empregada na contratação de trabalhadores eventuais com certa frequência. Enquadram-se na categoria, mão-de-obra familiar e contratada, desde a utilização eventual de parceiros com frequência superior a duas vezes ao ano até o momento em que o número de pessoas da família envolvida na produção é maior do que o de pessoas contratadas.

¹⁷ Mão-de-obra predominantemente familiar, porém utiliza-se de pessoal contratado, seja como trabalhadores eventuais ou como efetivos.

¹⁸ Inverso da anterior. A partir do momento em que o número de pessoal contratado é igual ou superior ao número de pessoas da família envolvida na produção, enquadrou-se esta situação nesta categoria.

A partir do momento em que existe o mesmo número de pessoas contratadas do que de familiares envolvidos na produção, enquadrou-se esta lógica como sendo mão-de-obra contratada e familiar. Não foi constatada nenhuma situação em que a mão-de-obra fosse exclusivamente contratada, embora existam casos ocorridos entre os segmentos sociais provenientes do meio urbano, em que a família esta em maior parte concentrada na gestão e comercialização da produção, delegando a função produtiva a terceiros contratados.

TABELA 9 – PESSOAS DA FAMÍLIA ENVOLVIDAS NA PRODUÇÃO

Número de pessoas da família envolvidas na produção	Frequência	Porcentagem
1	8	13,3
2	26	43,3
3	9	15,0
4	9	15,0
5	5	8,3
6	1	1,7
Produção coletiva	2	3,3
Total	60	100,0

Fonte: pesquisa de campo

Com relação ao número de pessoas da família envolvidas na produção, a maior incidência e a de famílias com 2 pessoas trabalhando efetivamente na propriedade com 43,3%. Em seguida aparecem as propriedades com 3 e 4 pessoas com 15% cada, sendo que a incidência de mão de obra na faixa de 2 à 4 pessoas corresponde à 73,3% das famílias entrevistadas. A ocorrência de somente 01 pessoa da família (13,3%) é representativa, levando estes agricultores a recorrerem à mão-de-obra externa a propriedade, seja contratada ou eventual.

Com relação à mão-de-obra contratada de forma efetiva a maior incidência é a de 01 pessoa contratada com 21,7%, o que representa proporcionalmente 59,1% daqueles que contratam, ou seja, dos 36,7% de agricultores que possuem trabalhadores externos à propriedade contratados em tempo integral, a maior parte possui somente 01 contratado. A segunda maior incidência é a de 2 trabalhadores contratados (10%), sendo que as frequências daqueles que contratam 3 e 4 trabalhadores são pouco significativas

3,3% e 1,7% respectivamente. Quanto à mão de obra eventual nota-se que, semelhante ao ocorrido com os contratados, a maior incidência é a de 01 trabalhador eventual (18,3%), e de 02 trabalhadores (13,3%). Desta forma, no interior dos 35% que alegaram necessitar de trabalhadores eventuais 90,2% utilizam-se somente de 01 ou 02, o que demonstra que mesmo quando há a necessidade de mão-de-obra externa à família esta raramente excede a 02 pessoas.

Com esta análise pode-se demonstrar como os atores sociais vinculados ao Núcleo Maurício Burmester do Amaral se encontram em uma lógica predominantemente familiar. Conforme demonstrado anteriormente a lógica existente nos sistemas de produção familiar propicia as condições para a implementação de práticas agroecológicas, surgindo como um elemento importante para a construção destes projetos de vida.

4.3 – O PROJETO AGROECOLÓGICO DE VIDA

Conforme demonstrado no tópico anterior a lógica encontrada neste universo de pesquisa é predominantemente familiar. Embora o agricultor familiar não seja uma categoria social homogênea, existem neste caso elementos que demonstram a existência de um projeto comum. Como coloca Wanderley, “nas sociedades modernas, o meio rural, longe de perder sua significação e de diluir-se em uma homogeneidade social urbana, reitera suas particularidades, afirmando-se enquanto um espaço singular e um ator coletivo” (WANDERLEY, 2002, p. 3260). Justamente esta singularidade do meio rural, é o que permite a construção de um projeto diferenciado, como o encontrado neste grupo de agricultores.

A construção deste projeto somente é possível quando o ator se institui como sujeito integrando identidades e técnicas que lhe auxiliem na tarefa de modificar o meio em que esta inserido e transformar suas experiências de vida como meio de sua liberdade. “Trata-se de um trabalho nunca terminado, nunca completamente realizado, para unir o que tende a se separar. Na medida em que o sujeito se cria, o ator social fica centrado em si mesmo e não mais na sociedade; é definido por sua liberdade e não mais por suas funções” (TOURAINÉ, 1996, p. 172). Nesta perspectiva o sujeito identifica-se

com um princípio moral, mas rompe com a moral do dever que associa virtude à realização de uma função social que lhe é imposta.

Assim, o sujeito constrói-se não pela realização do ideal coletivo, mas pela crítica e pelo rompimento com uma função que lhe é designada socialmente. Este rompimento, que permite ao ator tornar-se sujeito, acontece pela busca da realização de seu projeto de vida que não encontrou espaço para realizar-se no cumprimento deste ‘dever social’. Assim “o ‘projeto de vida’ é um ideal de independência e responsabilidade que se define mais pela luta contra a heteronomia, imitação e ideologia do que por um conteúdo” (ibid., p172, grifo do autor).

Deste modo, o ator social necessita de um projeto para realizar-se como sujeito, para o qual três elementos são indispensáveis: “O primeiro é a resistência à dominação, tal como acaba de ser evocada; o segundo é o amor de si pelo qual o indivíduo estabelece sua liberdade como a condição principal de sua felicidade e como um objetivo central; o terceiro é um reconhecimento dos outros como sujeitos e o conseqüente apoio às regras políticas e jurídicas que proporcionam ao maior número possível de pessoas o máximo de oportunidades de viver como sujeitos.” (id.) O sujeito como resistência, como liberdade e pelo reconhecimento do outro como sujeito, somente se torna possível no momento em este ator assume o controle de sua existência pela realização de seu projeto pessoal.

O meio rural é entendido como um espaço de vida que por suas características singulares permite a realização destes atores. Esta realização norteada pela construção de um projeto de vida que alia a racionalidade econômica a dimensões como autonomia, saúde, trabalho com a família, pertencimento a um grupo e a determinada localidade, permite a construção do projeto coletivo supra mencionado. Assim, a construção de um projeto coletivo utópico somente é possível pela realização destes projetos que se constituem no âmbito da individualidade e que se constituem por diferentes dimensões.

4.3.1 – A dimensão do econômico

Como demonstrado no capítulo 03, o projeto coletivo da Rede Ecovida de Agroecologia está fundamentado em diversos princípios que não se restringem à esfera econômica. A existência de uma racionalidade diferenciada daquela encontrada na

moderna agricultura convencional evidencia a construção de um projeto coletivo utópico, pela perspectiva social e ambiental. A construção de um projeto coletivo que contempla múltiplas racionalidades somente é possível se este se evidencia na esfera individual, na medida em que é a partir da individualidade que este projeto coletivo se constrói e se sustenta.

Quando questionados sobre a motivação para optar pela agroecologia a dimensão do mercado é a única que somente aparece conjugada a outras, ou seja, a motivação econômica aparece em poucos casos e nestes sempre acompanhada de outros fatores. “Nós começamos para ter um melhor preço. Hoje vai mais além. Ter qualidade de vida, consciência ambiental, além da opção por um comércio diferenciado (Questionário 16)”. Assim muitas falas demonstram que existe um limite para a esfera econômica, ou seja, *além de um comércio diferenciado* existem interesses que estão associados a outras esferas não racionalizáveis.

A possibilidade de um mercado diferenciado tem uma função importante na construção deste projeto de vida embora não se restrinja a ele. A agroecologia é vista em muitos casos como “algo distante de se conseguir. Mas se não começar, a gente não chega lá” (Questionário 28). Esta distancia a que se refere a entrevistada ocorre principalmente no processo de conversão da propriedade. Nestas falas fica evidente a percepção de que a agroecologia possui um projeto que esta se construindo. “Se a gente quiser começar pelo final, então a gente nem começa” (Questionário 03).

A evidência de uma perspectiva crítica da racionalidade econômica que perpassa a construção dos ideais da Rede Ecovida nos levou a questionar a relevância desta esfera para os atores individuais. Com relação ao fator renda e sua influência na construção deste projeto de vida agroecológico, 55% dos agricultores entrevistados alegaram que a possibilidade de aumento na renda e a existência de um mercado diferenciado não são fatores decisivos para esta opção, contra 45% daqueles que elegeram o fator econômico como o fator decisivo conforme tabela 10.

TABELA 10 – FATOR RENDA E O PROJETO AGROECOLÓGICO

	Frequência	Porcentagem
Renda não é decisiva	33	55,0
Renda decisiva	27	45,0
Total	60	100,0

Fonte: pesquisa de campo

Existe, portanto, uma divisão equilibrada entre as respostas, porém é importante destacar que entre aqueles que consideraram a renda como um fator decisivo para a agroecologia, em muitos casos se expressou que parte da decisão acontece pelo aspecto financeiro e a outra metade alia fatores como a saúde e o meio ambiente. Desta forma pode-se concluir que para 55% dos entrevistados a renda não possui, ou possui muito pouca influência na construção de um projeto agroecológico de vida, a ponto de esta não ser determinada por esta perspectiva e que nos 45% restantes a renda é um fator decisivo, mas somente em uma pequena parte é a única ou a principal motivação como se demonstrará adiante.

TABELA 11 – MOTIVO PELO QUAL A RENDA É DECISIVA PARA O PROJETO AGROECOLÓGICO

Motivo	Frequência	Porcentagem	Porcentagem
		do total	válida
Por que baixa o custo da produção	10	16,7	37,0
Por que agrega valor ao produto	9	15,0	33,3
Por que o fator econômico é determinante para produção.	5	8,3	18,5
Não soube responder ¹⁹	3	5,0	11,2
Total	27	45,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo

¹⁹ Refere-se às respostas pouco precisas, na qual o entrevistado afirma que a agroecologia aumenta a renda, mas sem descrever como isso acontece.

Desta forma no interior destes 45% na qual a renda é entendida como um fator decisivo para a agroecologia, 70,3% acreditam nisto porque a agroecologia ou baixa o custo da produção, pela diminuição de insumos externos a propriedade, ou por agregar um valor maior ao produto final. Isto demonstra a existência de um número considerável de agricultores que percebem a troca de insumos químicos por orgânicos como uma das principais vantagens da agroecologia. Além disso, 18,5% deste grupo de entrevistados colocou que o fator econômico é determinante, ou seja, é este fator que define não somente o sistema produtivo, mas também as culturas a serem adotadas na propriedade. Independente se pelo baixo custo da produção ou pelo aumento do preço final, mas a perspectiva de geração de renda é determinante para sua decisão. Nesta parcela, que representa 8,3% do total de entrevistados, estão inseridos aqueles em que a opção pela agroecologia tem como fator principal ou exclusivo a dimensão econômica.

Por outra perspectiva 55% responderam que a renda não é fator decisivo na escolha do sistema produtivo, ou seja, o projeto agroecológico de vida pode levar em conta o aspecto econômico, mas este não é determinante. Em suma, a existência de um mercado diferenciado, o baixo custo da produção e a possibilidade um preço superior não são considerados decisivos, ou seja, mesmo que não houvesse este diferencial optariam pelo trabalho com a agroecologia, pelos seguintes motivos como demonstra a tabela 12.

Alguns entrevistados colocaram que a renda não influencia porque durante o processo de conversão da propriedade a produtividade baixa e o rendimento fica comprometido. Por este motivo, para aquelas propriedades que se encontram mais inseridas no pacote tecnológico da agricultura convencional a construção de um projeto agroecológico pode ser inicialmente um péssimo negócio pela perspectiva financeira, principalmente em sua fase de conversão. “A conversão foi difícil pois no começo caiu muito a produção, mas assim que a terra se equilibrou a produção melhorou muito” (Questionário 15). Alguns produtores chegam a se queixar da falta de incentivo governamental para financiar este processo de conversão, como forma permitir que a propriedade se mantenha durante este período.

TABELA 12 – MOTIVO PELO QUAL A RENDA NÃO INFLUENCIA NO PROJETO AGROECOLÓGICO

Motivo	Frequência	Porcentagem	Porcentagem
		Do total	válida
Por ser uma forma de preservar a saúde e o meio ambiente	14	23,3	42,4
Questão filosófica, identificação com a causa agroecológica	10	16,7	30,3
Por buscar uma maior qualidade de vida	6	10,0	18,1
Para aproveitar melhor a pequena propriedade e maior independência	2	3,3	6
Porque não existe diferença no preço	1	1,7	3
Total	33	55,0	100,0

Fonte: pesquisa de campo

Por outro lado, os menos inseridos na modernização tecnológica não encontram este tipo de problema. “O processo de conversão foi fácil pois a terra em que começamos estava desocupada havia muitos anos” (Questionário 38), assim em uma terra que não estava sendo utilizada pela agricultura convencional não houve problemas para a implementação de um modelo agroecológico, o que confirma a hipótese de que os agricultores familiares, por estarem menos inseridos no processo de modernização agrícola e por ainda preservarem antigas práticas de cultivo, se adaptam mais facilmente aos diferentes sistemas de produção ecológico.

Neste grupo de agricultores, no qual a renda não é determinante para a construção de um projeto agroecológico, existem vários fatores que perpassam esta tomada de decisão. Desta forma: “Somente a questão econômica não é motivo (...) O que mais levou-me a esta mudança foi a questão da preservação do meio ambiente e da saúde por uma forma diferente de produzir” (Questionário 10). E, ainda: “Nem sabíamos da diferença de preço quando entramos em conversão. Foi pelo manejo mais saudável e hoje por identificação com o propósito da agroecologia” (Questionário 17), ou seja, existe uma motivação na qual a dimensão econômica embora relevante não é a

principal ou única determinante. Se, em maior ou menor grau, a motivação econômica é entendida como um dimensão importante mas não exclusiva por estes atores, cabe-nos determinar como se expressam estas outras dimensões.

4.3.2 – A dimensão da autonomia

André Gorz é um autor que irá demonstrar como a racionalização de diferentes esferas da vida experimentada pelas sociedades industriais exigiu um alto grau de complexidade das esferas econômica, administrativa, jurídica, científica e a sua relativa autonomia. Este processo de autonomização das instituições sociais criou as condições para o surgimento de aparelhos complexos cujo funcionamento ultrapassa a compreensão dos indivíduos. A partir do momento em que os indivíduos perdem a visão do todo, estes passam a desempenhar funções, que pelo seu alto grau de especialização, não correspondem as suas motivações individuais. A execução de tarefas que não dependem mais da disposição pessoal e de sua capacidade e motivação, leva a este fenômeno que Gorz denominou de ‘integração funcional’ ou ‘cisão entre trabalho e vida’. Segundo o autor:

Chamo *funcional* uma conduta que é racionalmente adaptada a um fim, independente da intenção que tem o agente de perseguir esta finalidade que, ele nem mesmo conhece. A *funcionalidade* é uma racionalidade *externa* trazida a uma conduta pré-determinada e prescrita ao ator pela organização que o envolve. Tal conduta é a *função* que tem a desempenhar, sem discutir seus objetivos. (GORZ, 2003, p. 39)

Deste processo a que se refere o autor, resulta para cada indivíduo uma retração do domínio sobre o seu trabalho e, sobretudo, uma crescente perda do entendimento dos fins desta organização da qual faz parte e que quanto mais se desenvolve mais tende a funcionar como uma máquina, do qual o trabalho é entendido como mais uma engrenagem no sistema. Gorz irá denominar como “esfera da heteronomia o conjunto das atividades especializadas que os indivíduos devem cumprir como funções coordenadas do exterior por uma organização pré-estabelecida” (ibid., p.39 e 40). Neste processo os indivíduos cumprem tarefas especializadas a revelia uns dos outros, na medida em que a complexidade do sistema impede a criação de mecanismos

autoregulados no qual os atores teriam condições de assumir um maior controle e responsabilidade por suas atividades.

Nesta perspectiva pode-se colocar que o processo de modernização da agricultura, conforme demonstrado no capítulo 01, impôs aos agricultores um novo modelo de produção baseado na rentabilidade máxima da terra, desconsiderando as particularidades de cada região e as motivações individuais dos atores. Desta forma a motivação de muitos agricultores em trabalhar com a agroecologia acontece pela busca de alternativas ao sistema de produção convencional. Assim, o projeto da agroecologia esta se construindo em oposição à agricultura convencional e àquilo que ela representa para muitos destes agricultores; a imposição de um pacote tecnológico que não leva em consideração seus interesses e particularidades e que pela utilização constante de insumos químicos gera um alto grau de dependência técnica e financeira, além de problemas com o meio ambiente e com a saúde da família.

Isto ressalta a oposição existente entre as diferentes formas de produção ecológica e o sistema convencional, que pode ser demonstrado na fala de um dos agricultores entrevistados que desempenha um papel de liderança do MST. Segundo ele, a decisão de adotar o sistema tecnológico convencional como o padrão para os assentamentos estava prejudicando a ampliação do movimento. Assim, o motivo de escolher trabalhar com agroecologia aconteceu “porque o MST estava perdendo o seu campo político” (Questionário 20) e precisava desta forma, trabalhar com um sistema de produção que contemplasse um número maior de agricultores em sua base. Em suma o MST estava, e ainda esta na maioria dos casos, reproduzindo uma lógica de produção na qual muitos agricultores estão se opondo.

A forma como a agroecologia se confronta com a agricultura convencional ultrapassa a substituição de insumos químicos por orgânicos, como se expressa na fala de outro integrante do MST: “Após o grupo optar pela agroecologia já ‘resgatamos’ 70 variedades de sementes que estavam se perdendo” (Questionário 37). A busca pela preservação de variedades de sementes crioulas, um dos objetivos da agroecologia, permite uma ação de confronto direto com as grandes empresas do setor agrícola interessadas diretas na venda de sementes híbridas que compõe o pacote tecnológico da agricultura convencional.

Este resgate de sementes expressa a busca pela autonomia e pela sua possibilidade de reassumir o controle do sistema produtivo, na medida em que a família

agricultora volta a ser a proprietária das sementes e tem o poder de decisão sobre elas. Isto significa não depender a cada ano da compra de sementes, uma vez que ele mesmo pode produzi-las. Por este motivo organizam-se atualmente encontros regulares entre os agricultores com o objetivo principal de trocar sementes ‘crioulas’, aumentando assim a independência dos pequenos produtores com relação a grandes empresas e incentivando a criação de novas relações e de uma maior organização por parte dos atores envolvidos. Se o projeto da agroecologia se pretende uma alternativa efetiva ao modelo convencional de produção, isto somente é possível se os agricultores e seus grupos locais incorporam estes ideais de independência e solidariedade em suas ações e em seus projetos de vida.

Desta forma percebemos a existência da busca de um projeto de vida na qual os atores tenham um maior domínio sobre as suas atividades, encontrando alternativas para os insumos externos a propriedade. A existência de uma esfera reguladora exterior, que designa funções sociais a revelia dos desejos e ambições pessoais do ator, faz com que muitos questionem a significação e o sentido desta ação funcional. A crítica da racionalidade econômica²⁰ enquanto dimensão exclusiva existente neste projeto de vida, se configura como a crítica a uma imposição heteroregulada, na qual não existe espaço para outras dimensões consideradas importantes por estes atores para a realização de seus desejos e projetos. Nesta perspectiva se a agricultura convencional é entendida como algo externo a propriedade, no qual se impõe uma lógica produtivista que não se enquadra em sua perspectiva de vida, a agroecologia passa a ser entendida como a possibilidade de se desenvolver um sistema de produção auto regulado e portanto, mais autônomo, criando alternativas as imposições desta esfera da heteronomia, ou a uma função social determinada por terceiros (funcional).

A troca de insumos químicos, exterior a propriedade, por insumos orgânicos, existentes no interior do próprio sistema produtivo, permite a família agricultora gerenciar o sistema produtivo com mais independência e autonomia. Pois quanto maior o equilíbrio ecológico da propriedade mais o próprio sistema fornece a adubação orgânica necessária para a sua manutenção, tornando a propriedade cada vez mais independente de insumos externo. Mais uma vez quanto maior a inserção no processo de modernização da agricultura maior a dificuldade de se estabelecer esta autonomia.

²⁰ O conceito de racionalidade desenvolvido por Max Weber refere-se a escolha racional dos meios e estratégias para atingir um fim. A racionalidade econômica estamos nos referindo a a um tipo específico de racionalidade com relação a fins econômicos.

“Necessidade de buscar insumos fora da propriedade foi o que mais dificultou a conversão” (Questionário 20), ou seja, uma propriedade em conversão do sistema convencional para a agroecologia, pode encontrar dificuldades pela falta de insumos orgânicos no interior do sistema. Porém quando a propriedade encontra um equilíbrio ecológico, pode-se produzir com um baixo grau de dependência externa e portanto com maior autonomia. Esta independência adquirida pela família agricultora é parte importante para a construção de seu projeto de vida, na medida em que ela passa a ter um maior poder de decisão que lhe permite determinar, entre outras coisas, qual o limite para a dimensão econômica e quais os outros fatores que irão preencher este espaço em seu projeto.

Com esta análise pode-se concluir que este projeto se constrói em oposição à esfera da heteronomia, entendida aqui como a imposição exterior de uma lógica que não se enquadra na expectativa de vida destes atores. Existe uma resistência ao modelo de produção convencional, que não acontece somente pelos aspectos técnicos, mas ao modo de vida que lhe é conseqüente, na medida em que se trata de um modelo definido a revelia dos interesses individuais. Existe, portanto, uma crítica as conseqüências sociais e ambientais deste processo de modernização da agricultura, mas além disto, a reivindicação pela construção de um projeto de vida que concilie diferentes racionalidades como condição para sua realização pessoal. Este é um projeto que não se limita a reprodução material da vida, pois alia a racionalidade econômica a outras esferas como a saúde, a família, morar e trabalhar no mesmo local, em conjunto com a família, produzindo a terra, de acordo com os ciclos da natureza, em um tempo e uma atividade que não pode ser calculada e definida racionalmente.

Estas características é que fazem Touraine colocar que o projeto de vida é um ideal de independência que se define mais pela luta contra a heteronomia do que por um conteúdo específico, conforme citado anteriormente. Desta forma estes projetos individuais, coerentes ao projeto coletivo da Rede Ecovida, buscam reencontrar ou preservar as diferentes racionalidades negligenciadas por um modelo de produção que privilegia somente a dimensão econômica e na acumulação ilimitada do capital.

4.3.3 – A propriedade rural como unidade de vida

Conforme definido anteriormente a esfera da heteronomia pode ser compreendida como o oposto da esfera da autonomia, na qual o ator desempenha um papel central na tomada das decisões no âmbito de seu trabalho e de sua vida. Esta é a esfera da autoregulação na qual o indivíduo se permite à adoção de práticas e projetos norteados por suas motivações pessoais, que vão além de uma conduta determinada funcionalmente. Nesta perspectiva a adoção de condutas funcionais permite a expansão dos aparelhos de heteroregulação que produzem uma cisão cada vez maior no sistema social, entre esta esfera heteroregulada, que define funcionalmente as ações individuais e a esfera autoregulada destas ações, na qual os atores um alto grau de autonomia e poder de decisão.

A esta cisão entre a esfera autoregulada da sociedade civil e a esfera heteroregulada da megamáquina industrial-estatal, correspondem duas racionalidades; aquela dos indivíduos perseguindo fins que, mesmo quando motivam condutas funcionais, são irracionais com relação às finalidades das organizações nas quais trabalham; e aquela das organizações, que não mantém nenhuma relação sensata com as finalidades que motivam os indivíduos. (op.cit., p. 43)

Existem, nesta perspectiva, ao menos duas racionalidades; uma que corresponde a esfera heteroregulada, e uma que remete a esfera autoregulada da sociedade civil, que por sua vez pode ser composta de diferentes fatores. A racionalidade da heteroregulação não pode dominar todos os aspectos da vida social pois, por mais inserido nesta lógica, todo indivíduo necessita da existência de outras esferas em sua vida que devem necessariamente fugir desta racionalidade imposta pela heteroregulação. “(...) de uma maneira geral, o grande ou o pequeno executivo, após fornecer uma jornada de trabalho a serviço dos valores econômicos de competitividade, de rendimento e de eficácia técnica, quer encontrar depois de seu trabalho um ninho aconchegante onde os valores econômicos são substituídos pelo amor dos filhos, dos animais, das paisagens, do hobby, etc.” (op. cit. p. 44).

Estes aspectos da vida que não podem se restringir a esfera heteroregulada da racionalidade econômica, correspondem em muitos casos a ações irracionais com relação às finalidades da esfera da heteronomia. Desta forma, a busca pela construção de um projeto de vida que permita a conciliação entre as esferas que compõe a

racionalidade autoregulada, com a integração funcional da heteronomia, necessita de uma base material que permita ao indivíduo uma autonomia de gestão dos seus negócios e de sua vida como um todo, conforme definido no item anterior.

A percepção a cerca da propriedade como uma unidade de vida e não somente como uma unidade de produção, emerge como uma dimensão importante para a construção deste projeto de vida. A gestão da propriedade a partir da perspectiva de uma unidade de vida é o que permite o resgate de racionalidades outrora suprimidas ou a construção de novas pela perspectiva de um novo projeto de vida, possibilitado pela prática agroecológica.

Quando o processo de modernização da agricultura impôs um modelo capitalista de utilização da propriedade considerou que aquele era somente um espaço produtivo, a semelhança da empresa capitalista, mas ignorou que em muitos casos este é, em primeiro lugar, o local onde a família vive. Esta peculiaridade do meio rural, na qual o local de trabalho é o mesmo local de reprodução da vida cria as condições singulares para a construção do projeto de vida destes atores. Assim;

‘Morar e trabalhar’ é também, social e culturalmente, o modo pelo qual é possível garantir o pertencimento a uma sociedade local. Sociedade rural no sentido clássico deste conceito. Aqui por um lado, ressalta-se, a importância da vizinhança e dos grupos cuja integração se alimenta da proximidade e, por outro lado, se estabelece a marca da ruralidade do projeto de vida, distinta do que se pode viver nas cidades, onde morar e trabalhar são vistos como dissociados. (WANDERLEY, 2002, p.3265, grifo da autora)

Como muito bem expressa a autora, a importância da vizinhança, dos grupos é a marca da ruralidade, a qual irá criar as condições para incorporar a ‘alternatividade’ e a singularidade do projeto de vida. A alternatividade que se expressa pela crítica da racionalidade econômica enquanto fator exclusivo e a singularidade do sentimento de pertencer a uma sociedade local, sociedade rural no sentido clássico. A noção de pertencimento a uma localidade é reforçada pela Rede Ecovida no momento em a articulação dos grupos locais é pré-requisito para a certificação participativa e para o funcionamento da Rede como um todo, conforme demonstrado anteriormente. São os grupos locais que reforçam o sentimento de pertencer a uma localidade, sendo estes interpretados como o incentivo para a continuidade do trabalho e o suporte para os

momentos de dificuldade. “O apoio do grupo foi fundamental para superar o processo de conversão” (Questionário 17).

Muitos colocam inclusive que a agroecologia somente conseguiu se desenvolver e ser reconhecida no âmbito local, após a criação do grupo e da certificação participativa. A diferença fundamental é a de que antes com a certificação por auditoria cada produtor ficava isolado em sua propriedade e que a dinâmica das reuniões da Rede permitiu um reconhecimento que antes não existia. As reuniões aproximam os agricultores de uma mesma localidade na medida em que ocorrem reuniões mensais, sempre em propriedades diferentes, conforme dinâmica explicitada no capítulo 03. Por isso o entendimento de que “A agroecologia é também uma forma de convívio diferente, fortalecendo e respeitando os grupos, formando idéias novas e as colocando em prática...” (Questionário 06). Toda esta dinâmica criada pela Rede, de visitas e reuniões mensais, visitas para certificação em outros grupos e a troca de experiências possibilitada por este convívio, aumenta o vínculo existente entre os participantes da Rede. Este é outro fator que demonstra a importância que a Rede imputa a participação, não somente para a certificação participativa, mas em todas as etapas desta construção coletiva.

Esta dinâmica somente é possível pelas singularidades inerentes ao meio rural, na qual morar e trabalhar é um dos fatores que distingue este modo de vida encontrado no meio rural, daquele possibilitado pelo meio urbano, onde a industrialização desencadeou um processo denominado por Gorz como a ‘cisão entre o trabalho e a vida’. Segundo o autor “A conduta da empresa só pode adequar-se à racionalidade econômica se todas as esferas da sociedade e a própria vida dos indivíduos forem conduzidas de maneira racional, previsível e calculável” (op. cit., p. 38). Esta racionalização de todas as esferas da sociedade, inclusive da esfera da vida dos indivíduos é o que acarreta esta dissociação entre o trabalho e a vida.

Este processo de racionalização jamais acontece de maneira completa no meio rural, onde a produção por suas características naturais não pode se conduzir por um cálculo racional e previsível semelhante a uma empresa moderna. Como demonstrado no capítulo 01, a base natural da agricultura criou obstáculos que impossibilitaram a modernização completa, mesmo na mais tecnificada agricultura. O meio rural, e mais especificamente a agricultura familiar, por suas singularidades reúne as características necessárias para a realização de um trabalho fundamentalmente autoregulado e,

portanto, com maior possibilidade de ser norteado por suas motivações pessoais e não designado funcionalmente.

Todo trabalho desenvolve-se em três dimensões e não basta restituir-lhe a autonomia em uma ou outra delas para que se torne, de fato, uma atividade autônoma, isenta de alienação ou, o que dá no mesmo, de heteronomia. As três dimensões a serem levadas em conta são: a) a organização do processo de trabalho; b) a relação com o produto que o trabalho tem por fim realizar; c) os conteúdos do trabalho, isto é, a natureza das atividades que ele requer e as faculdades humanas que demanda. (op. cit., p. 82)

Nesta definição os pressupostos para uma atividade autônoma são a auto-organização; uma busca livre da finalidade a que se propôs; e ser humanamente satisfatório para as pessoas que a ele se dedica (id.). Conforme definido no item 4.2, a agricultura familiar para autores como Lamarche e Wanderley corresponde a unidade de produção que possui a família como proprietária dos meios de produção, bem como esta assume o trabalho e organiza a produção. Uma propriedade gerida por esta lógica encontra melhores condições para determinar quais as atividades serão desenvolvidas no interior do sistema produtivo e desta forma determinar o limite que conciliará a esfera econômica com outras esferas necessárias a sua realização pessoal.

Quando um agricultor passa a trabalhar com a perspectiva de uma unidade de vida, fica mais difícil de se dissociar trabalho e vida. Esta nova percepção, permite pensar a propriedade de forma mais ampla, onde estar cultivando a terra para produzir é ao mesmo tempo trabalhar e construir a vida. Esta é uma singularidade do meio rural e mais especificamente da agricultura familiar que, desta forma, não pode ser encontrada no meio urbano onde cada vez mais se dissocia a esfera da vida, da esfera do trabalho.

Gorz defende a noção na qual o trabalho deve ser encarado em primeiro lugar como uma atividade que permita um desenvolvimento pessoal e a potencialização das qualidades humanas. Sob esta perspectiva, do trabalho como instrumento para emancipação do homem, é que a “(...) racionalização econômica do trabalho revela a pobreza de sua abstração” (ibid., p. 85). Conforme colocado anteriormente, esta racionalização ocorre de forma distinta nos meios urbano e rural, o que faz com que exista uma diferença fundamental para uma atividade quando ela é exercida no meio urbano, daquela que pode ser encontrada no meio rural. Esta diferença pode ser sentida

com mais intensidade pelos agricultores provenientes do meio urbano. Como pode ser demonstrado na fala de uma agricultora neorural de Tijucas do Sul, que trocou o ramo de telefonia pela produção e comercialização de hortaliças. Esta produtora que atualmente possui uma banca na feira verde colocou que: “me sinto muito mais feliz e realizada agora, do que como empresária” (Questionário 25, nota de campo).

Dentro desta perspectiva que Gorz coloca um questionamento relevante; “Sob este ângulo o trabalhador reprofissionalizado de novo tipo (...) esta mais próximo que os tipos de trabalhadores tradicionais de um possível ideal de humanidade?”. E ainda; “A tarefa complexa que lhe é requerida pode preencher sua vida e imprimir a ela um sentido sem ao mesmo tempo mutilá-lo? Em uma palavra, como este trabalho é vivido?” (op. cit. p. 85). Este questionamento a que nos coloca o autor é fundamental para compreender o trabalho tal qual vem sendo realizado no interior de uma propriedade percebida como unidade de vida. Pois se constata que a especialização do trabalho não foi capaz de contribuir para o desenvolvimento das faculdades humanas e, em muitos casos, contribui para deturpá-las. Nesta perspectiva a construção de um projeto de vida na agroecologia permite a busca pela realização de um trabalho que possa lhe proporcionar rendimentos ao mesmo tempo em que *preenche sua vida e imprime a ela um sentido*.

Se o trabalho designado funcionalmente não consegue preencher um espaço importante para a realização pessoal do ator, cabe a ele buscar instrumentos que lhe permitam construir uma atividade baseada em suas motivações. Nesta perspectiva o principal motivo encontrado para a construção de um projeto de vida, ora como fator exclusivo ora associado a outros fatores, foi a busca por uma melhor qualidade de vida. Embora a idéia de uma filosofia de vida, ou de um estilo de vida diferenciado apareça de forma mais explícita nos agricultores neorurais, “Trabalho com a agroecologia por motivo filosófico, por ser mais saudável e se encaixar no meu estilo de vida” (Questionário 17), a perspectiva de que o trabalho com a agroecologia permite uma vida melhor para toda a família agricultora foi a resposta mais comum ao questionamento sobre esta motivação. “Fui em busca de qualidade de vida e encontrei em minha chácara” (Questionário 27).

Existem vários elementos presentes na agroecologia que permitem esta qualidade de vida. “Preocupação ambiental e melhorar a qualidade de vida da família e para que meus pais se alimentem de produtos saudáveis” (Questionário 06). Assim existe

uma diferença marcante, entre o trabalho quando este acontece pela agroecologia ou pela agricultura convencional. “A agroecologia não é igual ao cultivo convencional porque enfoca melhor a qualidade de vida” (Questionário 17), ou seja, a agroecologia é entendida como o sistema de produção que permite um melhoramento na qualidade de vida da família. Como em ambos os sistemas se esta inserido no meio rural trabalhando com a agricultura familiar, portanto inseridas na mesma lógica singular supra mencionada, a característica da agroecologia que permite uma maior qualidade de vida em relação ao sistema de produção convencional é a não utilização de agrotóxico e a conseqüente melhoria na saúde da família.

Saúde e qualidade de vida aparecem como elementos indissociáveis na perspectiva dos entrevistados, e embora a agroecologia seja mais facilmente relacionada à saúde pela não utilização de produtos químicos, “Trabalhar com agroecologia é poder produzir sem se preocupar com os agrotóxicos” (Questionário 48), nota-se também a relação existente entre a ingestão de alimentos tidos como ‘puros’ e a possibilidade de se viver no meio rural mas cultivando a terra de acordo com os ciclos da natureza, ou seja, criando uma relação de reciprocidade com o meio ambiente. Desta forma, “a longevidade e a qualidade da vida depende do alimento que ingerimos e onde vivemos” (Questionário 08).

A não utilização de produtos químicos designa a agroecologia as qualidades necessárias para uma melhoria na saúde da família proporcionando, portanto, uma melhor qualidade de vida a família agricultora. Além disso pelo entendimento acerca da natureza como uma aliada na produção e toda a mudança nas práticas que decorrem desta nova concepção, permitem o resgate de um sentimento de pertencer a natureza e de integração ao meio ambiente diferenciado dos outros sistemas de produção. Quando um agricultor coloca que “a agroecologia nos aproxima da natureza e de tudo o que é sagrado” (Questionário 04, nota de campo), perpassa uma noção que entende a natureza em um sentido mais amplo. A percepção de que a agricultura convencional somente explora a natureza enquanto a agroecologia permite uma relação de troca que possibilita seres humanos e meio ambiente viverem em harmonia é muito comum, demonstrando um dos diferenciais em se construir um projeto de vida agroecológico.

O diferencial do sistema agroecológico para a construção de um projeto de vida é que este sistema necessita de um equilíbrio ambiental que faz com que a natureza seja entendida como uma aliada, ou seja, não é somente a não utilização de agrotóxicos e

produtos químicos que permitem uma melhoria na saúde e na qualidade de vida da família. Uma nova forma de se relacionar com a natureza permite o resgate de antigas práticas que proporciona: “Mantemos com a natureza uma relação de interação, tendo com isso uma vida mais saudável e um ambiente ecologicamente equilibrado” (Questionário 05). A característica da agroecologia pela busca de um equilíbrio ecológico da propriedade, permite uma relação de reciprocidade com a natureza, que possui um papel importante na construção destes projetos.

Estes dados demonstram como existe a percepção em boa parte dos agricultores de que a troca de insumos químicos por insumos orgânicos, traz um diferencial não somente pela possibilidade baixar os custos com investimentos para a produção e por agregar valor ao produto pela qualidade ecológica, mas também pela questão ambiental, pela saúde e por proporcionar uma menor dependência externa da propriedade e, portanto, uma maior autonomia e independência do agricultor. Este entendimento é o que permite a escolha de se trabalhar com um sistema agroecológico e não se restringir a um sistema voltado para o mercado.

Desta forma a particularidade encontrada nos projetos de vida dos agricultores agroecológicos, é a crítica economia enquanto fator exclusivo e excludente de outras racionalidades. Não existe uma negação desta racionalidade econômica, mas a busca por um sentido a sua vida, pela construção de um projeto que se expressa pela reivindicação destes indivíduos do seu direito a ser um ator social e como tal assumir o controle de suas atividades, de seu trabalho, portanto de sua vida. Com este intuito a agroecologia possui as características necessárias para restabelecer a unidade entre trabalho e vida, sendo a relação com a natureza o principal diferencial deste sistema de produção específico, sendo o que lhe permite a construção deste projeto de vida singular, pela busca do equilíbrio entre estas diferentes dimensões.

5. CONCLUSÃO

Inicialmente deve-se ressaltar que as conclusões a que chegam este trabalho se restringem aos agricultores familiares vinculados ao Núcleo Regional Maurício Burmester do Amaral da Rede Ecovida de Agroecologia. Embora este Núcleo contemple uma área consideravelmente ampla, (RMC, Campos Gerais e Litoral) e possua 181 agricultoras associadas, os resultados não podem ser extrapolados para outros Núcleos da Rede Ecovida, na medida em que existe uma grande diversidade de situações encontradas em cada região e no interior da agricultura familiar. Porém os documentos analisados para o entendimento dos princípios e do projeto coletivo da Rede, são construídos por membros de todas as regiões, tendo validade para toda a sua extensão nos três estados do sul do Brasil. Desta forma pode-se afirmar sobre a existência de um projeto coletivo comum a estas três regiões apesar se suas particularidades regionais.

Conforme demonstrado no capítulo 01 o processo de modernização da agricultura a partir da chamada Revolução Verde, iniciou um processo de mudanças radicais no formato tradicional de produção agrícola a partir da implementação de um novo modelo produtivo. Esta transição não foi isenta de distorções, onde os custos sociais, a poluição ambiental e a constante degradação ecológica e produtiva das áreas rurais são atribuídas a este modelo denominado de agricultura convencional.

A necessidade de criação de sistemas alternativos à produção convencional faz surgir em diferentes países e com distintas denominações, sistemas produtivos no qual se evidencia que o moderno modelo de produção pode ser interessante sob a perspectiva empresarial de produção em larga escala, mas a sua adoção traz conseqüências ambientais e sociais conforme demonstrado no capítulo 01. Entre os diferentes sistemas de produção que desenvolveram alternativas de produção ao modelo convencional, a agricultura orgânica foi aquela que, no Brasil, acabou sendo a mais divulgada, principalmente pela atuação de técnicos que assessoravam os diferentes movimentos de pequenos agricultores. Quando da regulamentação instituída pelo Ministério da Agricultura, o termo agricultura orgânica, justamente por ser o termo utilizado pelos técnicos, acaba se tornando a denominação oficial para designar todas as práticas que anteriormente se designava por agricultura alternativa e ecológica.

Este processo de institucionalização da agricultura orgânica a partir da criação da IN-007/99, ao mesmo tempo em que impulsionou o movimento, como demonstra o salto na produção a partir de 2000 (GRÁFICO 01, p. 22), fez com que aderissem a este sistema de produção novos produtores que não compartilhavam dos princípios ecológicos que sustentavam inicialmente este movimento. Assim, a ampliação do mercado para produtos ecológicos e a crescente divulgação da agricultura orgânica, gerou um processo desvio dos pressupostos iniciais no interior do próprio movimento, onde a maioria dos produtores familiares da região pesquisada não se viu mais contemplada nas práticas adotadas pela agricultura orgânica.

Este processo de institucionalização e a conseqüente adoção de um sistema de certificação realizado por auditoria desconsiderando o processo já existente nos grupos de agricultores ecológicos e suas associações, foi um dos motivos para a reorganização destes atores em torno de uma nova proposta de produção, certificação e comercialização de produtos com o diferencial ecológico. No bojo deste processo é criada a Rede Ecovida de Agroecologia, que em muitos aspectos irá apresentar uma proposta que se opõe a agricultura convencional e as suas conseqüências sociais e ambientais, mas de uma maneira diferenciada daquela encontrada na agricultura orgânica. A análise realizada junto aos agricultores filiados ao Núcleo Regional Maurício Burmester do Amaral da Rede Ecovida, foi possível demonstrar a existência de um projeto coletivo de construção de novas práticas na agricultura baseadas em princípios com características intrinsecamente ecológicas, que possibilitaram não somente uma diminuição dos danos ambientais, mas a reorganização do movimento de agricultores ecológicos.

Estes novos atores organizam-se em torno de uma nova proposta, mas que em muitos aspectos recupera princípios ecológicos e reivindicações históricas dos movimentos de agricultores ecológicos, como a diminuição no custo da produção e maior autonomia aliado a sustentabilidade ambiental e social. Assim, a criação da Rede Ecovida de Agroecologia pode ser entendida como a recriação de um movimento social histórico, que encontra na agroecologia os elementos necessários à sua reconstrução. No âmbito coletivo a agroecologia se constrói como a alternativa ao processo de modernização da agricultura e as suas conseqüências sociais e ambientais, na medida em que propõe e implementa práticas que não se restringem aos aspectos técnicos e agrônômicos, mas que consideram diferentes esferas na construção de seu ideal social.

A construção de um projeto coletivo que abrange múltiplas racionalidades e que, portanto, não se restringe à dimensão da racionalidade econômica é o grande diferencial deste movimento, sendo este o aspecto que permite a construção de projetos de vida individuais diferenciados. A agroecologia é entendida como um ideal a ser conquistado, uma utopia que funciona mais como um referencial a ser alcançado do que algo que possa ser encontrado no presente. A importância deste projeto utópico é através deste referencial futuro orientar as práticas do presente, de forma que se torna possível à realização em diferentes graus deste ideal coletivo, através da construção de projetos de vida dos atores sociais que o compõe. A construção deste projeto coletivo somente se torna possível no momento da realização deste ideal no plano individual.

Nesta perspectiva é que o entendimento da unidade de produção como uma unidade de vida permite pensar a gestão da propriedade a partir de várias racionalidades e não exclusivamente pela esfera econômica. Esta perspectiva que já está enraizada nos agricultores familiares encontra na agroecologia o respaldo para a sua construção. A lógica encontrada no interior das unidades de produção familiar é, desta forma, uma das características que permite a construção de um projeto de vida pautado em diferentes dimensões e não exclusivamente pela lógica de mercado como encontrado em outros sistemas de produção. As três dimensões que foram determinadas, a dimensão do econômico, da autonomia e da propriedade rural como unidade de vida, não são as únicas, porém são aquelas que no momento da pesquisa se encontravam como as principais e foram aquelas que nos permitiram entender a dimensão destes projetos de vida.

No interior do universo pesquisado existem diferentes maneiras de relacionar estas dimensões de forma que cada projeto de vida possui peculiaridades próprias a satisfação de cada necessidade em particular. O que define o limite entre estas diferentes dimensões e as múltiplas formas possíveis de relacioná-las, são as motivações individuais onde contentemente se delimita e se restabelece a fronteira entre a dimensão do econômico e os níveis de autonomia e realização dos atores, o que demonstra que este é um projeto que está em constante construção. A construção deste projeto de vida se configura em uma reivindicação de uma vida na qual é possível relacionar a racionalidade econômica as subjetividades dos anseios individuais dos atores. A agroecologia contém os elementos necessários a esta construção, que pode ser entendida como uma confrontação ao processo de constante racionalização econômica de

diferentes esferas da vida social, que se expressa no meio rural pela tecnificação da agricultura.

Desta forma nossa análise estendeu-se para o entendimento dos atores envolvidos neste processo, que através da construção de projetos de vida pautados nos princípios da agroecologia, reatam laços de solidariedade e de relações com a vizinhança e com a localidade em que estão inseridos, através de práticas que permitem uma nova forma de organização social, descentralizada e participativa, aliado a um resgate de antigas formas de relação com a natureza.

Ao resgatar antigas práticas de produção e aliá-las as novas tecnologias existentes para a produção agroecológica, estes atores resgatam formas de se relacionar com a natureza que estavam se perdendo com o processo de modernização da agricultura. Este resgate de um vínculo natural com a terra, no qual a natureza é entendida como uma aliada e não como o meio natural necessário a produção, se mostrou uma dimensão importante para a construção de um projeto de vida pautado nos princípios da agroecologia. Este projeto é o que permite a realização do ator social como sujeito, na medida em que este assume as rédeas de sua própria vida em busca de sua realização pessoal.

Nesta perspectiva é que utilizamos a noção de Touraine na qual a construção do projeto de vida somente é possível quando o ator se institui como sujeito, ou seja, constrói-se se contrapondo a uma posição social definida funcionalmente. Este rompimento que permite ao ator realizar-se como sujeito, é a característica que o define como resistência a lógica da ordem vigente e que lhe é imposta. O projeto de vida deve ser entendido como um ideal de independência que se constitui mais pela luta contra esta imposição exterior do que por um conteúdo específico, conforme explicitado no capítulo 04. Por isso definimos a prática agroecológica dos agricultores da Rede Ecovida como um projeto agroecológico de vida, que se institui como resistência à um modelo de produção imposto aos atores e que não contém os elementos necessários a sua realização pessoal. Assim o projeto agroecológico de vida representa a possibilidade de sua realização pessoal pela reivindicação de (re)assumir sua autonomia, o controle de seu sistema produtivo e de sua existência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jalcione. *A construção social de uma nova agricultura*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

ALMEIDA, Luciano de. *Mudanças técnicas na agricultura: perspectivas da transição agroambiental em Colombo – PR*. Curitiba, 2003. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE).

ALTIERI, A. *Agroecologia, as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro, RJ. PTA/FASE, 1989.

ANTUNIASSI, in FERREIRA, A. e BRANDENBURG, A. (orgs) *Para pensar outra agricultura*. Curitiba, Ed da UFPR, 1998.

ASSIS, L. e ROMEIRO, A. R. *Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências*. In: BRANDENBURG, Álfio. *Desenvolvimento e meio ambiente: caminhos da agricultura ecológica*. Curitiba, PR: Editora da UFPR, n. 6, 2002.

BNDES, Setorial. *Agricultura Orgânica: Quando o passado é futuro*. Rio de Janeiro, n° 15, março de 2002

BONILLA, J. A. *Fundamentos da agricultura ecológica: sobrevivência e qualidade de vida*. São Paulo: Nobel, 1992.

BOUDON, Raymond. *Métodos da Sociologia*. 2ª ed., Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1973.

BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. (org.) *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. e PASSERON, J. *A Reprodução*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

_____. , _____. e CHAMBOREDON, C. *A Profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BRANDENBURG, A.; *Agricultura Familiar: ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. da UFPR, 1999-B.

_____. *Socioambientalismo e novos atores na agricultura*. Texto apresentado em sua primeira versão no IX Congresso Brasileiro de Sociologia, 1999-A.

_____. *Desenvolvimento e Meio Ambiente: caminhos da agricultura ecológica*. Curitiba, PR: editora UFPR, n. 6, 2002.

BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis RJ: Vozes, 1988.

CHAMBERS, R.; RICHARDS, P.; BOX, L.; *Agricultores experimentadores e pesquisa*. Rio de Janeiro, RJ: PTA, 1989. (série agricultores na pesquisa 1)

COMEC; *Relatório ambiental: região metropolitana de Curitiba*, 1997.

DAROLT, Moacir, R.; *As dimensões da sustentabilidade: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba*. Curitiba, 2000. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE).

_____. *Agricultura Orgânica: inventando o futuro*. Londrina, Iapar, 2002.

DELÉAGE, Stelle; *Qual o futuro do trabalho na agricultura francesa?* In: BRANDENBURG, Álfio. *Desenvolvimento e meio ambiente: caminhos da agricultura ecológica*. Curitiba, PR: Editora da UFPR, n. 6, 2002.

ECOVIDA; *Caderno de formação: certificação participativa de produtos ecológicos*. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004.

ECOVIDA; *Normas de organização e funcionamento*, 2002. (mimeo)

ECOVIDA; *Caderno de normas para certificação de produtos ecológicos*. Sul do Brasil, dezembro de 2002b. (mimeo)

FORNARI, Ernani. *Novo manual de agricultura alternativa*. São Paulo: Editora Sol Nascente, 1996, 2ª edição revisada e aumentada.

GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica*. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

GORZ, André. *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GLIESSMAN, S. R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. *Da lavoura as biotecnologias: Agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

HABERMAS, J. ; *Técnica e ciência como “ ideologia”*. Edições 70, Lisboa, 1968.

_____. *Teoria de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista*. Tomo II. Madrid, Taurus, 1988.

HAGUETE, M. T. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Editora Vozes, Petrópolis, 7ª edição, 2000.

INDRIO, Francesco. *Agricultura biológica*. Milão: Ed. Europa-América, 1980.

KARAN, K. *Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade*. Curitiba 2001. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE).

KOEPF, Herbert H., PETERSON, Bo e SCHAUMANN, Wolfgang. *Agricultura Biodinâmica*. São Paulo:, Nobel, 1983.

LAMARCHE, H. (coord) *A Agricultura familiar: Uma realidade multiforme* v. I. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993

_____. *A Agricultura Familiar: Do mito à realidade*. Volume II. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998.

MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Zahar Editores, RJ, 1967.

MARQUES, C. et. Al. *Formação e consolidação da Rede Ecovida de Agroecologia*. Texto produzido para o encontro sobre mercado justo em Quito – Equador em outubro de 2001, (mimeo).

MARTINE, George. e GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Editora Caetés, 1987.

MOLLISSON, Bill e HOLMGREN, David. *Permacultura Um: uma agricultura permanente nas comunidades em geral*. São Paulo: Ed Ground, 1983.

SÉO, Hiroshi. *Manual de agricultura natural: unidade de vida*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1986.

SCHERER-WARREN, I. *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. São Paulo: Hucitec, 1999.

SZMRECSÁNYL, T. *Pequena História da Agricultura no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1990.

THIOLLENT, M. *Metodologia da Pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez editora: Autores Associados, 1985.

TOURAINE, A. *Crítica da modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

_____. *O que é a democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *Poderemos viver juntos?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

ULTRAMARI, C; & MOURA, R. (ORG); *Metrópole: grande Curitiba: teoria e prática*. Curitiba: Iparde, 1994.

WANDERLEY, M. *Territorialidade e ruralidade no nordeste: por um pacto social pelo desenvolvimento rural*. Texto apresentado no seminário internacional planejamento e desenvolvimento territorial. Campina Grande, 1999.

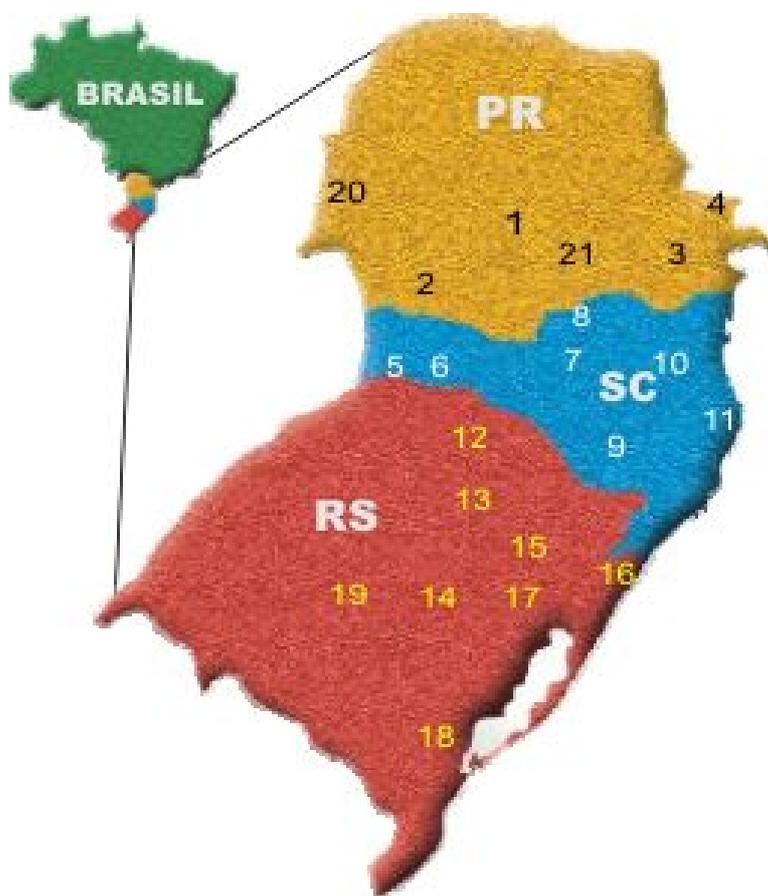
_____. *Raízes históricas do campesinato brasileiro*. Texto para ANPOCS, 20, Caxambu, 1996.

_____. *Identidade social e espaço de vida*. Texto apresentado para o VI congresso da Associação Latino Americana de Sociologia Rural (ALASRU) Porto Alegre, 2002. (CD-ROOM)

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Col. Os Pensadores. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1987.

_____. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo, SP: Ed. Cultrix, 2000.

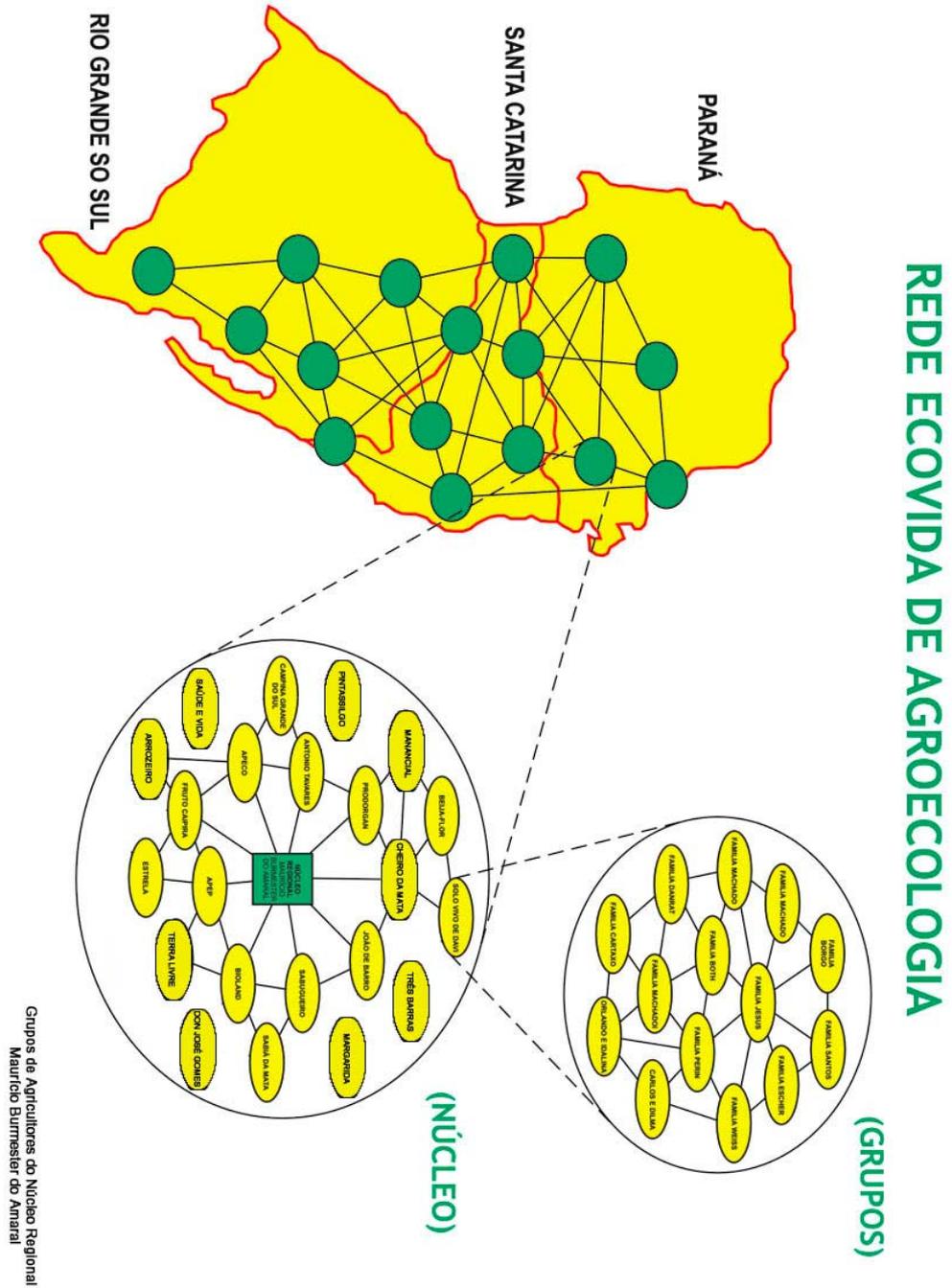
ANEXO 01 – NÚCLEOS DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA



- 1 CENTRO OESTE DO PARANÁ
- 2 SUDOESTE DO PARANÁ
- 3 MAURÍCIO BURMESTER DO AMARAL
- 4 AGROFLORESTAL
- 5 NÚCLEO EXTREMO OESTE DE SANTA CATARINA
- 6 OESTE SANTA CATARINA
- 7 VALE DO RIO DO PEIXE
- 8 PLANALTO NORTE
- 9 PLANALTO SERRANO
- 10 NÚCLEO ALTO VALE
- 11 LITORAL CATARINENSE
- 12 ALTO URUGUAI
- 13 PLANALTO
- 14 REGIONAL VALE DO RIO PARDO
- 15 SERRA
- 16 LITORAL SOLIDÁRIO
- 17 VALE DO CAÍ
- 18 SUL
- 19 CENTRO RS
- 20 OESTE PR
- 21 MONGE JOÃO MARIA

Fonte: Rede Ecovida de Agroecologia

ANEXO 2 – GRUPOS DO NÚCLEO MAURÍCIO BURMESTER DO AMARAL



Fonte: Rede Ecovida de Agroecologia

ANEXO 3 – QUADRO CERTIFICAÇÃO

Certificação convencional (Auditagem)	Certificação Participativa (Ecovida)
Controle na mão das certificadoras: processo e poder centralizado	Controle na mão das famílias agricultoras, suas organizações e dos consumidores organizados: processo e poder descentralizado
A certificação não envolve os agentes locais (famílias agricultoras, consumidores e suas organizações), é realizada exclusivamente por um agente externo (inspetor/certificadora)	Há envolvimento efetivo das famílias agricultoras e suas organizações e de consumidores no processo de certificação
O inspetor é o maior responsável pela credibilidade	A geração de credibilidade acontece através de vários instrumentos (organização de base, proximidade com consumidor, acompanhamento técnico, olhar externo (grupo e núcleo de ética))
Princípios da Agricultura Orgânica norteiam o processo de certificação	Princípios da Agroecologia norteiam o processo de certificação
A fiscalização como base do processo	A confiança como base do processo
Normas e regras impostas pelas certificadoras de acordo com normas internacionais	Normas e regras construídas e definidas pelas famílias agricultoras e consumidoras e pelas organizações de assessoria
Grande exigência em procedimentos burocráticos, centrando-se na geração de muitos documentos que comprometam os envolvidos na certificação	Pouca burocracia, centrando-se na efetiva participação e co-responsabilidade dos vários atores envolvidos no processo de geração de credibilidade
Inspeção realizada por técnicos da certificadora	Olhar externo através de visitas em grupo composto por agricultores, técnicos e consumidores (grupo ou Núcleo)
Regras e normas que não consideram as especificidades da agricultura familiar	Processo adequado à agricultura familiar
Informações no processo de certificação ficam sob o controle da certificadora	Transparência nas informações no processo de certificação
A certificação independe do processo de organização dos agricultores e agricultoras, que podem ser certificados individualmente	Incentiva o trabalho associativo, pois a certificação acontece apenas para famílias agricultoras que pertencem a um grupo, em região onde haja um mínimo de “tecido social”
Custos diretos elevados na inspeção e certificação	Custos diretos baixos às famílias agricultoras
Sistema não solidário de geração de credibilidade	Sistema solidário de geração de credibilidade
Não há controle social no processo de geração de credibilidade, ou seja, apenas a certificadora controla	Há controle social no processo de geração de credibilidade, ou seja, grande nº de pessoas e

a certificação	organizações controlam a certificação
Gera dependência e falta de autonomia para a agricultura familiar	Contribui para a autonomia e independência da agricultura familiar
Certificação que pode ser realizada para grandes propriedades, empresas, indústrias e pequenas propriedades	Certificação voltada para a agricultura familiar
Procedimentos padrão para qualquer realidade econômica, social e cultural	Respeita e valoriza a realidade e a sabedoria das famílias agricultoras, procurando compatibilizá-las aos princípios e diretrizes do processo de certificação
O técnico da certificadora não pode dar nenhuma orientação para a superação de problemas e dificuldades na produção que possam inviabilizar a certificação	As visitas para a liberação da certificação, além do caráter de averiguação do cumprimento das diretrizes, favorece a troca de experiência e contribui com a família visitada para melhoria da sua produção agroecológica
É cobrado, pela certificadora, um percentual do faturamento da produção certificada, ou seja, esta se torna “sócia” da unidade certificada	Não é cobrado nenhum percentual do faturamento da produção certificada
A garantia da qualidade orgânica se dá pelas inspeções, normalmente anuais, realizadas pela certificadora	A garantia da qualidade agroecológica acontece principalmente no grupo, onde cada um se responsabiliza pela sua produção e pela dos outros membros do grupo, num processo de acompanhamento freqüente (reuniões mensais)
Não gera identidade entre as famílias certificadas	Gera identidade, sentimento de ser da mesma “família”, entre os envolvidos na certificação (famílias, grupos e núcleos)
O selo (marca) é de propriedade da certificadora	O selo (identidade) pertence a cada membro da rede
A certificação representa um negócio em um mercado cada vez mais crescente	A certificação é a consequência de todo o processo de organização, controle social e construção coletiva de autonomia

Fonte: Núcleo Maurício Burmester do Amaral da Rede Ecovida de Agroecologia

ANEXO 4 – QUESTIONÁRIO

Nome _____

Grupo-instituição _____ Município _____

1. Há quanto tempo trabalha na agricultura?

a. () sempre foi agricultor

b. () tinha outras atividades e posteriormente se tornou agricultor

b1. A quanto tempo esta na

agricultura? _____

b2. Qual era esta outra atividade?

b3. Qual o motivo da mudança?

c. () outros.

Explique _____

2. Quais as formas de mão-de-obra utilizadas na propriedade?

() familiar n° _____ () contratada n° _____

() Outro _____

3. Qual o tamanho da propriedade em que produz? _____ hectares

Esta propriedade é: () própria () arrendada () assentado

() outro _____

4. Você mora na propriedade () sim () não.

Onde? _____

5. A parte da família que trabalha na produção, mora na propriedade?

() sim () não.

Onde? _____

6. Há quanto tempo trabalha com agroecologia? _____

7. Qual o motivo de escolher trabalhar com agroecologia?

8. A possibilidade de aumento na renda influencia na decisão de trabalhar com Agroecologia?

sim () não () Porque?

9. Possui alguma certificação em sua propriedade? Qual? _____

10. Há quanto tempo está filiado a Rede Ecovida de Agroecologia? _____

11. Qual motivo o levou a se filiar a Rede?

12. A propriedade em que você trabalha esta inteiramente convertida para a agroecologia? () Sim. Como foi o processo de conversão?

() Não. Quais as principais dificuldades encontradas?

13. O que você entende por Agroecologia?

14. Já vendeu produto ecológico como se fosse convencional? não () sim ()

Porque?

15. Gostaria que seus filhos trabalhassem ou continuassem trabalhando na agricultura ecológica. Porque?

Tabela da família.

	Atividade principal	Possui outra atividade? Qual?	Idade
Produtor			
Produtora			
Filho 1			
Filho 2			
Filho 3			
Filho 4			
Filho 5			
Filho 6			
Outros			